



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 31

AUTUAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 30.** E, para constar, eu, Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 089.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Noturno

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 18h58min

TÉRMINO: 23h55min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 89^a Sessão da Câmara dos Deputados, Deiiberativa Extraordinária, Vespertina, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 55^a Legisjatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Alex Canziani, 4º Secretário.

ÀS 18 HORAS E 58 MINUTOS COMPARCEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar





I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 479 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

CD - MESA - AUTUAÇÃO

Montagem: 4176

11219

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,

DE 2015

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E**

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passamos agora à segunda fase do processo de discussão, que são as inscrições individuais.

Para cumprimento do dispositivo regimental, a chamada de cada orador será pela ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra, com o tempo de 3 minutos improrrogáveis.

Porém, antes vou considerar inscritos os Líderes remanescentes da sessão anterior e oferecer a oportunidade de falarem.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Júlia Marinho, pela Liderança do PSC.

A SRA. JÚLIA MARINHO (Bloco/PSC-PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas deste Parlamento, Nação brasileira, venho a esta tribuna em respeito ao meu partido, Partido Social Cristão — PSC, como também em respeito e consideração a minha família; ao meu esposo, ex-Deputado desta Casa por 12 anos e Vice-Governador atual do meu Estado do Pará; ao meu povo querido do meu Estado do Pará; às minhas filhas, Letícia, Ana Laura e Alice; à minha mãe, que, com 81 anos, exerce ainda a cidadania ao votar em cada eleição; a todos os meus familiares, meus irmãos e irmãs.

O desgoverno desta Presidente tem nos incomodado. O caos em que se encontra o nosso País, na economia, no financeiro, tem trazido para a população do nosso País um descontentamento, um descontrole total.

Eu venho a esta tribuna para dizer que não pactuo com esse desgoverno. Podemos enumerar aqui situações em todas as áreas de todos os segmentos. A saúde está um verdadeiro caos. O repasse do Governo Federal é muito pouco pelas necessidades e carências do Estado. Quanto à educação, nem se fala!

Professora há mais de 35 anos, eu fico com vergonha quando leio aquele slogan *“Brasil, Pátria Educadora”*. Conheço a realidade de perto. Sei que não é bem isso; sei que falta muito para sermos uma pátria educadora. A infraestrutura do nosso País é caótica. As BRs estão acabadas; não existem BRs a contento em situação de trafegabilidade. A segurança pública está deixando o povo brasileiro sem dormir.



Por isso, nós estamos aqui nesta tribuna hoje para dizer qual é a nossa posição. Fui votada de forma democrática e venho com veemência e intrepidez dizer que não vou decepcionar o nosso povo, o povo do meu Estado do Pará, aqueles que confiaram a nós o voto. Venho a esta tribuna, em respeito ao povo evangélico, dizer que estamos aqui representando, com responsabilidade e, repito, com respeito, o povo do meu Estado e a Nação brasileira.

Por isso, a melhor saída, a melhor solução neste momento é o *impeachment*. Não há outro meio, não há outra solução: *impeachment*, sim, e já, para uma verdadeira democracia e o fim da corrupção neste País!

Sr. Presidente, precisamos de um país decente. Para isso, precisamos passar a limpo esta situação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Reclamação. Sem revisão do orador.)

- Na sessão anterior, alguns partidos estavam inscritos, com tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado,...

O SR. DANIEL ALMEIDA - Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu já sei o que V.Exa. vai falar. A sessão é de 4 horas. Ela é prorrogável ou não pelo tempo de 1 hora. Eu prorroguei para terminar. Era o último partido. Então, eu tinha que formalmente declarar o fim daquele processo de discussão e comecei outra sessão. A prorrogação ou não de 4 para 5 horas é uma prerrogativa da administração da sessão.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Quero dialogar com V.Exa. sobre o seguinte: o Líder tem preferência!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O Líder, não a delegação do Líder.

O SR. DANIEL ALMEIDA - O Líder tem preferência!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O Líder pede a palavra a qualquer tempo. O delegado do Líder, por representação, entra, por ofício, na fila.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, por entendimento com V.Exa., permitiu-se que fosse intercalada a intervenção de Líderes e a intervenção dos partidos. O que eu queria solicitar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas, Deputado, eu estou respeitando a sequência! Eu estou dando preferência antes da discussão!

O SR. DANIEL ALMEIDA - O que eu queria solicitar a V.Exa. é que fosse garantida a participação, a manifestação dos Líderes remanescentes, que V.Exa.



está encaminhando agora, como está encaminhando, mas sem prejuízo de intervenção do tempo de Líder desta sessão que acaba de iniciar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, eu não tenho condições, é antirregimental. Eu estou dando a preferência e vou realizar toda essa lista. A partir daí, eu começo a discussão individual.

Todos nós estamos querendo dar a oportunidade dessa discussão individual e queremos fazê-lo a tempo de que isso possa ocorrer antes da sessão de amanhã, às 14 horas.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Não devemos cercear os Líderes, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Essa prorrogação antirregimental me causará problemas. Então, eu vou seguir a preferência, para que não prejudique esses que ficaram remanescentes.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, pela Liderança do Governo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Peço a palavra só para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há muitas interrogações. Quero saber se todos os Parlamentares que estão inscritos individualmente vão falar ou V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se todos vão falar, depende de quem estiver aqui na hora e depende de requerimento de encerramento de discussão que não seja votado pelo Plenário.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Pois é isso que precisa ficar claro, porque há alguns Parlamentares que estão aguardando essa oportunidade para falar,...



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É isso o que eu estou querendo fazer.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - ...mas não sabem a que horas vai ser encerrada a sessão amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência pretende que as sessões sejam repetidas até amanhã de manhã, se for o caso, para dar oportunidade a todos de falar, mas haverá o limite de não comprometer a sessão de amanhã. Até não comprometer a sessão de amanhã, nós vamos prorrogando e tentando um acordo para que todos possam falar. É o objetivo da Presidência.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - O.k. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de refletir aqui neste plenário sobre o que eu percebo desde ontem: a mudança não só da abordagem da mídia brasileira, como também dos semblantes e da tentativa, a cada momento, de gerar um “já ganhou”, que não é mais existente.

Nós temos muita tranquilidade em dizer que a admissibilidade não vai passar, com base em tudo que temos avaliado e trabalhado. É bom que digamos isto para a sociedade brasileira, para os movimentos sociais, que nos emocionam nas ruas, e para as pessoas que estão hoje na defesa da democracia: tenham a clareza, o conforto e a tranquilidade de manter o seu voto para que não haja um golpe neste País.

A palavra “golpe” foi a mais falada neste plenário, porque todos os Deputados que votam pela admissibilidade se explicam ou tentam se explicar, dizendo: “Não é golpe! Não é golpe! Não é golpe!”.

Na verdade, está tão demarcadamente claro que esse é um golpe institucional, um golpe com a ajuda e a articulação absolutamente explícita e promíscua do Vice-Presidente da República, do Presidente da Câmara e de alguns aqui dentro do Congresso, particularmente da Câmara, que todos os que vão à tribuna tentam se defender, sem eficácia. Quanto mais se defendem, mais fica claro para a sociedade brasileira que há um golpe.



Aliás, isso já está muito claro. Eu tenho em mãos um resumo de 400 manifestos da sociedade brasileira e da comunidade internacional contra o golpe e em defesa da democracia.

É bom citar aqui algumas representações, como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, bem como promotores, juízes, advogados, pela legalidade e pela democracia no Brasil, intelectuais da Universidade do Rio Grande do Sul, povos tradicionais, movimentos sociais de todos os matizes do Brasil inteiro, inclusive comunidades tradicionais, movimentos de mulheres, movimentos de juventude, muitas entidades de São Paulo. Há 400 manifestos e, hoje, saiu mais um, com mais 260 assinaturas de defensores públicos, além dos 600 que assinaram o primeiro manifesto e os 8 mil juristas que assinaram em outro momento.

Isso vai mostrando onde está a maioria da sociedade brasileira. É aqui que está a maioria. É nas ruas. Eu estou com muito orgulho do Estado do Rio de Janeiro. No Estado do Rio de Janeiro há manifestações diárias pela democracia, de todas as formas, nas cartas, nos vídeos, nas poesias, nas músicas, no samba, como fez Beth Carvalho, e na presença de artistas de todas as formas de expressão. Nós temos visto o Rio de Janeiro nas ruas diariamente na defesa da democracia e em manifestações cada vez mais crescentes. Vemos isso não apenas no Rio. Em todos os Estados do Brasil nós estamos vendo isso.

Hoje, eu estive aqui no acampamento de diversos movimentos sociais e os vi em condições precaríssimas, diferentemente de outros que vêm aqui apoiar o *impeachment* e estão em hotéis de luxo. Eles estão dormindo em colchonetes,



usando banheiro químico, sem lugar para tomar banho, mas estão lá firmes na defesa da democracia, inclusive quilombolas e índios.

Há uma grande diferença entre o que ocorre hoje no Brasil e a consciência democrática que se fortaleceu, cresceu, integrou e se solidarizou. É sensacional ver a pluralidade e o esforço das diversas mídias que hoje fazem a cobertura do nosso trabalho, apesar de muitas delas não terem sido credenciadas na Câmara dos Deputados, porque isso não lhes foi permitido. Nós vimos quais foram os crachás permitidos. Inicialmente, houve uma denúncia clara de fraude dos crachás, mas depois foram legalizados pelo Presidente da Casa. Eu gostaria que outros membros da Mesa também tivessem a mesma autorização para credenciarem entidades representativas da sociedade brasileira de fato.

Não bastasse isso, digo mais. Digo e repito que a comunidade internacional está de olho em nós. Nesse manifesto também constam a ONU Mulheres, a ONU geral e a OEA, além de outros, como a CEPAL, a FLACSO e tantas outras entidades que nos observam.

Cada vez mais, a expressão do golpe que se tenta fazer no Brasil vai ficando clara no mundo inteiro. Está pegando muito mal para o Brasil essa usurpação dos símbolos nacionais para tentar retirar do poder uma presidente legitimamente eleita, honesta, sem nenhum enriquecimento ilícito, sem nenhum crescimento de patrimônio em todo esse tempo de governo.

Para nós vai ficando claro e para vocês também que vocês não têm dois terços dos votos. Vocês sabem que não vão ganhar essa votação. Isso está explícito no semblante de vocês, está explícito no comportamento da mídia de ontem para hoje principalmente. Também vai ficando claro para a sociedade brasileira que a



tentativa de implantar um governo ilegítimo é a inviabilização do Brasil, da sua economia, das políticas públicas, da soberania nacional e do fortalecimento do Estado brasileiro. Vai ficando nítido para a sociedade brasileira e para o mundo inteiro que um governo ilegítimo não governará.

Repto: o Sr. Michel Temer não conseguirá andar nas ruas, porque ninguém pode governar mais de 200 milhões de habitantes sem nenhum voto, sem nenhuma legitimidade.

As pessoas atuam com a emoção, mas principalmente com a razão. O sentimento e a alma libertária e democrática do povo brasileiro vão sendo violados por vocês, vão sendo agredidos por esse comportamento, por esse movimento que não consegue identificar um só fato, um só crime que possa levar à retirada da Presidenta Dilma Rousseff do Governo.

A Presidenta Dilma entrou pela porta da frente e sairá pela porta da frente em 2018. Estão insatisfeitos? Disputem a eleição, ganhem no voto, vão para a urna, enfrentem o debate e apresentem propostas para a sociedade brasileira, porque a sociedade quer mais direitos, quer mais liberdade, quer parâmetro constitucional, quer estabilidade política, o que vocês jamais lhe darão, porque quem dá golpes, quem usa a redução da democracia, quem agride a sociedade brasileira não tem condição de ter paz, equilíbrio, estabilidade e condição de governo, muito menos com uma agenda restritiva de direitos e de possibilidade de participação e de diálogo.

Digo, com muita tranquilidade, que nós amanhã teremos aqui, de fato, um dia histórico. Todos nós estamos fazendo história aqui, mas nós sabemos como queremos passar para a história do Brasil. Carimbo na testa de golpista nós não



teremos! Golpe aqui é dado por quem viola a Constituição e a democracia, e nós seremos vitoriosos amanhã. Vocês sabem disso, bem como nós sabemos. Vocês e a sociedade brasileira sabem disso.

Podem gritar à vontade. Podem levantar as fitas e as bandeiras, porque, amanhã, vocês vão ter que engolir a derrota. A nós caberá a preocupação sincera de estabelecer uma nova agenda para o País, uma nova coalizão de forças. Foi Dilma, com seu novo Governo, que, de fato, teve fibra, altitude e dignidade de defender a democracia e irá recompor esse projeto para o Brasil, salvando não apenas a economia brasileira e as conquistas do povo brasileiro, como também a democracia e a liberdade, algo que é muito caro a todos nós.

Nós não permitiremos que a democracia seja derrotada depois de tantos anos de luta, de tantas mortes, de tanto sangue. (*Manifestação do Plenário: Tchau, querida!*)

Durante o discurso da Sra. Jandira Feghali, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alex Canziani, 4º Secretário, e Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, caros Deputados, todos nós que vimos a este microfone o fazemos com a responsabilidade histórica de que quem garantiu este microfone foram milhares de pessoas, muitas delas mortas, muitas delas torturadas, muitas delas afastadas de suas famílias.

Eu vivi esse período e sei qual foi a contribuição, em vida, de Honestino Guimarães, do ex-Deputado João Amazonas, de Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, de Tancredo Neves, cuja memória digna de ter conquistado a democracia e contribuído para a sua garantia eles querem usurpar.

Os que votarem amanhã “não” ao golpe demonstrarão o seu amor ao País e a esta Constituição. Haverá aqueles que rasgarão a Constituição, que desmoralizarão as instituições e conflagrarão as ruas.

Todos e todas aqui sabem muito bem que cresce a consciência de que o que está ocorrendo é um golpe, uma farsa jurídica, coisa que a consciência democrática deste País não aceitará.

É claro que todos vão ao microfone dizer que não se trata de golpe. Por que eles insistem que não é golpe? Porque sabem que o povo brasileiro tem consciência e não respeitará políticos que não têm a coragem de votar em defesa da democracia.

Quero lembrar aqui, como disse a Deputada Jandira Feghali, que o mundo está estarrecido. Tenho recebido delegações de parlamentares e diplomatas de vários países em razão da minha condição de Presidente da Comissão de Relações



Exteriores e de Defesa Nacional. Declaração da Organização dos Estados Americanos — OEA diz que Dilma será julgada, sem acusação, por imputados, por indiciados, por julgados.

Nós vimos no rosto daqueles que articulam o golpe que já não há mais tranquilidade, já não há mais consciência de que eles ganharão. É o que estamos sentindo.

Ontem nas ruas de Belo Horizonte, hoje nas ruas de Salvador e nas ruas do Rio de Janeiro, vimos milhares e milhares de pessoas. Eles estão nas ruas, mas estarão aqui amanhã nos nossos acampamentos.

Temos consciência de que não condenarão uma mulher digna, uma mulher íntegra, uma mulher que deu a sua juventude pela democracia e está dando a sua maturidade para preservar a liberdade neste País.

Amanhã seremos um novo País, em que se garantirá a democracia, em que se garantirá a possibilidade de construirmos um mundo novo, porque o golpe não passará. (*Manifestação no plenário: Tchau, querida!*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Terra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma observação sobre este enredo que os partidos que apoiam a Presidente Dilma Rousseff estão criando.

Eles criaram um enredo num universo paralelo, que não tem base na realidade. *“Coitadinha da Presidenta Dilma! Ela está sendo vítima de um complô de meia dúzia de Deputados que querem tirá-la do poder. Querem chegar ao poder tirando uma pessoa que está lá, coitada, fazendo tudo de bom para o Brasil”.*

O Brasil está uma maravilha! O Brasil não tem crise nenhuma!

Eles não falam em crise. Eles não falam no desastre da administração Dilma e no dano que isso causa à economia, à sociedade e aos mais pobres, que hoje estão sem atendimento à saúde. Nem vacina eles conseguem dar mais à sociedade! Isso não é dito. Não se toca neste assunto. É proibido.

Não falam em corrupção, porque essa corrupção sistêmica, que nunca houve em escala tão grande no País, não existe no universo paralelo. Naquele universo paralelo, só se diz: *“É golpe! É golpe! É golpe!”* Parece que engoliram um gravador.

Não existe golpe: existe um crime estabelecido pelas pedaladas, um crime orçamentário, um crime contra o equilíbrio fiscal do Brasil. Esta é a ponta do iceberg. O Governo Dilma vem errando há muito tempo e vem empurrando com a barriga o déficit que tem.

Esse Governo Dilma, há muito tempo, mais gasta do que arrecada. O País está quebrado, está falido, e nós não sabíamos disso. Isso era escondido desta



Casa, era escondido do Parlamento brasileiro, que tem a finalidade de fiscalizar, e era disfarçado sob a forma de pagamentos feitos por bancos públicos sem o resarcimento do Governo.

Quando, por causa das denúncias, tiveram que ressarcir, quebrou-se o Sistema Único de Saúde — SUS. O SUS não terá recursos federais mais a partir de agosto. Os pobres é que vão ser atingidos, os pobres é que estão sofrendo.

Nós não temos mais segurança pública neste País. Todas as famílias brasileiras têm medo de sair nas ruas à noite. O Brasil é o País com o maior número de homicídios no mundo. As drogas tomam conta das ruas, e o Governo não apresenta nenhuma proposta, nenhum enfrentamento para este descalabro!

É disto que estamos falando, do dinheiro que falta para o FIES, do dinheiro que falta para o PROUNI. Disso eles não falam. Eles só falam da lei e do golpe, da lei e do golpe. Não falam da vida da população, do drama que hoje vive a sociedade brasileira, que compra cada vez menos comida. A população brasileira hoje não tem recursos para manter a casa: está vendendo tudo o que tem para poder sobreviver.

Meus queridos telespectadores, esta situação é semelhante à do pai de família que gasta muito mais do que arrecada e arruina a família. Foi isto que Dilma Rousseff fez com o Brasil: arruinou o País e fechou os olhos para o maior escândalo de corrupção sistêmica da nossa história.

Foi isso que aconteceu, e disso eles não falam. É proibido falar.

A União Nacional dos Estudantes — UNE e os movimentos sociais financiados pelo Governo vão para as ruas e são proibidos de falar em corrupção. Eis a única coisa que dizem: “É golpe! É golpe! É golpe!”.



Não há golpe nenhum! Há, sim, a Nação brasileira a exigir providências diante de um Governo que acabou.

Seja qual for o resultado da votação de amanhã, Dilma não governa mais o Brasil. Ela não terá mais como governar o País.

Quem deu o golpe foi Lula, que está no Hotel Tulip, governando o País.

Este é o golpe, o golpe branco que aconteceu no Brasil.

Meus queridos colegas, é a irresponsabilidade fiscal que está destruindo a saúde, que está destruindo a segurança, que está destruindo a educação, que está destruindo os sonhos da juventude brasileira.

Por isso, queridos amigos e companheiros, eu quero dizer, para encerrar: quem votar contra o *impeachment* amanhã estará votando na continuação desse desastre e será responsável, perante a sociedade — vai ser responsável, depois não venha dizer que se enganou —, pela continuação do desastre e do desgoverno Dilma.

É isso que eles querem votar. É isso que eles estão propondo.

Não acreditem em quem não vier votar. Quem não vier votar é covarde e está traendo a confiança dos eleitores. (Palmas.)

Quem não vier votar estará traendo a confiança de quem votou nele nas eleições passadas. E não venha com desculpas!

Sr. Presidente, estão ameaçando bloquear a saída das quadras dos Deputados. Estão ameaçando bloquear o acesso dos Deputados. Esses movimentos sociais financiados com o nosso dinheiro, com o dinheiro público, que são uma sombra dos movimentos sociais do passado, que não representam mais nada, que não têm mais causa nenhuma, a não ser manter o poder da Presidente e



não deixar Lula ser preso, estão ameaçando bloquear o acesso dos Deputados. Mas quem usar esta desculpa para não vir votar estará traindo a confiança do povo. É covarde! É safado!

Como dizia nosso querido Ulysses Guimarães, tem que estar todo mundo aqui, para dizer o que quer e para assumir a responsabilidade perante o povo brasileiro e perante a história do Brasil.

Passo agora a palavra ao meu companheiro Valdir Colatto.

É isso, companheiros!

Impeachment já! Esta é a nossa bandeira. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao Deputado Osmar Serraglio e à Liderança do PMDB por me concederem este espaço.

Na eleição de 2014, já nos posicionamos contra esse Governo que está aí. Eu fui o único candidato a Deputado do PMDB que votou e fez campanha contra a Presidente Dilma Rousseff. Eu sabia que iria acontecer isso. Estava escrito que o Brasil iria passar por isso, e eu dizia aos meus eleitores que não podiam votar na Presidente Dilma.

Sr. Presidente, além de tudo o que já foi dito nesta Casa, eu gostaria de levantar outra questão, uma questão ideológica. Está-se implantando no Brasil um socialismo bolivariano, que está chegando ao País para tirar o direito à propriedade, para tirar a segurança jurídica de todos aqueles que produzem e trabalham num setor que tem salvado o Brasil: a agricultura brasileira. É isso que está acontecendo.

Os sem-terra, Sr. Presidente, têm 88 milhões de hectares no Brasil. Os indígenas têm 110 milhões de hectares. Os parques têm 120 milhões de hectares. O INCRA, a FUNAI e o IBAMA — pasmem, Srs. Deputados! — detêm 40% do território brasileiro, e o Brasil tem hoje apenas 30% das terras nas mãos da iniciativa privada, pois 70% já estão estatizados.

O que isso quer dizer, Sras. e Srs. Deputados? Quer dizer que o socialismo está sendo implantado via campo. Esta é a realidade que nós estamos mostrando para o Brasil.



Nós não podemos deixar isso acontecer porque, na hora em que não tivermos mais a propriedade privada, acabou a democracia no Brasil. Está aí o Movimento Sem Terra fechando estradas, invadindo propriedades, tirando a segurança jurídica e a segurança pessoal das pessoas. Nós precisamos varrer da história do Brasil esse movimento, que é uma quadrilha que anda pelas estradas.

Eles não são agricultores, que têm calos nas mãos. São pessoas que têm calos nos pés, porque andam nas estradas, invadindo propriedades brasileiras.

Nós não vamos aceitar isso, porque a agricultura brasileira merece respeito, merece ser vista como uma área que gera empregos no Brasil e que agora está salvando o País do desemprego. Os desempregados das cidades estão indo para o campo, porque a agricultura, mais uma vez, está salvando o País.

É por isso que eu trago neste momento a questão fundiária no Brasil. Como é que está sendo ocupado este País? Como estão usando as nossas propriedades? O que nós queremos com a terra brasileira, que hoje tem 70% estatizados nas áreas indígenas e quilombolas, nos parques e nas fronteiras? Nós não podemos admitir isso.

Fiquem bem cientes disso, senhores, porque todos têm propriedades. A agricultura garante para cada um de nós a preservação das nossas propriedades. O direito à propriedade é sagrado. Não é qualquer movimento ideológico que vai mudar esta realidade no Brasil.

Fiquem atentos a isso, porque nós não aceitamos nada, além da democracia!

Impeachment já!

É hoje, companheiros!

Aqueles que não vierem votar realmente estarão fugindo de um momento histórico!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Aureo, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade. (Pausa.)

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, peço que se coloquemseguranças na quadra dos Deputados, para que os Deputados não sejam impossibilitados de vir votar. Eu peço a V.Exa. que tome as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência já tomou as providências, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela liderança do Solidariedade, concedo a palavra ao Deputado Aureo.

O SR. AUREO (SD-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, povo brasileiro que nos ouve e nos assiste, o *impeachment* é um remédio constitucional, haja vista ter previsão em nossa Constituição. Isso é do processo democrático.

Meu partido, o Solidariedade, defende o processo de afastamento da Presidenta Dilma desde que ela começou a retirar os direitos dos trabalhadores e desde que ficou comprovado que crimes foram cometidos.

O Solidariedade se posicionou porque viu que logo depois da eleição o Governo prejudicou enormemente o assalariado e o aposentado; empresas fecharam; 9,5% da população está desempregada, o que significa, Sr. Presidente, quase 10 milhões de brasileiros sem emprego. As contas de luz e o preço dos combustíveis subiram mensalmente. As famílias tiveram o seu poder de compra reduzido, inclusive, com aumentos diáários dos preços de produtos da cesta básica. Obras foram abandonadas, e os trabalhadores da construção civil foram demitidos. O Programa Minha Casa, Minha Vida deixou pequenos empresários em situação de falência.

O Governo acusa Parlamentares que são favoráveis ao *impeachment* de golpistas, mas a vítima desse golpe foi a parte mais fraca deste processo, o povo brasileiro, quando votou numa falácia eleitoral. O PT apresentou um quadro mentiroso ao eleitor para garantir mais 4 anos no poder, mesmo sabendo que não poderia entregar o que estava prometendo.



Estamos afastando a Presidenta Dilma, e quem vai assumir é o Vice-Presidente escolhido por ela para compor a sua chapa eleitoral. Ela o escolheu justamente para assumir em caso de impedimento.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já declarou que o processo de *impeachment* é constitucional, sim. Dilma foi vitoriosa nas urnas — não por uma ampla maioria —, mas não pode fazer disso um cheque em branco para estar acima das leis. Ela deve pagar pelos seus atos ilícitos.

Outra mentira é que o *impeachment* será o fim de políticas de proteção social. Essas políticas são políticas de Estado, são ganhos do povo brasileiro, das quais o PT não é o dono.

Antes de me decidir, caminhei pelas ruas e ouvi o povo de Duque de Caxias reclamar, com desesperança, da falta de emprego, da falta de perspectiva para os seus filhos, da falta de confiança em um Governo que o enganou.

Escutei muitas lideranças religiosas, bispos metodistas e de outras denominações — como o Reverendo José Santana, de Gramacho — que promoveram debates e que não veem outro caminho a não ser o afastamento da Presidente para que o País possa avançar e crescer.

Dialoguei com diversos movimentos sociais e acadêmicos, com o Prof. Clóvis Paradela, com eleitores, amigos de caminhada, que clamam por justiça e por ética. Conversei com Vereadores do Estado e com muitos Prefeitos que não sabem como fechar as contas, porque o Governo Federal causou um verdadeiro rombo no Orçamento público.

Por ver o cidadão do meu Estado do Rio de Janeiro perdendo o emprego, pagando juros escandalosos, por ver a Baixada Fluminense sofrer sem investimento,



por ver o morador de Duque de Caxias, pais e mães de família sofrendo por conta de uma política econômica irresponsável, como por exemplo o sucateamento da rede de saúde pública, voto pelo *impeachment*. Por desejar que meus filhos, que hoje têm 8 e 2 anos, cresçam em um país justo para todos, não apenas para um grupo que chega ao poder e quer tirar vantagens pessoais à custa do povo; por respeito a minha esposa, Aline, e a minha avó Arilda; pelo que aprendi com meus pais, a Profa. Marise e o Sr. Lídio, e com minha irmã, a também Profa. Danielle, voto pelo *impeachment*.

Fora, Dilma!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Tereza Cristina, para falar pelo PSB.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e meus queridos sul-mato-grossenses, em um regime presidencialista, a interrupção do mandato presidencial é um ato extremamente grave. A crise política chegou a um ponto de ruptura. Creio que nenhum de nós, que vai cumprir o seu dever constitucional, está feliz com a situação a que chegamos.

O quadro de desgoverno que enfrentamos exige deste Congresso Nacional assumir sua responsabilidade para recolocar o País nos rumos da paz e do desenvolvimento.

Os brasileiros são capazes de compreender a relação direta entre a incompetência de gestão, a incapacidade de articulação política e a corrupção, causadoras do sucateamento da saúde, da educação, da segurança pública e de outras coisas mais.

As classes sociais menos favorecidas são as mais prejudicadas. O empresariado, diante de tantas incertezas, também perdeu o seu apetite para novos investimentos no nosso País. Os Governos Federal, Estaduais e Municipais estão em condições pré-falimentares, pondo em risco os direitos sagrados dos servidores públicos e aposentados de receberem regularmente os seus salários.

Liquidada a capacidade do poder público de investir e com a iniciativa privada desestimulada, empregos não são criados e os existentes são destruídos. Já são mais de 10 milhões de desempregados.



O setor agropecuário, motor do nosso desenvolvimento, começa a sentir os efeitos desta grave crise. O Brasil perdeu o grau de investimento, senhores. Perdemos a estabilidade conquistada nos últimos 20 anos. Todas as manhãs o povo brasileiro perde um pouco de sua esperança.

Chegou a hora de mudança! Para que a mudança aconteça, esta Câmara precisa exercer o seu papel constitucional, atendendo aos anseios da sociedade. Precisamos resgatar a credibilidade do Executivo e do Congresso Nacional e restabelecer o diálogo e a harmonia entre os Poderes, para construir as saídas para esta grave crise por que passa o nosso País.

Na nova etapa da vida nacional, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário precisarão de unidade e coragem para encarar as reformas fundamentais: previdenciária, tributária, trabalhista, administrativa e, principalmente, a política, tão sonhada por nós.

É indispensável a construção de um novo pacto federativo para que o Brasil volte a crescer e a gerar empregos.

Não tenho dúvida de que a democracia brasileira sairá consagrada desse processo amanhã.

É emblemático o afastamento da Presidente da República pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A gestão irresponsável das finanças públicas destrói os fundamentos econômicos e sociais de qualquer nação.

Os crimes de responsabilidade que deveremos admitir foram cometidos no atual mandato, mas suas origens foram construídas através de ações irresponsáveis nos últimos 12 anos.

Que isso sirva de exemplo para todos os gestores públicos.

Por isso, meu voto amanhã será *impeachment já!* (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. ADILTON SACHETTI (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos.

Quero externar aqui o meu sentimento neste momento, o sentimento que o Brasil vive. O País não pode continuar como está.

Realmente, não vai haver golpe; vai haver *impeachment* amanhã! O Brasil não pode continuar como está. (Palmas.)

Nós não podemos aceitar a mentira. Nós não podemos ver o Brasil quebrando sem ninguém fazer nada. Não há Governo! Nós estamos parados. A sociedade está ansiosa por mudar esta situação, só não enxerga quem não quer.

Há tempos o Governo está parado, só reproduzindo uma cantiga: dizendo que é golpe, que não há causa.

Quebrar o nosso País não é causa justa para que se tire uma Presidente da República? Quebrar a PETROBRAS não é causa para que se tire uma Presidente da República? “Pedalar” na frente de todo mundo durante 14 meses não é causa para o impedimento de uma Presidente?

Chegou a hora da mudança! Não podemos mais aceitar a forma como este Governo conduz as coisas. Não podemos aceitar ameaças. Nós, produtores, fomos ameaçados, e nós temos posição, sim. Ninguém vai invadir a minha casa, ninguém vai invadir a minha propriedade, por eu ser brasileiro e por trabalhar a terra.

Eu quero, sim, um governo justo, um governo que atenda a todos e que não seja dono da consciência das pessoas. Temos liberdade de escolher, sim, e amanhã escolheremos o *impeachment*! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir, pela Liderança do PR.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PR-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, brasileiros e brasileiras.

Venho neste momento a esta Casa para fazer uma breve reflexão. Há poucos meses, eu entrei para a história de Goiás. Por que o Delegado Waldir entrou para a história de Goiás? Porque o Delegado Waldir foi o mais votado na história de Goiás. Foram quase 300 mil votos. E não foi diferente na nossa maravilhosa Goiânia: tive quase 179 mil votos.

Agora, neste momento, aqui nesta Casa, eu tenho oportunidade de entrar novamente para a história e para os Anais desta Casa. De que forma? Com covardia? Não, Srs. Deputados! Não, brasileiros! Não pela covardia, mas pela ousadia. Pela ousadia de votar pela retirada do Governo mais corrupto da história do mundo, não só deste País! Vamos afastar, sim, este Governo, podem ter certeza.

Eu sei que esta Casa e que estes Deputados têm honra. Amanhã, a partir das 14 horas, virão a este plenário dizer “sim” ao *impeachment* desta Presidente.

Quero lembrar que, em 1980, no Colégio Sion, era fundado o Partido dos Trabalhadores. Quanta moralidade! Quanta moralidade: PT, o partido dos pobres! E no que acabou hoje? Hoje, o PT é o partido dos corruptos, é o partido dos petralhas. E não há como dizer que isso não é verdade.

Onde estão os tesoureiros do PT? Um está em Goiás, Delúbio Soares. E o outro? O outro está no presídio lá em Curitiba! Onde estava Delcídio, o Líder do Governo do PT? Até poucos dias atrás, era o Líder do Governo, aquele que frequentava o Palácio do Planalto, a casa de Lula, a casa de Dilma. E onde estava?



Estava preso, e veio falar ao povo brasileiro sobre as malandragens, sobre as falcatruas que aconteceram nos bastidores deste País!

Senhores brasileiros, e Lula, o homem santo, o homem mais honesto deste País — vocês acreditam nisso, brasileiros e brasileiras que assistem a esta sessão? Lula se avocou o homem mais honesto deste País — chutou o traseiro de padres e pastores: *“Ninguém é mais honesto do que eu!”*

Tenha vergonha na cara, Sr. Lula! Tenha vergonha na cara! Tenha vergonha na cara! O povo brasileiro sabe o quanto você destruiu este País! A sua cara de moralidade foi ao chão, foi ao solo! E não se esqueça! Explique ao povo brasileiro, Sr. Lula, que, neste momento, está escondido aqui, em um hotel, reunindo Deputados, para dar a eles um “pixuleco”, para passar um “pixuleco” a alguns Deputados, para que mudem o seu voto!

Pois bem, Sr. Lula, explique ao povo brasileiro como você fez do seu filho um dos homens mais ricos deste País! Ensine ao povo brasileiro como multiplicar a sua riqueza! Cada cidadão pobre deste País quer aprender com você, quer aprender com você!

Eu participei da CPI da PETROBRAS — acho que alguns colegas e a população brasileira se lembram disso — e eu fiz uma visita ao Dr. Sérgio Moro. E perguntei a ele: *“Dr. Sérgio Moro, quem é o líder dessa organização criminosa? Quem é o líder dessa organização criminosa investigada pela Lava-Jato?”* O Dr. Sérgio Moro não pôde me responder naquele momento.

Mas o Senador Delcídio do Amaral já respondeu. O Marcelo Odebrecht, neste momento, em Curitiba, está fazendo delação premiada. Ricardo Pessoa também. E a sua hora vai chegar. Pode escrever, Sr. Ex-Presidente. Por ter formado a maior



organização criminosa deste País, você vai pagar o seu preço. Pode acreditar nisso!

Eu confio na Justiça brasileira.

Eu quero dizer a V.Exas. que, se hoje estamos vivendo este momento nesta Casa, nós devemos, sem dúvida nenhuma, prestar uma homenagem especial à Polícia Federal brasileira; nós devemos prestar uma homenagem especial ao Ministério Público Federal; nós devemos prestar uma homenagem especial ao Dr. Sérgio Moro. Se nós vamos viver isso agora, não podemos esquecê-los.

Temos que lembrar àqueles que vão governar que as delações premiadas não acabaram e que muita coisa vai vir à tona. A casa de muita gente ainda vai cair, acreditem nisto!

Mando um recado também para a Sra. Presidente e para os nossos colegas que têm ido à tribuna do outro lado e têm falado: “*Coitadinho da nossa Presidente, ela não fez nada*”. Ora, como a nossa Presidente, com foro privilegiado, pode ser investigada hoje pela Polícia Federal? V.Exas. podem me dizer? Não, ela não pode ser investigada!

Mas não se esqueça das tretas de Pasadena, Presidente Dilma! Não se esqueça da sua assessoria, que tem sido apontada nas delações premiadas. Rapidinho, assim que a senhora sair desse Palácio — não se esqueça! —, a senhora vai ser lembrada também. Não se esqueça, não, Sra. Presidente, o seu momento vai chegar!

Nós vemos do outro lado da tribuna algumas plaquetas: “*Isso é um golpe*”. Golpe é o que acontece neste momento com as pessoas mais pobres deste País, que estão desempregadas. São 10 milhões de pessoas desempregadas! Golpe são os nossos presídios abarrotados e as pessoas morrendo.



Sra. Presidente, senhores membros do Partido dos Trabalhadores, golpe é ver 45 mil pessoas morrerem por ano neste País e vocês ficarem calados. Golpe, senhores membros do Partido dos Trabalhadores, são as pessoas nas filas dos hospitais. Isso é golpe! Isso é golpe!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos, cada vez mais, convencidos de que este processo de *impeachment* é uma grande farsa, uma montagem, uma armação, para retirar uma Presidente sem crime de responsabilidade e colocar um Vice-Presidente sem credibilidade, sem voto, sem legitimidade para assumir o poder.

Quero dizer que o comandante deste processo está sentado naquela cadeira.

Quero lembrar aos Líderes partidários da Oposição e da Situação que aqui houve uma rebelião. Quando o Deputado Eduardo Cunha, mais uma vez, fez manobra no Conselho de Ética, vários Líderes do PSDB, do DEM, do PPS, do PCdoB, do PT, do PSOL seguiram, em passeata, ao Conselho de Ética, para pedir a saída do Deputado Eduardo Cunha. Onde está a coerência desses partidos que não veem que Eduardo Cunha macula e contamina todo esse processo com a sua ilegitimidade? Ele já deveria ter saído daí há muito tempo, inclusive pela ação da PGR — Procuradoria-Geral da República sobre o seu afastamento, que ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Não tem legitimidade!

Michel Temer Presidente e Eduardo Cunha Vice-Presidente tem nome: é ruptura democrática; é golpe institucional. Esse é o nome!

Àqueles que acham que o Executivo não tem credibilidade hoje, que está desgastado e por isso tem que sair — nem acham mais que tem que sair por causa das pedaladas fiscais —, quero dizer também o seguinte: qual é a legitimidade de um Governo que será o substituto da Presidente Dilma e nunca teve um voto? Michel Temer tem 1% de intenção de votos nas pesquisas, e 60% querem o seu



impeachment. Isso quer dizer que quando nós voltarmos aqui, quando for votado o *impeachment* — se ele passar, por acaso —, aqueles que foram às ruas pelo “fora, Dilma!” não vão defender Michel Temer. Essa é a realidade.

Por isso, nós estamos aqui para dizer claramente: o PSOL defende o ordenamento democrático. Apenas isso. Somos oposição ao Governo Dilma, mas não queremos uma ruptura democrática, porque isso representa um golpe.

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o orador que falará contrariamente à matéria, o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Boa noite a todos os que nos assistem neste momento.

Eu vou falar mais para quem está nos assistindo fora deste plenário.

Vocês já sabem que a Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime. Nada! (*Manifestação no plenário.*)

Nada foi encontrado. E a maior prova disso é que a Oposição começou, no ano passado, uma campanha pelo *impeachment* sem ter nenhuma acusação contra a Presidente. Passou mais de 1 ano vasculhando todas as possibilidades, buscando encontrar uma justificativa, e não encontrou nada que pudesse macular a história da nossa Presidenta. Utilizou artifícios contábeis para ter pelo menos o que dizer a esta Casa, o que dizer ao País; pelo menos uma razão para incluir numa peça.

V.Exas. sabem também que essa razão já foi completamente descartada, porque o que se tem é um procedimento administrativo feito por todos os Governos anteriores, pelos Governos Estaduais. Não há contra ela nada que possa configurar um crime.

Pior do que isso, telespectadores, ouvintes: o mundo inteiro está sabendo, pois foi publicado nos principais jornais do mundo, que uma Presidente honesta, sem nenhuma acusação, sem nenhuma imputação de crime, está sendo julgada por uma quadrilha de corruptos, contra os quais há provas de contumaz de desvio de recursos, que têm conta na Suíça, com corrupção comprovada, com denúncia na Lava-Jato.



V.Exas. também já sabem que, se a Presidente viesse a ser afastada — não será, porque não terão votos para dar o golpe aqui, amanhã, nesta Casa (*palmas*) — , quem iria assumir seria uma dupla já envolvida na Lava-Jato. Interessante que um inclusive denunciou o outro numa gravação: o Presidente Eduardo Cunha cobra propina que já teria sido recebida por Michel Temer e ele não teria recebido. Essa dupla já atuava antes na corrupção que foi comprovada na Lava- Jato.

Mas nós não podemos esquecer que essa estratégia montada é a mesma estratégia do golpe de 64, com os mesmos atores. Quem financia o golpe é a FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, quem financia o golpe é a elite empresarial brasileira, que faz campanha para fazer a cabeça da população. E não conseguiu fazer, porque amanhã quem vai estar nas ruas mobilizando o povo brasileiro, quem vai estar nas praças, quem vai estar aqui dizendo “não” ao golpe é quem defende a posição de que essa atitude não vai passar.

E mais: o programa que negociaram para conseguir o financiamento é um programa de atraso. A população tem que saber: o que eles querem é colocar corrupto no poder e recomeçar a cortar direitos, a reduzir recursos para a saúde, para a educação. Foi o que Michel Temer negociou para financiar o golpe.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra, para falar a favor, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero começar prestando uma homenagem a um grande símbolo — um grande brasileiro — deste momento que estamos vivendo aqui e agora, o Juiz Federal Sérgio Moro, a representação do profissionalismo, do compromisso com a ética que os brasileiros tanto querem.

A homenagem que faço aqui ao Juiz Sérgio Moro é exatamente porque ele motivou a mudança de que o Brasil precisa: a mudança da ética, a mudança do compromisso com a verdade, a mudança do respeito ao dinheiro público. Esse é o grande legado que deixa o Juiz Sérgio Moro a toda população brasileira.

As pessoas não querem muito das instituições. As pessoas não querem muito do Parlamento, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário. As pessoas querem só um tratamento decente do dinheiro público e mais ética, para que o dinheiro público seja usado em benefício da sociedade.

É isso que as pessoas querem. Não querem muito, não; apenas que tenhamos compromisso com a verdade, com a ética, com a decência e, mais do que isso, com o futuro das gerações do nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o legado diferente que deixaram o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma é o legado da corrupção institucionalizada. Nós sabemos muito bem que não é admissível o vale-tudo que se faz neste momento para viabilizar os votos necessários para segurar a Presidente da República no Governo até o presente momento. Esse é o trabalho que se faz, permanentemente, na tentativa de comprar os votos necessários. É isso que a



população brasileira repudia. Por isso, foram às ruas mais de 6 milhões de pessoas para reivindicar mais decência, mais seriedade, mais ética na vida pública.

Portanto, nós queremos mudança. É isso que quer a população brasileira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós vimos inconsequência na utilização do Orçamento, com as pedaladas fiscais. Nós vimos inconsequência dessas pessoas que governaram até hoje o Brasil, que está nas mãos do PT, do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma. essas pessoas não consubstanciaram a verdade que a população tanto quer.

Por isso, vamos ao *impeachment!* Vamos ao movimento, amanhã, dizendo “basta”, “chega”! Queremos a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contrariamente, com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Prezados Deputados e Deputadas, em outro abril, em 1964, um Presidente do Senado declarou a vacância do cargo do Presidente João Goulart. Tratava-se de uma mentira, porque João Goulart ainda se encontrava dentro do País.

Do meio deste plenário, em que se encontra o Deputado Arlindo Chinaglia, um Deputado polido e educado gritou a palavra que cabe hoje aos golpistas dos nossos dias. Tancredo Neves, por três vezes, gritou: “*Canalhas! Canalhas! Canalhas!*”. (Palmas.)

Prevalecerão, amanhã, Tancredo e a luta democrática? Prevalecerá aquele que denomina este Plenário Ulysses Guimarães? Ou prevalecerão os canalhas, aqueles que hoje, sem pudor, à luz do dia, armam golpes, organizam conspirações,



apresentam programas, desrespeitam a Constituição e pensam que o Brasil aceitará um golpe violador da democracia, das instituições e da dignidade?

O processo que se encontra à mesa é eivado de contradições e de mentiras. Comete-se nesta Câmara o maior crime, que é um julgamento viciado, um julgamento para o qual se ataca sem provas e se procura cassar a Presidente da República em seus direitos políticos, retirá-la do poder, para que um Vice-Presidente, sem votos, ocupe o seu lugar.

A unidade de uma nação não se faz sem o povo; a unidade de uma nação não se faz de um encontro de uma casta ou de uma classe privilegiada que despreza 54 milhões de eleitores.

Não é possível, Sras. e Srs. Deputados, que esta Câmara se transforme em um colégio eleitoral, e que V.Exas. queiram eleger aqui, pelo voto indireto, Michel Temer, um conspirador, e manter na Mesa desta Casa Eduardo Cunha, um traidor desta Nação, um corrupto a quem denunciamos.

Fora, Cunha!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Cabo Sabino, para fazer sua manifestação favorável.

O SR. CABO SABINO (Bloco/PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, da *GloboNews* e de tantas outras TVs que repercutem para todo o Brasil e para o mundo esta sessão, a Presidente Dilma já reconheceu que não tem mais condição de governar o Brasil. E reconheceu isso nesta Casa, ontem, através do seu Líder, quando disse que o Brasil não tem mais jeito. O Líder do Governo, ontem, assumiu para todo o Brasil que eles não têm mais condições.



Não sou eu que digo isso. S.Exa. mesmo disse ontem, através de um vídeo, que está gravado nesta Casa. Aqueles que quiserem ver o vídeo e escutar o áudio busquem nos Anais da Casa, e, em pouco tempo, estará no Facebook e em grupos de WhatsApp o vídeo em que o Líder do Governo assume que não tem mais jeito.

V.Exas., caros Deputados, caras Deputadas, que estão indecisos, aqueles que dizem que fazem um movimento para o voto de abstenção e que não querem vir a esta Casa, amanhã, honrem o seu voto, honrem o paletó que vestem. Quem não vier amanhã é covarde; não vale o voto que recebeu do seu eleitor nas urnas.

V.Exas. acham que a Presidente Dilma e o seu Governo vão honrar o compromisso que têm feito, distribuindo cargos em Ministérios? Ela caloteou 54 milhões de eleitores. V.Exa. acha que ela vai honrar o compromisso que fez com V.Exa., as promessas que ela lhe fez, por V.Exa. estar se vendendo? Abra os olhos! V.Exa. você não é criança, Deputado.

Amanhã, nós temos que vir aqui, como aqueles que têm um sentimento patriótico, que amam o Brasil, que têm sentimento pelo povo brasileiro, para honrar cada voto que tivemos e votar a favor do *impeachment*, tirar este Governo de corruptos, de ladrões, que enojam o nosso País, que enojam a Nação.

Nós somos brasileiros de coração. Nós estamos aqui porque acreditamos num Brasil forte, num Brasil livre, longe de bandidos e de corruptos.

“Sim” ao *impeachment*! Xô, bandidos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando ao final de um processo eivado de vícios e inconsistências.

Sabemos que a Oposição golpista perdeu o pudor e hoje já nem fala em *impeachment*, fala em cassação. Cassação como instrumento arbitrário, cassação como instrumento ditatorial, cassação como regime de exceção. É isso o que se está urdindo, como uma tropa em galope numa corrida rústica, contra os preceitos democráticos que, com muita luta, erguemos neste País.

Temos dito nas ruas, nas praças, que não vai ter golpe, e, amanhã, o povo brasileiro sairá de maneira ordeira, mas determinada, para dizer que não vai ter golpe, porque é o que se está tramando, a partir de uma maioria constituída por negociatas, por traquinagens, por mãos que escorregam, por uma maioria que eles alardeiam, embora não tenham os dois terços. E V.Exas. sabem que não passarão, golpistas, porque efetivamente a construção foi sólida, com políticas sociais, com universidades, com a garantia de escolas técnicas.

Não gritem de costas! Olhem nos olhos de uma mulher que tem coragem, como tem Dilma, como tem a querida Dilma, querida das urnas, querida do povo brasileiro.

A crise nos abala, mas nós a superaremos com o Governo legitimado, nas urnas, pela vontade popular, que V.Exas. querem usurpar. São, portanto, usurpadores, ditadores e lampejam com corrupção.

Ora, somos todos contra a corrupção. Quem fortaleceu o Ministério Público e a Polícia Federal foram Lula e Dilma, foram nossos Governos. Mas não admitimos que haja uma ação completamente direcionada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

CD -
AUTUAÇÃO
P.S. 11260

Montagem: 4176

O processo fala em pedaladas. E pedaladas, senhores dos gritos furtivos, não é crime. E, sem crime de responsabilidade, não há *impeachment* e é golpe!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nobres Parlamentares, inicialmente quero saudar calorosamente o povo brasileiro. Saúdo você que nos acompanha pelos meios de comunicação e, em especial, o povo cearense, esse povo forte, esse povo alegre e produtivo, que vem suportando essa crise econômica, crise política, crise ética, crise moral implementada pelo Governo Lula, implementada pelo Governo do PT.

Basta de corrupção! Basta, acima de tudo, da falta de credibilidade que este Governo gerou em nosso País!

Por diversas vezes relatei, aqui desta tribuna, lado a lado com meus colegas, os Deputados do PSDB, o estelionato político que o Governo do PT implementou em várias regiões do nosso Estado e do nosso País.

Também relatava aqui o descumprimento da Carta Magna em relação à moralidade, à legalidade, à publicidade, à imensoalidade, à eficiência na sua gestão. O PT, efetivamente, não cumpriu a nossa Carta Magna; descumpriu a Lei Orçamentaria Anual; descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Governo de Dilma também foi omissa. Houve omissão dolosa e negligência. O Governo deixou perpetuar a corrupção, que se generalizou em vários órgãos federais. Ele, através da sonegação de dados, escondeu rombos de bilhões de reais; escondeu a situação fiscal de nosso País. Provocou essa inflação, gerou o desemprego de milhões de brasileiros, fazendo com que a administração dos Municípios e dos Estados brasileiros ficasse também inviabilizada.



Sr. Presidente, o nosso constitucionalista Rui Barbosa afirmava: “*Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o Poder Legislativo represente o povo e que o povo influa efetivamente nos seus representantes*”.

É por isso que o povo foi às ruas; para fazer com que, nessa sessão de amanhã, muitos dos nossos Parlamentares votem pelo *impeachment* da Presidente Dilma.

A Constituição é o caminho para vencermos a crise. *Impeachment* não é golpe. Muito pelo contrário, o *impeachment* serve para fortalecermos as instituições e o Estado Democrático de Direito.

Foi lá no Nordeste que Dilma ganhou as eleições, mas no Nordeste também Dilma não tem mais credibilidade. Que é feito da transposição do Rio São Francisco, das refinarias, da Transnordestina? É calote político!

É por isso que nós do PSDB estamos lado a lado, unidos e irmanados, para dar uma grande vitória no dia de amanhã, uma grande vitória que represente a legitimidade de cada Parlamentar, através do seu voto, sem haver corrupção.

É por isso que estou reafirmando o meu compromisso, não somente como representante do Estado do Ceará e do meu Município de Maranguape, mas como representante do povo brasileiro.

Vamos ao *impeachment*! Somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Margarida Salomão.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT-MG. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Parlamentares, faço uso da palavra nesta sessão histórica, em que daremos conta de cada um dos nossos gestos à história do Brasil, invocando o elemento que



deve dar sentido a todas as nossas intervenções neste Plenário: a defesa inarredável da ética pública.

De fato, observa-se hoje, na sociedade brasileira, um brado ensurdecedor por uma cena pública limpa e decente. Há uma justa indignação popular contra a má prática secular dos agentes públicos com finalidades particulares. Já em 1630 — vejam os senhores como é velha a corrupção no Brasil —, o nosso primeiro historiador, o frade franciscano Vicente do Salvador, dizia: *“Nenhum homem nessa terra é republicano, pois trata o bem comum como seu bem particular”*.

Ao me juntar àqueles que denunciam a corrupção, quero dizer que esta sessão está profunda e irreversivelmente corrompida, por três razões.

Em primeiro lugar, porque aqui se examina a admissibilidade do pedido de *impeachment* sem que se tenha caracterizado no relatório que o apoia nenhum crime de responsabilidade. Nenhuma linha do relatório demonstra que tenha havido crime de responsabilidade. Portanto, quer se fazer o *impeachment* contra uma mulher cujo nome não está em nenhuma lista de denúncia que hoje frequenta a imprensa brasileira. Por isso, diz o *New York Times*: *“Pratica-se no Brasil uma afronta, um tapa na cara da população, porque corruptos querem cassar uma mulher honesta”*.

Em segundo lugar, esta sessão está corrompida porque o acatamento desse pedido de *impeachment* foi feito por um Deputado que, este, sim, é réu no Supremo Tribunal Federal — assim foi decidido por 10 votos a zero. É corrompido um processo se o juiz que o preside for, formalmente, réu por motivo de corrupção.

Em terceiro lugar, este processo está corrompido pela hipocrisia que traveste de rito jurídico o que é, na verdade, disputa política.



Leonardo Boff disse uma frase inesquecível: “Se os pobres do Brasil soubessem o que está se tramando contra eles, não haveria ruas que coubessem todos aqueles que defendem o seu direito”.

Por isso sou contra o golpe! Fique, Dilma! Fora, Cunha! Fora, Temer!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Feijó.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voto “sim”, pelo *impeachment*! Voto “sim”, pelo afastamento.

A Presidenta Dilma cometeu, sim, crime de responsabilidade. Ela ignorou a peça orçamentária. Ela pedalou, gastou o que não podia gastar, principalmente, nos períodos eleitorais. Como se não bastasse isso, os 13 anos de Governo do PT se transformaram numa verdadeira tragédia para o povo brasileiro.

O povo brasileiro não aguenta mais, Sr. Presidente, inflação alta, PIB com queda de 4%, corrupção generalizada.

Se não bastassem os aspectos jurídicos, também voto totalmente, sintonizado com os meus eleitores. Represento o norte e o noroeste do Estado do Rio de Janeiro: Campos, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, Santa Maria Madalena. E existe uma unanimidade: 100% daquele povo, dos meus amigos, dos meus eleitores, querem que eu vote pelo *impeachment* da Presidenta Dilma. Fazendo assim, não tenho dúvidas de que estou contribuindo para que possamos ter um País melhor.

Vamos votar pelo *impeachment* porque o Brasil não suporta mais esse desgoverno.



Sr. Presidente, eu, no meu quinto mandato de Deputado Federal, nunca assisti a um momento tão trágico como este.

Quero aqui também homenagear, além dos meus eleitores, duas pessoas muito queridas, a minha mãe, Anésia Feijó, de 87 anos de idade, totalmente lúcida, politizada, e o meu tio Jorge Feijó, de 85 anos de idade, lúcido, competente, politizado, que me pediram para votar pelo *impeachment* da Presidenta Dilma.

O Brasil não merece esse desgoverno. Eu quero ser um instrumento do povo do norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro, para que possamos viver num País melhor.

Impeachment já! Chega de farra! Chega de corrupção! Chega de ladroagem!
Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães, do PCdoB da Bahia.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me neste momento ao povo brasileiro que está nos vendo e nos ouvindo.

Quero dizer a vocês que estão fazendo aqui um processo com que tentam cassar uma Presidente honesta. Naqueles processos que estão ali em cima não há sequer uma denúncia de corrupção. Nenhum tostão do povo brasileiro caiu no bolso ou na bolsa da Presidente da República.

O conluio foi montado por esse Presidente que está aí. Esse, sim, que é réu em processo no Supremo Tribunal Federal; esse, sim, que tem uma denúncia agora de ter recebido 52 milhões de reais da empresa Engenharia Carioca. É esse que está conduzindo o processo. E todos esses que estão defendendo aqui o



impeachment ainda vêm me falar de combate à corrupção, quando estão sendo dirigidos por um corrupto e por um Vice-Presidente que está denunciado na Operação Lava-Jato.

Portanto, esse é um processo ilegal, é um processo imoral! E vem contra você, minha cidadã e meu cidadão do Brasil, porque ele vai atentar contra o Bolsa Família, vai atentar contra o Minha Casa, Minha Vida. Nós, que somos do Nordeste, sabemos o quanto este Governo e os Governos do Presidente Lula foram benéficos para o crescimento do Nordeste, com avanço da inclusão social — beneficiaram 30 milhões de brasileiros.

É contra este movimento que a elite que deu o golpe em 1964 tenta hoje dar um novo golpe no Brasil. Este golpe não passará, porque a consciência política dos brasileiros está nas ruas. São democratas, intelectuais, artistas, movimentos sociais se levantando contra essa farsa, contra aqueles que não ganham nas urnas e querem ganhar no tapetão, contra aqueles que foram rejeitados quatro vezes nas urnas. Não ganham nas urnas, mas querem ganhar no tapetão.

Quero chamar a atenção dos indecisos. Não se deixem ser dirigidos por Eduardo Cunha! O PSB de Miguel Arraes e o PMDB de Ulysses Guimarães não podem ser um PSB e um PMDB que venham a coadunar com o golpe militar. Eles não fizeram isso. Foram vítimas do golpe militar e não podem estar de acordo com este novo golpe.

Vamos à luta! O golpe não passará!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.



O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história está sendo escrita por todos nós e vai nos julgar por ação ou omissão. O PT e seus acólitos dessa derrocada continuam a mentir e a repetir palavras de ordem de que o *impeachment* é golpe.

Golpe é mentira do PT. Golpe é dividir, usando para isso toda a máquina governamental; incitar luta entre classes sociais, entre pobres e ricos, entre negros e brancos. Golpe é mentira do PT.

Golpe é dividir para dominar, para submeter, para manipular e esconder a natureza totalitária e irresponsável desse partido que se entranhou no País, que votou contra a Constituição de 1988, mas hoje a usa falsamente como escudo; que votou contra o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Bolsa Escola.

Golpe é ter um discurso diferente da prática; é falar uma coisa e fazer outra; é mentir; é maquiar a realidade para se manter no poder. Golpe é mentira do PT.

Golpe é decidir o destino desta Nação no foro de São Paulo, com a presença de partidos políticos, movimentos sociais e terroristas estrangeiros, distribuindo o suado dinheiro do povo brasileiro para a ditadura bolivariana, deste continente, e outras, sanguinárias, do continente africano.

Golpe! Golpe é a mentira do PT. Golpe é aparelhar, com dinheiro público, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, meios universitários, parte da imprensa e tudo o que for possível e utilizar a mentira como método.

Golpe é a mentira do PT. Golpe é montar uma gigantesca máquina de propaganda para alavancar e propagar a mitologia em torno de Lula, utilizando uma receita fascista, stalinista e nazista de Goebbels.



Golpe! Golpe é a mentira do PT. Golpe é roubar as estatais e os fundos de pensão; é distribuir e destruir a PETROBRAS e as esperanças desta Nação.

Golpe é cruzar os braços diante de um País onde mais de 60 mil pessoas são assassinadas sob a benevolência deste partido.

O Brasil está ferido, dividido, explorado, sofrido e precisa de uma chance para um novo recomeço.

Amanhã nós vamos dar um enorme passo nessa direção. O *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e a retirada dessa quadrilha do Poder vão permitir que o povo brasileiro volte a acreditar no seu futuro com força, coragem, serenidade e cabeça erguida, contando com as bênçãos de Deus.

Direi, em nome dos nossos filhos do Rio Grande do Norte e de todos os brasileiros, "sim" ao Brasil.

Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, povo do Amapá, não são segredo para ninguém as enormes discordâncias que eu, como Parlamentar brasileira, representante do povo amapaense, tenho com a condução dada ao nosso País pela Presidente Dilma Rousseff. Esta crítica vem da sua incapacidade do Governo em perceber a importância de construir um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e do descaso com as populações tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.



Minha insatisfação se aprofunda quando vemos os aliados estratégicos escolhidos pela Presidente, entre eles o ex-Senador pelo Amapá José Sarney, representante do atraso na nossa República.

Que fique bem claro: o PSB do Amapá não participou do Governo Dilma em nenhum momento. Não tivemos cargos e nem queremos ter. Eu voto com a consciência tranquila, pois sou independente em relação aos dois lados da disputa.

Para cassar um mandato eletivo, é preciso que exista crime acima de qualquer dúvida razoável. Tenho convicção de que não foi comprovado crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma Rousseff.

Vamos separar o que é político do que é jurídico. Temos que ter responsabilidade. Não podemos entregar graciosamente a Presidência do País ao PMDB, partido sobre o qual pesam fortes acusações de corrupção.

Defendo a soberania do voto popular e as regras democráticas. Por isso, meu voto é contra a admissibilidade do *impeachment*.

Não podemos permitir que o País continue dividido e perca as conquistas da democracia.

Fora, Cunha! (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Resende. Logo depois vou conceder a palavra aos Líderes.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, brasileiros de todos os rincões, principalmente do meu Mato Grosso do Sul e da minha querida Dourados, o dia de amanhã será lembrado no futuro como o início do fim do Governo Dilma. Não digo isso com alegria; digo com pesar. Chegamos a essa situação por culpa exclusiva de um



Governo que se elegeu mentindo, que desrespeitou o voto de mais de 54 milhões de brasileiros, que zombou dos aliados políticos, que transformou a corrupção em endemia e que se mostrou incompetente para resolver os problemas que ele mesmo criou.

O preço a ser pago é alto, mas o Brasil é maior do que esse erro político que estamos enfrentando e que vamos vencer, com certeza. Nossa jovem democracia já deu mostras de que não depende de milagres e que vai encontrar por seus próprios meios os remédios certos para colocar o Brasil nos trilhos.

Há 14 meses o Governo Dilma está sangrando. Para o povo, esse sangramento já virou hemorragia. Na vida dos brasileiros comuns, o caos atende pelo nome de desemprego, inadimplência, falta de remédios e médicos, violência. Falta quase tudo, o que fere de morte a nossa esperança de uma vida melhor.

Mais grave é saber que as principais ações desse Governo tiveram como alicerce a corrupção. Enquanto o trabalhador sua a camisa para ganhar o seu pão, a gestão do Governo embolsava vultosas propinas, num jogo em que só os privilegiados ganham.

Os brasileiros estão fartos desse jeito de governar. Mas eu não vou ficar aqui apenas lamentando.

Tenho certeza de que no futuro o dia de amanhã vai ser lembrado como o dia de uma grande virada. Quando o *impeachment* for aprovado e a Presidenta Dilma for afastada, estará em nossas mãos a tarefa de reconstrução de um Brasil mais justo e mais digno. E eu torço para que isso sirva de lição e aprendizado.

A minha decisão de votar pelo afastamento da Presidente Dilma vem da firme convicção de que faço o melhor pelo meu País e reflete o respeito que tenho pela



maioria dos brasileiros, especialmente por aqueles que vivem em Mato Grosso do Sul e, em particular, na minha querida Dourados.

Com todo o respeito, Presidente Dilma, está na hora de a senhora ir para casa. Dê lugar a quem tem condições políticas, habilidade administrativa e apoio da população para unir de novo o País. Só assim vamos acabar com essa paralisação profunda para a qual a senhora e seu Governo nos empurraram.

Impeachment já! Viva Dourados! Viva Mato Grosso do Sul! (Palmas.)

(Manifestação no plenário: Fora, Dilma!)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Peço respeito aos oradores, por favor! *(Manifestação no plenário.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o Brasil todo está ligado no que está acontecendo aqui. A maioria da população quer a verdade verdadeira, porque a versão mentirosa está sendo usada por aqueles que votaram neste Governo corrupto, que deu o verdadeiro golpe no Brasil.

Como em outras oportunidades, eu gostaria de ler aqui parte da fala de um ilustre componente desse PT da corrupção, que disse o seguinte, em setembro de 1992, no *impeachment* de Fernando Collor:

“Foi o povo brasileiro que assumiu a vanguarda na luta contra a corrupção, contra a impunidade e pelo afastamento do Presidente da República. Isso significa que, agora, o País volta às mãos de seu povo, que deu à Câmara dos Deputados uma decisão a ser cumprida: o afastamento do Presidente da República.”

Essas palavras foram ditas pelo hoje presidiário, ícone do PT, o cérebro pensante, o Sr. José Dirceu. Agora, como ele tem muitas regalias, deve estar acompanhando esta sessão pela televisão. Um absurdo! Mas o que disse esse senhor agora está acontecendo.

Tantos outros do PT e sua corja fizeram pedidos semelhantes. Então, nós que hoje somos a favor do *impeachment* estamos exatamente atendendo ao pedido feito por eles naquela época. Antes não era golpe, mas hoje é golpe? Coisa nenhuma! Cada vez mais o Brasil está naufragando. E nós temos responsabilidade e não



vamos aceitar que o Brasil continue nas mãos dessa máfia corrupta que cada vez mais quer sucatear o nosso País.

Chega de corrupção! Chega de ladroagem! Chega de tantas coisas horrendas, com a população sofrendo e o Brasil naufragando!

Tudo o que eles estão dizendo é para tentar proteger essa corja de ladrões que roubam dia e noite e querem continuar fazendo isso. Mas as mulheres e homens sérios do Brasil não querem que isso continue e apelam aos Deputados que os representam para que aqui aprovem o *impeachment*.

Eu sou a favor do *impeachment*. Não me vendo, não me troco. Não há dinheiro que mude meu voto. Quem quiser ir que vá, mas estou com o PHS nesta luta.

Parabéns a todos que estão defendendo o *impeachment*! Parabéns, povo brasileiro! (Palmas.)

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Fora, PT!)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Carmen Zanotto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo o tempo do meu partido para agradecer a um conjunto de Parlamentares que, na noite de ontem, concordaram com a otimização dos trabalhos para garantirmos o processo de votação na tarde de amanhã.

Como todos nós estamos acompanhando, temos conhecimento de que os trabalhos se iniciaram na manhã de ontem, às 9 horas, com o pronunciamento da acusação e o da defesa. Depois 25 partidos tiveram direito de falar por 1 hora. Além disso, os Líderes tiveram 1 hora e 40 minutos durante cada uma das sessões.

Se tivéssemos mantido o rito definido na primeira etapa, só iríamos concluir os trabalhos na manhã de domingo, ou seja, a 1 hora da manhã, na virada de sábado para domingo.

Fruto de um grande acordo, feito com o apoio do Deputado Jovair Arantes, conseguimos que, durante a madrugada e na manhã de hoje, os partidos que apoiam o processo de *impeachment* reduzissem o seu tempo. Os Líderes reduziram as suas inscrições. Com isso, ganhamos 6 horas.

No início da noite de hoje iniciaram-se as inscrições individuais dos Parlamentares para se pronunciarem por 3 minutos.

Mas esse coletivo, ainda preocupado com a tarde de amanhã, preocupado com os milhares de homens e mulheres que vão estar nas ruas em sua cidade e, principalmente, aqui em Brasília, não poderia atrasar o processo de votação da tarde de amanhã.



Esse coletivo de partidos que apoia o processo de *impeachment* está trabalhando com os seus Parlamentares para que abram mão do seu tempo de 3 minutos a fim de que consigamos garantir o início dos trabalhos na tarde de amanhã.

Por que só eu estou falando em nome do meu partido, o PPS? Porque percebemos que nós não iríamos dar conta dos trabalhos, conforme as planilhas apresentadas pela Mesa na noite de ontem.

Portanto, quero agradecer a cada um dos Parlamentares e a cada um dos Líderes que não mediram esforços para que nós, em respeito ao coletivo de homens e mulheres que estarão nas ruas...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Antônio Jácome, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTN.

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (Bloco/PTN-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, meus conterrâneos do Rio Grande do Norte, por que não começar citando a Bíblia Sagrada, onde está escrito: “*O Senhor Deus muda o tempo e as estações*”? Quem diria que um dos 12 filhos de Seu Neném e D. Alda, criado sob o sol causticante do pé de serra do Sertão nordestino e tendo estudado em pequenas escolas públicas da periferia, chegaria aos 17 anos de idade a uma universidade federal para cursar Medicina e depois trilharia os caminhos da vida pública com sucessivas eleições!

Hoje, como o primeiro Deputado Federal evangélico da história do Rio Grande do Norte, eu posso viver este momento único, histórico e definitivo para o nosso País.

Qual de nós, colegas, imaginou, há 14 meses, quando juramos cumprir fielmente a Constituição brasileira, que amanhã estaríamos votando a permanência ou não da Presidente da República no cargo?

Quero, em alto e bom som, com a minha consciência tranquila e a certeza de que estou honrando o voto e a confiança do povo do meu Estado, reiterar o voto “sim” ao *impeachment*, o voto “sim” ao impedimento da Sra. Presidente da República.

Quero agradecer aos colegas do Partido Trabalhista Nacional — PTN, que me facultaram a oportunidade de usar o tempo da Liderança.

Para embasar o meu posicionamento, citaria o advogado Cleverson Marinho, que, de forma muito lúcida, escreveu:



“(...) embora constatar-se a ocorrência de crimes de responsabilidade da denunciada, atentatórios à probidade administrativa, como sérias lesões ao Orçamento, pela edição de decretos não numerados, abrindo crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, pela prática das chamadas...”

(Desligamento automático do microfone.)



vendo minha dignidade! E eu tenho certeza de que os outros Deputados também não vão vender a sua.

Pode ter certeza, Sra. Presidente Dilma Rousseff, de que amanhã é o seu último dia como Presidente da República. (*Palmas.*) Amanhã a senhora e o PT encerram a sua carreira. E o Brasil, mais uma vez, vai poder voltar a crescer; e o Brasil, mais uma vez, vai poder voltar a florescer.

Eu sou brasileiro. A corrupção não é culpa do brasileiro. Podem ter certeza de que este momento passará, de que esta tormenta em que o povo brasileiro se encontra passará. E nós daremos vez a um novo futuro. Mais uma vez, nós daremos voz às ruas. (Palmas.)

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos a este plenário com alegria, porque estamos fazendo algo que, apesar de difícil, é a nossa obrigação.

Fui eleito pelo povo do meu Estado, o meu querido Pará, para representá-lo. E, nesta Casa, eu sou a sua voz e a sua vez.

Nós não podemos aceitar que roubem a PETROBRAS enquanto as nossas estradas estão esburacadas, enquanto as nossas estradas estão voltando ao pó. A BR-155, uma estrada de exportação, de entrada de grãos, tem pontes assassinas, de madeira. Enquanto isso, nós estamos financiando portos em outros lugares. Estão roubando o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e deixando o nosso povo passar fome. Nós não podemos aceitar isso! O povo do Pará não aceita mais isso! O povo do Pará está dizendo: *“Basta!”*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Expedito Netto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. EXPEDITO NETTO (Bloco/PSD-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a todos que assistem pelos meios de comunicações a este dia histórico, em uma semana histórica.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Governo nunca imaginou que mais uma vez um Gonçalves Ferreira, que mais uma vez um rondoniense estaria aqui, hoje, dando esse golpe, dando essa espada divina, a espada da misericórdia, no Governo. Minha família já sofreu na mão deste Governo.

Hoje eu vi amigos meus sofrerem na mão deste Governo, com propostas indecentes, propostas estas feitas até pelo Poder Judiciário do nosso País.

Sr. Presidente, é inaceitável que nós continuemos seguindo por esse caminho. Este Governo o nosso País não aguenta mais. Rondônia não aguenta mais.

Eu vim aqui hoje exercer meu mandato, representar o Estado de Rondônia, que sabe o que é certo. Competiu a mim a missão de ir contra este Governo, de ir contra a corrupção, de vir representar o povo trabalhador e honesto de Rondônia. Eu nunca poderia deixar de representar o meu Estado com a classe, com a honestidade que ele merece.

Venho, mais uma vez, reafirmar o meu voto. Não aceito propostas. Assim como o meu pai não aceitou no passado proposta contra este Governo, eu não aceitaria. E digo a todos que queiram comprar pessoas decentes e que queiram mudar esse jogo, comprando-as pelo jogo da sombra, que eu não aceito, que eu não



Precisamos de um governo que traga respeito, que traga dignidade, que traga honradez. Queremos poder bater no peito e dizer: *"Eu participo desse governo; construo, junto com esse governo, dias melhores para a minha família"*.

Estamos honrando pessoas que se encontram nas ruas neste momento, pessoas que não são políticas, mas que largaram seus empregos e trabalham em prol deste País, confiando neste País e em dias melhores para nossos filhos. Profissionais liberais largaram seus consultórios, largaram seus afazeres, largaram suas empresas e foram para a rua, com o verde e amarelo no peito, dizer: *"Sou brasileiro e exijo respeito"*.

Por isso, estou aqui, neste momento, em nome do meu partido, em nome do meu Estado, em nome da minha família, honrando-a, principalmente as minhas filhas — duas meninas: Lara e Laís. Elas poderão dizer: *"Meu pai participou disso, participou da transformação deste País, participou da limpeza deste País"*.

Por isso, eu digo, neste momento, que precisamos passar o País a limpo. Vamos limpar o Brasil. Vamos trazer o Brasil para o lado que ele precisa, o lado da honradez, da ética, da moral, da construção de um novo futuro. É por esse futuro que nós estamos aqui trabalhando e vamos continuar a trabalhar.

O PSD, meus amigos, está aqui participando com vocês. E tenham a certeza de que nós vamos ter dias melhores, porque estaremos aqui. Vamos acabar com essa sangria absurda e maléfica para o nosso povo, que só leva dinheiro para fora. Há uma gatunagem tirando o dinheiro do Brasil, enquanto nós estamos sofrendo. O povo do Pará está passando fome, sem dinheiro para nada, nem para comer! Nós precisamos melhorar isso. Estamos lá passando necessidade. Mas isso vai mudar,



porque nós vamos exigir respeito, cobrar pela nossa gente, pela nossa Pátria, pela nossa cidade, pelo nosso Estado, pelo nosso Brasil.

Contem conosco, porque não vamos parar de trabalhar. Nós não vamos poder parar de fazer o pedido normal e ético. Vamos precisar que este espaço aqui seja preenchido para cobrar mudanças. Vamos exigir que o novo Governo traga mais honraria, que traga mais respeito ao dinheiro público. Vamos precisar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica financiem as nossas estradas. A nossa BR-316 tem que ser duplicada; a BR-155 voltou a ser pó. As nossas antigas estradas, Deputado João Rodrigues, que eram de asfalto, estão voltando a ser de poeira, com desrespeito e com lama. A Transamazônica está inacabada. Houve propostas e mentiras por anos, anos e anos. Nós não vamos aguentar mais isso.

Eu venho aqui, com muita tranquilidade e com o coração aberto, fazer algo que não é bom, que não me deixa feliz em fazer. É um processo radical, mas preciso fazê-lo. Honrando a minha terra, honrando a minha família, honrando o meu mandato, eu vou dizer: *"Basta! Precisamos de respeito! Impeachment já!"* (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos intercalar agora com o quarto orador da lista.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para falar contra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Constitui-se em ato de flagrante ilegalidade o *impeachment*.

Com relação aos entendimentos do Tribunal de Contas da União, é preciso ressaltar que ele sempre considerou as medidas legais e que não há comprovação da prática de crime de responsabilidade. Não sou eu quem fala. São 136 Procuradores da República que dizem que o *impeachment* é golpe.



É golpe, como está sendo confessado nesta sessão do dia de hoje. Aqui se fala que é preciso fazer *impeachment* porque não houve duplicação de rodovias; que é preciso fazer *impeachment* por quê? “O meu Estado está abandonado”. Fala-se de uma avaliação do Governo, esquecendo-se de que nós estamos no presidencialismo.

São réus confessos os covardes. Quem vem aqui falar de covardia? Covardia de um homem como Luiz Inácio Lula da Silva, que enfrentou a fome e a miséria? Covardia de uma Presidenta mulher, que é vítima de expressões machistas, de expressões misóginas? (Apupos.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

A SRA. ERIKA KOKAY - Falar de covardia? Esses que se escondem atrás de um corrupto como o Deputado Eduardo Cunha, esses que se calam frente aos 52 milhões de reais e as 11 contas na Suíça? Covardes são os que querem solapar a democracia! Covardes são aqueles que fazem a distribuição de um governo que ainda nem existe, porque a fila que há no Palácio do Jaburu com certeza não é a fila para um sarau cultural, é a da distribuição dos cargos — que não virão! (Apupos.)

Nós estamos vendo a repetição de 1964! As fardas estão sendo substituídas pelos paletós apertados! As botas estão sendo substituídas pelos sapatos de luxo! As baionetas estão sendo substituídas pelos microfones e pelas canetas! (Apupos.)

É golpe! E amanhã nós vamos dizer: “Tchau, golpistas e fascistas. Vocês não passarão!” (Apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa. (Pausa.)



O SR. PEPE VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Não dá para continuar assim. A Mesa tem que garantir a palavra para todos na tribuna.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a palavra “república” vem do latim: “*res publica*”, que significa “coisa pública”.

O SR. PEPE VARGAS - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, eu estou com a palavra. O Deputado Pepe Vargas não está me deixando falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A palavra está com o orador. Em seguida, eu cedo a palavra ao Deputado Pepe Vargas para uma questão de ordem.

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, a palavra “república” vem do latim: “*res publica*”, ou seja, “coisa pública”. E não há nada que mais atinja a coisa pública, a República, do que dois atos.

O primeiro é a corrupção, que todo mundo sabe que devasta, e muito, não só os recursos públicos, mas também a vida da população de modo geral. É o que mais mata no Brasil hoje, sem dúvida nenhuma.

O segundo é a incompetência dos governantes, incompetência que hoje está alojada no Palácio do Planalto.

É contra isso que hoje nós estamos nos posicionando e amanhã daremos o voto definitivo, pró-*impeachment*. Por que, Sr. Presidente? Porque as coisas precisam mudar. Há um sopro sobre o Brasil, há um sopro de mudança, que começou com a aprovação da Lei da Ficha Limpa neste Congresso. Há um sopro de mudança que vem com a Operação Lava-Jato. Há um sopro de mudança que amanhã culminará com um grande momento aqui no Congresso Nacional. E depois



virá, penso eu, a aprovação das dez medidas contra a corrupção. Esse sopro que vem sobre o Brasil vai trazer, se Deus quiser — e o povo clama por isso —, dignidade ao processo político, dignidade à coisa pública, dignidade à nossa República.

Eu acredito nisso, Sr. Presidente. Eu acredito nisso, Sras. e Srs. Deputados. E digo a V.Exas. que nós estamos construindo um momento histórico para a Nação. Se todos nós colocarmos a mão na consciência e pensarmos que não estamos votando só o impedimento de um governo, mas também o impedimento de um sistema político que precisa cair, de um sistema político que não pode mais continuar vigente no País, todos tomaremos a atitude correta. Assim eu espero.

Portanto, Sr. Presidente, amanhã, pelo meu Estado de Goiás, pelos meus filhos, Estevão e Amanda, por todo o povo brasileiro, eu vou bradar em alta voz: *“Sim ao impeachment!”*, para que o primeiro passo rumo à mudança comece aqui, neste Parlamento!

E eu termino dizendo: que Deus abençoe a nossa Nação! E que o sol da justiça brilhe nos quatro cantos deste País, se Deus quiser.

Eu voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PEPE VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 76 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é a questão do ordem de V.Exa.?

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Regimento Interno, no art. 76, diz:



“Art. 76. Nenhum discurso poderá ser interrompido

*ou transferido para outra sessão, salvo se findo o tempo a
ele destinado, ou da parte da sessão em que deve ser
proferido, (...).”*

O art. 73 e seu inciso XIII, por seu lado, dizem:

*“Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e
austeridade das sessões, serão observadas as seguintes
regras:*

.....

*XIII - não se poderá interromper o orador, salvo
concessão especial deste para levantar questão de ordem
ou para aparteá-lo, (...).”*

Então, Sr. Presidente, pela boa ordem dos nossos trabalhos — e isso vale para os dois lados, vale para as duas torcidas aqui dentro —, a Presidência tem que garantir a palavra ao orador, que não pode ser interrompido.

O SR. ALBERTO FRAGA - Há contradita, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k., Deputado.

O SR. PEPE VARGAS - Eu sei que V.Exa. inclusive concorda com isso, mas levanto a questão de ordem porque infelizmente o Plenário não quis se comportar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu vou receber como reclamação, até porque não é sobre a matéria, e não caberia questão de ordem.

Obviamente, nós temos que respeitar a palavra de todos.

O SR. ALBERTO FRAGA - Desde que o lado de lá respeite também.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu procuro sempre fazer com que o orador possa expressar a sua palavra. Estou fazendo soar forte a campainha, apelando, estou tentando evitar. Isso não está acontecendo só com um lado, está acontecendo com os dois lados. E, por conta do clima e do calor, temos que evitar.

O SR. ALBERTO FRAGA - Se acontece lá, acontece aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se os oradores estão conseguindo concluir, estão se dando por satisfeitos, estamos dando sequência à sessão. Mas, na medida do possível, nós temos realmente que preservar a palavra. E a Presidência tem tentado preservá-la, para que todos possam se fazer ouvir e para que sejam respeitados todos os oradores.

Independente da qualidade e do conteúdo do discurso, independente de qualquer natureza, o orador tem o direito à palavra, que a ele, no seu tempo, deve ser assegurada.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Nação brasileira, nós temos a responsabilidade de avaliar o tema que está em questão.

O que está em questão são apenas seis decretos que todos os Governadores e Presidentes assinaram, que o Vice-Presidente Michel Temer assinou. Portanto, não há nenhum crime de responsabilidade.

Sobre o tema das pedaladas, eu vou dar um exemplo: Fernando Henrique Cardoso, para o Plano Safra — porque é disso que se fala —, tinha apenas 2 bilhões. O juro subsidiado é pago pelo Estado para o agricultor. Fernando Henrique



Cardoso atrasava, mesmo sendo bem pouco. Portanto, pedalava. Fernando Henrique Cardoso pedalava, e não era crime.

A Presidente Dilma Rousseff não investe 2 bilhões, mas mais de 20 bilhões. O juro subsidiado é muito maior, e não há crime, porque não se trata de operação de crédito.

Então, neste momento, nós teríamos que parar esta sessão, porque o documento é imprestável, técnica e juridicamente. Se esta Casa fosse responsável e seria, pararia a sessão, porque não é possível, como diz a imprensa do mundo, que a Presidente Dilma, honesta, seja afastada por criminosos. Sim, deveríamos parar a sessão e, primeiro, afastar um réu por corrupção, que é o Deputado Eduardo Cunha, sobre quem pesa denúncia que foi aceita pela Alta Corte do País! Por lavagem de dinheiro e corrupção, ele é réu na Operação Lava-Jato! Nós deveríamos parar esta sessão e, primeiro, afastar o Presidente!

Fala-se muito no tema do combate à corrupção. No tempo dos conspiradores que querem voltar ao Governo, corrupção, povo brasileiro, ia para debaixo do tapete, não se apurava nada porque havia o “engavetador da República”.

Que Brasil nós queremos construir? Voltar no tempo, ao passado, quando não se apurava a corrupção? Deixar a agricultura sem créditos, como ficava em outras épocas? Um Brasil sem programas para tirar os pobres da miséria, sem universidades para os nossos estudantes, sem o Mais Médicos? É isso que se quer? Não! É por isso que nós não podemos permitir o golpe, que é ilegítimo! Nós não podemos admitir que o processo de afastamento de uma pessoa honesta seja presidido por um réu da Lava-Jato!

Nação brasileira e Deputados, não concordemos com esse desastre golpista!



Há uma conspiração por uma ponte para o futuro, que nada mais é do que o atraso contra os...

(Desligamento automático do microfone.)

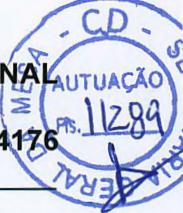
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria nesta oportunidade dizer claramente algo que eu considero fundamental.

Em primeiro lugar, está se falando muito que este processo de *impeachment* não tem legitimidade. Eu queria observar que a Constituição Federal, ao assegurar que cabe à Câmara dos Deputados o afastamento da Presidente da República e, ao Senado, o julgamento do processo de *impeachment*, deixou absolutamente claro que o viés é político, e não tão somente jurídico, porque, se assim o fosse, caberia ao Supremo Tribunal Federal o afastamento e o julgamento do impedimento da Sra. Presidente da República. Ao colocar o fator político, legitima não apenas o fato jurídico tipificado como crime, mas também a decisão política de outras questões que são absolutamente importantes e inerentes a essa questão.

Em se tratando de crime, não me venham dizer que a pedalada, por si só, já não seria fator determinante, porque o é, uma vez que afronta o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se de uma maquiagem absolutamente maldosa para esconder recursos que foram editados como créditos suplementares, pela Sra. Presidente da República, e gastos feitos sem a autorização do Congresso Nacional.

Por outro lado, colocar-se o empréstimo bancário feito ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, sem a autorização do Congresso Nacional, como sendo



um fator de menor importância é um deboche, é querer fazer com que nós não tenhamos a responsabilidade de dizer que esse é um crime ainda maior. Não pode o Governo Federal, como controlador majoritário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, sequer tomar empréstimo, quanto mais ter uma conta garantida, como foi o caso.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é chegado o momento do *impeachment*, não apenas por esses fatores graves, mas também e acima de tudo pela corrupção desenfreada praticada pelo Governo, pela falta de governabilidade. Os partidos políticos que antes apoiam a Sra. Presidente, um a um foram tirando esse apoio, e só restam o PCdoB e o PT — já que o PSOL nunca votou com o Governo.

Quero trazer aqui a frase do filósofo Aristóteles: “*Grandeza não é receber as honras, mas merecê-las*”. E este Governo do PT e da Presidente Dilma não merece a honra de governar o Brasil.

Impeachment já! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Moema Gramacho.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA. Sem revisão da oradora.) - Eu queria falar para as Deputadas mulheres: mulheres, nós lutamos muito pelo direito ao voto, lutamos pelo direito de ter voz e vez, lutamos contra a ditadura militar e a ditadura machista, lutamos pela Constituição Cidadã — temos aqui Deputados constituintes —, lutamos pelo empoderamento das mulheres. Portanto, ter uma Presidenta eleita e reeleita é a mulher sendo empoderada!



Mulheres Deputadas, V.Exas. não podem deixar que se derrube uma mulher honesta, séria! E mais ainda: V.Exas. não podem deixar que essa mulher honesta seja derrubada por aqueles que estão em conluio com aquele que já não devia mais ser o Presidente desta Casa! É impossível que as mulheres concordem com isso! Mulheres, nós precisamos ter vergonha e não podemos deixar que seja tirada Dilma Rousseff da Presidência da República!

Temer, eu vou falar olhando para você: olhe para mim e veja se você tem coragem de olhar para os seus filhos. Precisou de uma mulher e a fez de escada; subiu de escada à custa de Dilma, para, depois, conspirar nos porões contra ela, no esgoto do Jaburu, para dar o golpe. Temer, você é traidor e golpista! Precisou de uma mulher para subir. Portanto, Temer, você não merece sequer olhar na cara da sua mulher — da sua mulher! Tenha vergonha de olhar na cara da sua mulher!

E, quanto ao Cunha, vocês deviam, com a coragem que têm de querer tirar Dilma, vir para cá dizer: “Fora, Cunha! Fora, Cunha!” Cadê? Vocês não têm coragem! São covardes! Não têm coragem de dizer “Fora, Cunha!”. E digo isso porque são todos assim, ó: mancomunados, conluíados com Cunha.

Provavelmente — muito provavelmente —, os 52 milhões de dólares, em 36 parcelas, devem ainda estar sendo distribuídos.

Portanto, Fora, Cunha! Pela democracia, que é feminina; pela República, que é feminina; pela Constituição, que é feminina; fica, Dilma!

Somos contra o golpe!

É ou não é piada de salão uma mulher honesta ser julgada por ladrão?
(Manifestação no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, Deputadas e Deputados do meu querido Brasil, que Deus abençoe esta Nação dividida que sangra hoje pelo pior Governo da história do País!

Neste momento histórico, estou aqui em nome do meu querido povo do Paraná, onde 88% da República de Curitiba, de Londrina, de Cambé, de Arapongas, de Rolândia, de Ibirapuã, do Paraná inteiro, desejam o *impeachment*.

Um abraço ao meu povo do Paraná!

Mando um recado para esse Governo incompetente e corrupto: eu estava dando entrevista há pouco para a *CNN International*, para a *TV CNN*, e a repórter me perguntou: “*Qual a gravidade do crime da Presidente Dilma?*” “*Ela ofendeu a Constituição brasileira*” — eu falei para a repórter. E ainda indaguei: “*Imagine se o Presidente Barack Obama mandasse os bancos pagarem a conta do Governo e deixasse atravessar o ano sem pagar a conta*”. Ela falou: “*Ele seria preso*”.

Aqui nós vamos cassar o mandato dela, com um processo chamado de *impeachment*, previsto na Constituição e respaldado pelo Supremo Tribunal Federal. Acabou a fase jurídica, a fase é política.

A Nação brasileira não suporta mais esse Governo do Lula, da Dilma e do PT. Sessenta milhões de brasileiros estão inadimplentes, 10 milhões estão desempregados.

Assaltaram os fundos de previdência das estatais, enganaram os funcionários públicos, enganam os sem-terra. Se fosse um Governo de trabalhadores, não



haveria nenhum sem-terra acampado, porque ele teria terra. Se fosse um Governo de trabalhadores, não haveria nenhum trabalhador sem um terreno, sem uma casa.

Esse é um Governo de falsidade, esse é um Governo que mente no tempo triplô: no passado, no presente e no futuro. Enganadores!

A Presidente Dilma não tem mais condição de permanecer no Governo.

Fora, Dilma! Fora, Lula! Fora, PT! Viva a democracia! Viva o Brasil! Viva esse maravilhoso povo brasileiro! O amanhã será de paz! Que Deus abençoe a Nação brasileira e ilumine a Dilma para...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro, há 2 dias assisto e escuto neste plenário discursos de intolerância e ódio. Mas há 2 dias não escuto neste plenário qualquer razão para que se impute responsabilidade à Presidente da República.

E, se não há crime de responsabilidade, não é *impeachment*; é golpe! Estes que fazem o discurso pelo golpe não apresentam propostas para resolver os problemas do País. E o pior é que apresentam o aumento da desigualdade social. A “ponte para o fracasso” vai diminuir o salário mínimo, vai acabar com a CLT, vai vender o patrimônio brasileiro e vai ampliar a aposentadoria dos nossos idosos.

Esses golpistas de plantão querem destruir as conquistas históricas deste País. São esses que querem destruir a democracia e a Constituição!



Esta bandeira, junto com a Constituição, não pode ser golpeada. Esses que fazem o discurso pelo golpe estão envolvidos na Operação Lava-Jato. E o grande protagonista, o grande maestro da articulação do golpe está envolvido na corrupção.

Quem abraça o Cunha abraça a corrupção! Quem abraça o Cunha e o Michel Temer abraça o golpe e a corrupção!

Portanto, nós vamos acompanhar aqui essa experiência da corrupção. Não é possível uma mulher honesta... E vocês sabem — inclusive a Deputada Carmen Zanotto, Deputada por Santa Catarina — que a Presidenta Dilma é honesta e sabem que nós transformamos este País num País melhor.

Portanto, é golpe: manutenção dos corruptos. Abraçam Michel Temer e Eduardo Cunha, abraçam a corrupção. A biografia e a fotografia de amanhã vai ficar na história de quem se envolveu em corrupção.

Deputado João Rodrigues, nós vamos ver na história deste País quem vai investigar e punir esses corruptos. Portanto, não são os corruptos que vão tirar uma Presidenta honesta.

“Não” ao golpe! “Sim” à democracia! “Sim” à construção de um País melhor, sem intolerância, sem ódio, sem a construção de um golpe ao que nós a duras penas conquistamos.

Amanhã não vai ter golpe, amanhã vai ter a vitória da democracia!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Roberto Alves.

O SR. ROBERTO ALVES (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento único da história do Brasil, assomo à tribuna para anunciar o desejo de milhões de brasileiros, que estão



cansados dos malfeitos dos nossos governantes, clamam por mudanças e veem no afastamento da Presidente Dilma Rousseff uma possibilidade de recomeço.

Representante do povo paulista, que em sua grande maioria, quase 65% dos seus eleitores, no segundo turno, não optaram pela Dilma, tenho o dever de apoiar o *impeachment* da Presidente, não por revanchismo ou clamor daquele ou deste setor da sociedade, mas por acreditar que a Chefe da Nação não tem mais condições de permanecer à frente da Presidência do País.

Que Governo é esse? Eles definitivamente brincaram com o nosso povo! Quem eles acham que vive neste País?

Aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preciso deixar claro: vivem milhões de pais de famílias sérios, que trabalham arduamente todos os dias para ganhar um mínimo, que sustenta uma família inteira. São milhões de homens e mulheres honestos que pagam seus impostos em dia e que tantas vezes deixam de levar o pão para casa, porque honram com seus compromissos, suas dívidas. Afinal, vivem em um país onde tem sido impossível não se endividar, impossível não viver os reflexos drásticos desta inflação que o Governo não controla.

Chegou a hora de dizer “*Basta, PT! Basta, Dilma!*” Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã os 22 Deputados do PRB vão ser uma só fala: “*Impeachment já!*” (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos conceder a palavra a quatro Líderes agora.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, pelo PSDB.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, certa vez, Tancredo Neves disse: “A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações ao ressurgirem dos desastres históricos.” Roubaram a esperança do povo brasileiro e produziram um verdadeiro desastre histórico!

O PSDB está a cavalheiro: o PSDB não é o beneficiário do *impeachment*. Nós até apontamos novas eleições como um caminho, mas o *impeachment* é uma imposição da história, é uma necessidade imperiosa, não é uma escolha.

Nós temos que observar que a democracia moderna nasceu na Inglaterra e na França para limitar o poder absoluto do rei. O Presidente não é inimputável, como eram os monarcas absolutos. E dois documentos fundamentais limitam o poder absoluto do monarca na democracia moderna: a Constituição e o Orçamento. O PT, no seu Governo, agrediu, rasgou os dois documentos basilares da democracia moderna: a Constituição e o Orçamento. O *impeachment* não é uma questão banal, não é um acontecimento trivial. Não é fácil remover uma Presidente da República. Mas o *impeachment* é um instrumento de controle social previsto na Constituição. A legalidade e a constitucionalidade já foram asseguradas pelo Supremo Tribunal Federal, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por vários juristas famosos.

Ninguém está acima da lei, e crimes ocorreram em abundância. É impressionante a fuga da realidade do PT! Vem aqui querer limitar a discussão à bitola curta das pedaladas, consideradas sob a sua ótica.



Não, o Parlamento está julgando o conjunto da obra. Está atento, sim, às pedaladas. Fraude fiscal, crime contra o Orçamento, contra a Constituição e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, empréstimos e gastos ilegais: foram 60 bilhões de reais!

Nós tivemos que aprovar uma medida provisória alterando a meta de déficit, para legitimar *a posteriori* as pedaladas. Quem diz isso não é a Oposição, é o TCU. A obstrução à Justiça, quem diz isso não é a Oposição nem o PMDB, é a Procuradoria-Geral da República. Quem disse que há crime eleitoral e corrupção é a Operação Lava-Jato, é o juiz Sérgio Moro.

Ora, eu gostaria de encerrar as minhas palavras lembrando a passagem de Nelson Jobim no parecer do *impeachment* de Collor:

*“Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na
fiel observância de comandos constitucionais! Maldita a
democracia em que o voto popular possa constituir-se em
cidadela da impunidade!”*

E com Ulysses eu acabo:

*“A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A
Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a
letra, a vontade política da sociedade”.*

É com a Constituição na mão e o Brasil no coração que domingo nós vamos decretar o impedimento da Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.



O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por viver este momento histórico no nosso País. Vou fazer parte do ato de rasgar essa página negra da história política brasileira, página da corrupção, da impunidade e da injustiça.

Eu falo aqui, meus colegas Deputados e Deputadas, em nome de mais de 90% do povo da minha cidade de Luziânia, muito próxima deste Congresso. Eu falo em nome de todo o povo do entorno de Brasília, que quer saúde, quer segurança, quer o fim da violência e quer transporte de qualidade, mas, infelizmente, não teve nada disso deste Governo corrupto e injusto para com a minha região.

Eu falo aqui em nome de todo o bravo povo goiano, que foi às ruas dizer “não” a este Governo, desta que é a pior Presidente da República de todos os tempos. Ainda bem que estamos muito próximos de ficar livres deste Governo, que não fez nada para o povo brasileiro, além de mentir, além de ser cínico e dissimulado.

Sras. e Srs. Deputados, homens e mulheres sérios deste Parlamento, amanhã V.Exas. têm que assumir posição. Não venham com essa de se abster, não venham com essa de trazer atestado falso, porque quem fizer isso — abster-se ou apresentar atestado — e não participar estará contribuindo para a pior Presidente de todos os tempos da história deste nosso País.

Sr. Presidente, eu quero dizer também que o PT pode fazer as malas, porque nunca mais vai governar este País. O povo brasileiro está maduro, o povo brasileiro



não cai mais nessa conversa de golpe, golpe, golpe! Eles querem falar uma mentira um milhão de vezes para ver se convencem os brasileiros, mas não convenceram ninguém.

As manifestações aqui no plenário são as mesmas manifestações das ruas de todo o País: de Goiânia, de João Pessoa, de Belo Horizonte e de todas as capitais que cansaram de um Governo mentiroso, corrupto, que não fez nada para o crescimento do nosso País.

O povo brasileiro é muito bom, porque essa Presidente já devia ter saído após as eleições, porque quem mente, igual ela mentiu para ganhar as eleições, não merece estar no Palácio do Planalto. Menti demais! Falou que o País estava equilibrado. E, no outro dia ao que ganhou, aumentou a gasolina. Hoje, os brasileiros não aguentam pagar o alto preço do litro da gasolina. Temos a energia elétrica mais cara do mundo!

É por isso que em Goiás, de 17 Deputados, 16 dizem "sim" ao *impeachment!* Dezesseis estão ao lado povo goiano!

Fora, Dilma! Tchau, querida!

O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é a questão de ordem, Deputado? Qual é o artigo e qual é a matéria? É sobre a matéria?

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, houve uma informação Mesa, através da sua Presidência, de que há um processo de credenciamento de convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Isso já foi. Não é questão de ordem, Deputado.



O SR. JORGE SOLLA - Por favor, por favor! Eu presenciei agora duas pessoas estranhas à Casa,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, Deputado, isso não é questão de ordem.

O SR. JORGE SOLLA - ...dirigentes do MBL, que entraram. A polícia barrou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, isso não é questão de ordem.

O SR. JORGE SOLLA - E a Polícia Legislativa informou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

O SR. JORGE SOLLA - ...que mandou entrar por sua autorização.

O SR. ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente, então, a Polícia Legislativa está funcionando.

O SR. JORGE SOLLA - Eu quero saber se dirigentes do MBL estão nesta Casa, a convite da Presidência e da Mesa desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Há uma TV estatal aí que só entrevista os Deputados do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, a responsabilidade é da segurança. Se a Presidência o quisesse, ela o faria, mas não o fez.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Bota para fora essa TV estatal!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Já respondi isso. Isso já foi palco de debate, e eu não vou ficar respondendo a toda a hora.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Caetano, que vai dividir com o Deputado Bohn Gass.

O SR. CAETANO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, quem está mentindo aqui é a Oposição. Eles estão na defensiva, dizendo que não vai haver golpe. Eles estão constantemente aqui tentando esclarecer a questão do golpe. A opinião pública sabe que aqui nesta Casa, nesta Mesa do Congresso Nacional, está se conspirando para construir o golpe amanhã no Brasil.

Senhores e senhoras, estão montando uma fraude, uma trama, uma farsa para o povo brasileiro. Estão construindo o golpe, sim, porque são conspiradores. Até ontem Michel Temer estava no Governo — e foram vários anos. Alguns Deputados que falaram aqui até ontem estavam no Governo. Qual é a verdade? O que diziam ontem ou o que dizem hoje?

Povo brasileiro, vamos para a vigília cívica defender a democracia deste País! O golpe não vai passar nesta Casa! A Dilma não está em nenhuma lista de investigação. A Dilma não está em nenhuma lista de propina. A Dilma está sendo vítima da maior fraude jurídica e política da história do Brasil.

E nós estamos aqui na resistência democrática.

Eu quero dizer para o povo brasileiro que este é o nosso País e esta é a nossa Bandeira. Por amor à Pátria e ao povo, eu vou aqui defender a democracia. Amanhã, eu vou votar com o Brasil, vou dizer “não” ao golpe nesta Casa, vou dizer “não” ao golpe contra o povo brasileiro!

Conclamo o povo para lutar e pra vir festejar a vitória da democracia, a vitória do Brasil e a vitória do povo!

Fora, Cunha! Fora, golpe nesta Casa e no Brasil! (Palmas.)



O SR. VALMIR PRASCIPELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar com a população do Brasil inteiro que nos assiste hoje.

Aqui neste plenário os golpistas utilizaram as mais diferentes argumentações para justificar esse golpe, uma delas é que o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que estão em casa e que perambulavam pelas ruas, pelas fábricas deste País, procurando emprego, nas décadas de 80 e 90, no governo deles, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que se lembram do FMI vir aqui dizer como é que o Brasil tinha que gastar o seu dinheiro, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que tiveram pela primeira vez um médico na sua cidade, fruto do Programa Mais Médicos, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que saíram da encosta do morro ou da beira do córrego, porque foram beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o jovem, que é o primeiro integrante da família a fazer uma universidade, se o Brasil está falido.

Usaram também a argumentação do Brasil corrupto. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora se não se lembram do escândalo da pasta rosa. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que estão em casa nos acompanhando por que o Fernando Henrique, quando ficou sabendo dos crimes da PETROBRAS em 1996, não pediu que eles fossem investigados, o que ele mencionou no seu livro. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora por que esses Deputados que vêm aqui posar de paladinos da justiça não pedem que seja



apurado o roubo da merenda escolar feito pelo Governo do PSDB no Estado de São Paulo.

Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que estão em casa, que querem pôr uma camiseta verde e amarela e ir às ruas protestar contra a corrupção, se acreditam que o Brasil estancará a corrupção num governo de Michel Temer, Eduardo Cunha e PSDB. Eu queria perguntar se acreditam que aqueles que querem acabar com a Lava-Jato vão acabar com a corrupção no País.

Mas eu queria aqui também falar do Brasil do futuro a que eles se referiram; um Brasil do futuro que quer entregar o nosso pré-sal para o capital internacional; um Brasil do futuro que quer acabar com o PROUNI; um Brasil do futuro que quer acabar com o Programa Minha Casa, Minha Vida; um Brasil do futuro que quer rasgar a CLT, fazendo com que os trabalhadores percam seus direitos.

Esse Brasil nós não queremos! Nós queremos o Brasil da oportunidade, o Brasil da verdade, o Brasil que dá oportunidade a todo o povo brasileiro.

Por isso, nós vamos combater neste plenário e nas ruas esses golpistas, que querem fazer do Brasil um Brasil para poucos brasileiros.

“Não” ao golpe! “Não” ao golpe! “Não” ao golpe! (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu ouvi o absurdo de que o PT teria dividido o Brasil. Ora, o Brasil está dividido há 500 anos entre ricos e pobres, entre quem pode fazer uma faculdade e quem não pode estudar, entre quem pode ter comida boa e quem não a tem.



Essa divisão acontece há 500 anos. Foi exatamente o PT que fez com que se diminuíssem as diferenças. Os ricos, que pagam boa parte dos políticos, porque o financiamento das campanhas é feita pelos ricos e pelos empresários, não aceitam que pobre possa sentar em um avião ao lado do patrão ou de um rico, que filho de pobre possa fazer faculdade. É a elite rica deste País que discrimina, que divide, que não aceita.

Para eles, a paz é o silêncio do pobres. Mas a paz sem voz não é paz, é medo. O povo brasileiro, com as igrejas, com as universidades, com os artistas, com as centrais sindicais, com as pastorais e com a cidadania construíram consciência e elegeram um operário, elegeram o Lula, que é a referência do melhor Presidente da República que já teve o Brasil. Foi com o Lula que nós conquistamos cidadania e que o povo brasileiro passou a não ter mais medo, a não ter mais que se ajoelhar diante de um poderoso, um rico.

Agora, conquistamos a democracia. O povo pode fazer uma faculdade, o pobre pode se alimentar com dignidade, pode viajar para fora do País, pode fazer um curso superior. A casa grande não gosta quando a senzala ganha cidadania. O pobre pode fazer Medicina, sim! Hoje, filho de pobre pode virar doutor.

Então, quando dizem que querem a paz, querem que nós nos calemos, porque a paz deles é a paz do silêncio. Mas o povo está aí a dizer que não vai aceitar o golpe, que vai continuar a transformar o País para continuar sendo respeitado no mundo. Hoje, o Brasil não se ajoelha diante do FMI para pedir pinico e empréstimo. Hoje, o Brasil tem soberania, desenvolve emprego e respeita a população.



Não pode haver golpe para não haver atraso! Vai haver cidadania para continuar com a Presidenta Dilma e o Lula governando o País, para não sermos humilhados.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira, do PSC do Rio de Janeiro.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, povo do meu Estado do Rio de Janeiro, povo do Brasil, o objeto da denúncia que caracteriza o crime de responsabilidade cometido por Sua Excelência, a Presidente da República, foi cabalmente demonstrado na Comissão Especial e incluído no Relatório que ampara o processo.

Não resta dúvida de que a Presidente infringiu dispositivos do art. 85 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e da Lei do Impeachment, a Lei nº 1.079, de 1950.

Os fatos alegados no relatório são reforçados no acolhimento da denúncia pela ata do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, do mês de junho de 2014, registrando a irregularidade e recomendando à Diretoria a suspensão de pagamentos sem a devida cobertura do Tesouro.

No mesmo sentido, o recente relatório do Banco Central mostra que as tais pedaladas alcançaram o formidável valor de 60 bilhões de reais, sendo que mais de 60% deste montante, no ano eleitoral de 2014.

Portanto, por mais amargo que seja o remédio constitucional do Estado de Direito para corrigir desvios de conduta de governantes, o processo segue dentro da legalidade, amparado pelas instituições democráticas. Não há golpe.



Por outro lado, além dos critérios jurídicos demonstrados, não podemos deixar de considerar a conjuntura política, econômica e psicossocial extremamente adversa que vive o País, como consequência de mais de 13 anos de Governos incompetentes, corruptos e irresponsáveis.

Não podemos deixar de considerar a total incapacidade do Governo para superar a situação que ele mesmo criou por lhe faltar competência e credibilidade.

A sabedoria popular nos ensina que é preferível um rompimento doloroso a uma dor sem fim. A alternativa infeliz é o afastamento da Presidente da República para renovar a esperança em um Brasil melhor e um povo mais feliz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Angelim.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há fato jurídico que justifique o *impeachment* da Presidenta da República. O que se observa são ações deliberadas da Oposição, liderada pelo Presidente desta Casa, pela grande mídia e por setores conservadores da sociedade para inviabilizar o Governo e criar um clima de ingovernabilidade.

A sociedade espera que os Poderes e seus integrantes exerçam o seu papel com serenidade, responsabilidade e prudência. A busca por holofotes e a tentativa de tirar o protagonismo político de lideranças legitimamente eleitas pelo povo não condizem com a postura de juízes. A soberania popular é princípio fundamental da República brasileira e encontra abrigo no artigo que abre a Constituição:

"Art. 1º



Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

O processo de *impeachment* é uma via excepcionalíssima, que não pode ser banalizada nem usada rotineiramente por maiorias parlamentares, porque, com a mesma velocidade com que se formam, dissolvem-se. Os norte-americanos até hoje se orgulham de ter rejeitado o *impeachment* do Presidente Andrew Johnson, em 1868. Ele foi e continua sendo lembrado como um dos presidentes mais teimosos e impopulares da história dos Estados Unidos. Contudo, os americanos compreenderam que o *impeachment* não é remédio para a impopularidade nem para a mudança de governo. E pensar diferente é violentar a democracia e abalar a estabilidade das instituições.

Baixa popularidade não é crime e, por isso, não pode motivar o *impeachment*. No modelo presidencialista, o *impeachment* exige crime de responsabilidade e atentado à Constituição. Não podemos punir, sem motivos reais, quem quer que seja, principalmente a Presidenta da República, uma pessoa absolutamente honesta e sobre a qual inexiste qualquer denúncia que configure crime de responsabilidade.

O PMDB já governou o Brasil uma vez, sem ganhar nas urnas, após a morte de Tancredo Neves. Agora, mais uma vez, quer chegar à Presidência da República por atalhos, derrubando uma Presidente reeleita por mais de 54 milhões de brasileiros.

Faço um alerta àqueles que hoje flirtam perigosamente com interesses políticos elitistas e protagonizam um golpe, um atentado à nossa ainda jovem democracia. Tomem cuidado, Sras. e Srs. Deputados, para que as paixões do



presente não os impeçam de fazer o que é certo e o que é justo. A história, em seu devido tempo, saberá julgá-los. O tempo não perdoa.

Concluo a minha fala com a música *Golpe Não*, de Chico César:

"A democracia é nossa bandeira.

Golpe é uma história que já sei de cor.

Todos nós queremos um país mais justo.

Todos nós queremos um país melhor."

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria agradecer a Deus por poder estar aqui hoje, num momento muito difícil, em que não podemos perder a fé nem a esperança neste País maravilhoso que é o Brasil, que hoje está no fundo do poço, graças ao PT, que conseguiu estabelecer o caos. Acabaram com a saúde pública: nós vemos hospitais sucateados, pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais. Há um caos na educação, da qual o Governo cortou mais de 10 bilhões de reais.

Quando se contraria o interesse do PT, dizem que é golpe. Golpe foi o que fizeram com os fundos de pensão dos Correios, da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal. Pegaram recursos desses fundos e usaram para fazer obras na Bolívia, no Peru, na Venezuela, enquanto aqui no Brasil o índice de desemprego atinge 10%.



Hoje, no meu Estado de São Paulo, nós temos mais de 4 mil empresas fechando as portas. Eu fico muito preocupado com essas famílias que dependem do emprego, porque hoje o desemprego assola o País.

Golpe foi o que aconteceu nas eleições que se passaram, em que venderam para a população uma esperança, mas entregaram um pesadelo. Hoje o povo brasileiro chora lágrimas de sangue por esse partido que arrasou esta Nação.

Fico muito preocupado quando venho pela Esplanada dos Ministérios e vejo o País dividido em dois. O PT fez isso, ao aparelhar essas centrais, algo diferente daqueles 3, 4 milhões de pessoas que foram às ruas espontaneamente para pedir a mudança. A mudança vai acontecer. No dia 17 de abril de 2016, nós vamos mudar este País.

Nesta semana, pela manhã, eu tomava café com a minha família e fui questionado pela Erika, pelo Jorge, pelo Victor e pela minha mulher, Sandra: *“Como você vai votar?”* Respondi: *“Vou votar com o povo do Brasil, com o povo do Estado de São Paulo e da minha querida Guarulhos, pelo impeachment já, pela mudança, pela esperança de que, a partir de amanhã, mudemos este País”*.

Na segunda-feira, tenho certeza de que o Brasil voltará a ter credibilidade.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Maia, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, minhas senhoras, meus senhores que nos assistem e nos ouvem através dos diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, começo meu discurso com uma frase do ex-Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães: “*Quando o Brasil quer, o Brasil muda*”. O Brasil somos nós, Sras. e Srs. Deputados. Amanhã, o Brasil seremos nós, que representamos o povo brasileiro em cada um dos 26 Estados e no Distrito Federal do nosso País.

O Brasil vai parar para ver a nossa responsabilidade diante do futuro de um país e do respeito à Constituição Federal. Não se enganem! Setenta por cento de população aprovam o pedido de *impeachment*. Não adiantam bons oradores — pois alguns são bons oradores — quererem fazer um jogo de palavras e dizer que a Presidente Dilma não cometeu um crime de responsabilidade. Ela cometeu, sim, um crime de responsabilidade. Ela cometeu fraude fiscal.

No momento em que a Presidente utilizou os recursos de bancos oficiais para pagar despesas que deveriam ter sido pagas com o dinheiro do Tesouro, configurou-se um crime de fraude fiscal. Por que não falar da edição de decretos de créditos extraordinários emitidos pela Presidente sem autorização do Congresso Nacional? Os senhores e as senhoras sabem que o instrumento legal é a medida provisória, que vai para uma Comissão Mista, onde é aprovado esse crédito suplementar. A Presidente, usurpando o direito do Congresso Nacional, preferiu editar um decreto, cometendo outro crime de responsabilidade.



Só para não me tornar tão repetitivo, vou ler aqui, de forma rápida, o art. 85 da Constituição Federal:

"Art. 85. "São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

.....
V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária (...)."

Sra. Presidente, V.Exa. cometeu um crime de fraude fiscal! E a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 36, diz:

"Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo."

Crime de fraude fiscal novamente!

Mas a Presidente não se deu por satisfeita. Não satisfeita por cometer o crime de fraude fiscal, resolveu também obstruir a Justiça. Cometeu o crime de extorsão, de falsidade ideológica, de desobediência.

Ou seja, o rosário de crimes tipificados no Código Penal que a Sra. Dilma cometeu é muito vasto.

Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o crime da Presidente Dilma e a razão pela qual nós iremos aprovar o *impeachment* não se restringem apenas à



esfera dos argumentos jurídicos. Teremos também argumentos econômicos e políticos.

A Presidente Dilma acabou com o seu poder de articulação política nesta Casa. Eu li, recentemente, que o Prefeito de São Paulo, a maior Capital do Brasil, há quase 1 ano não consegue falar com a Presidente da República. Como este Congresso Nacional pode articular o futuro de um País?

E ouvir aqui os argumentos econômicos deste Governo é tentar enganar o povo brasileiro.

Povo brasileiro, só nos últimos 12 meses, neste Governo falido do PT, mais de 1 milhão e 800 mil pessoas ficaram desempregadas. Nos últimos 12 meses, já são 10 milhões de pessoas. Aliás, no Brasil, já há mais de 10 milhões de pessoas desempregadas. As previsões até o final do ano são de 13 milhões de desempregados. O PIB do País não cresce mais: em 2014, foi zero; em 2015, foi menos 3,8; em 2016, a previsão é de menos 3,7.

Os ganhos sociais foram embora. Não adianta V.Exas. ocuparem a tribuna para mentir ao povo brasileiro. Os ganhos que ocorreram entre 2006 e 2012 tiraram 3,5 milhões de pessoas da pobreza e fizeram ascender 3,5 milhões de famílias das classes D e E para a classe C, mas os ganhos dessas famílias irão regredir até 2017. Essa é a realidade do Governo do PT.

Este Governo deixa, sim, um legado ao povo brasileiro.

O PT tinha como bandeira fazer a reforma agrária. Após 13 anos de Governo, a reforma agrária não foi concluída.



É um Governo que deixa como legado o corte dos direitos e garantias individuais do trabalhador, como é o caso do seguro-desemprego, do auxílio-doença, do abono salarial, da pensão por morte.

Este Governo deixa como legado a situação da PETROBRAS, que era a segunda maior empresa de energia do mundo e passou à condição de segunda empresa de capital aberto mais endividada da América Latina e dos Estados Unidos.

Portanto, chega de Governo do PT, chega de Dilma Rousseff, chega de corrupção, chega de economia falida! Nós precisamos de uma luz no fim do túnel: é o *impeachment*.

Tchau, Dilma! Tchau, PT! Vamos aprovar o *impeachment*, se Deus quiser.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, eu estive vendo os pronunciamentos dos Deputados que defendiam o *impeachment* do Presidente Fernando Collor em 1992.

Aqueles que, de uma forma muito severa, defendiam o *impeachment* do Presidente Collor alegavam que ele não tinha legitimidade para continuar governando o País, em razão da crise de credibilidade e de popularidade que ele enfrentava naquela época. E vejam que o Presidente Fernando Collor tinha sido eleito pelo voto direto da população brasileira, da mesma forma que a Presidente Dilma Rousseff o foi.

Aqueles que defendiam o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, Sr. Presidente, indicavam a grande crise econômica e social que assolava a Nação brasileira naquela época como justificativa. Discursos acalorados foram feitos, na tribuna desta Casa, por alguns Srs. Deputados que hoje se manifestam contrários ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Eu observei que um deles dizia que era notória a atuação irresponsável do Presidente Collor, em razão dos atos de corrupção que aconteciam no seu Governo. Não precisava haver fatos materiais para indicar o Presidente Collor, porque ele tinha uma responsabilidade solidária.

Eu estava observando que os tempos passaram, mas o quadro é o mesmo. O que mudou foi somente o sexo do Chefe da Nação. Naquela época, era um homem; hoje, uma mulher. O que se apresenta no atual quadro, Sr. Presidente, Sras. e Srs.



Deputados, é a realidade dos crimes de responsabilidade fiscal cometidos pela Sra. Presidente da República.

Em 1992, não estava em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, lei esta que colocou, nos Municípios, muitos Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores às penas da lei. Alguns perderam o mandato e outros foram levados à cadeia por descumprir a lei. E a Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff, por dolo ou má-fé, acobertou um déficit orçamentário de mais de 50 bilhões de reais, iludindo a população brasileira, maquiando a contabilidade pública.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Presidente do Banco Central tem corresponsabilidade nisso e também tem que ser chamado à responsabilidade. Então, não dá para nós ficarmos inertes diante dessa situação.

No tempo de Fernando Henrique Cardoso, se ele pedalou, não sei. Eu não era Deputado Federal naquela época. Eu sou Deputado hoje e tenho compromisso com o meu mandato hoje. Nós precisamos ser coerentes na nossa atuação. Não dá para sermos complacentes com uns e severos com outros. Somente com uma Justiça plana nós poderemos produzir um Brasil melhor.

Sr. Presidente, eu encerro a minha fala dizendo que não dá para comparar o que aconteceu em 1964 com hoje. João Goulart não estava envolvido em atos de corrupção. João Goulart foi tirado do poder...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra, pela Minoria, ao Deputado Geraldo Resende. (Pausa.)

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havia uma ordem intercalada entre os oradores inscritos e os Líderes.

V.Exa. vai continuar essa tese?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - É o último Líder. A Minoria vai falar e, depois, eu vou começar a chamar quem não é Líder, os Parlamentares que se inscreveram para falar por 3 minutos.

O SR. EFRAIM FILHO - Então, é o último Líder, e depois segue a lista de oradores? Estamos todos aqui ansiosos por fazer uso da palavra, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concordo com V.Exa.

O SR. EFRAIM FILHO - Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é repugnante ouvir a Presidente Dilma Rousseff e os Deputados do PT acusarem as pessoas que defendem o *impeachment* de golpistas.

Quem será que a Presidente Dilma chama de golpista? Serão os Ministros do TCU, que, por unanimidade, sugeriram a reprovação de suas contas? Será o Sr. Hélio Bicudo, fundador do PT, que pediu a esta Casa, a estes Deputados que julgassem os crimes cometidos pela Presidente Dilma? Ou será o STF, que, pela sua grande maioria, confirmou o rito do julgamento do *impeachment*? Ou será a OAB, que, em 26 Estados dos 27 Estados brasileiros, é favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma? Será a Justiça? Será o Ministério Público? Será a Polícia Federal, que tem colocado os petistas — seus tesoureiros, seus presidentes de partidos, seus Deputados — na cadeia? Serão esses os golpistas? Ou será a imprensa, que eles tanto acusam de golpista, porque denuncia o roubo e a corrupção praticados por eles? Ou serão os Deputados e o seu Vice-Presidente? Serão os Deputados de sua base, que até um dia desses eles bajulavam e hoje votam todos pelo *impeachment*? Ou será que são golpistas os quase 70% da população brasileira? Serão os trabalhadores, que hoje estão perdendo os seus empregos, os golpistas, Sra. Dilma Rousseff? Ou serão os empresários que estão fechando suas portas? Muitos desses empresários trabalharam anos a fio, juntaram dinheiro para abrir o seu pequeno negócio e, no ano passado, mais de 100 mil lojas foram fechadas em função da crise em que a senhora colocou o Brasil.



Aliás, a senhora só gosta de empresário. O PT faz discurso para pobre, mas só gosta de rico, só gosta de quem lhe dá dinheiro, de quem alimenta as suas campanhas. Como será que o ex-Presidente Lula está vindo aqui comprar a consciência dos Deputados? Como será que ele está vindo? É de jatinho. Quem está pagando esse jatinho? Quem está pagando o hotel cinco estrelas onde ele fica hospedado? Devem ser os empresários amigos, que, junto com vocês, roubaram o povo brasileiro!

Meus amigos e minhas amigas, golpista é a Presidente Dilma. Golpista é o ex-Presidente Lula, que estava até hoje aqui comprando os Deputados. Ele já foi embora porque não encontrou mais ninguém para comprar. Talvez tenha comprado dois Deputados da Rede, talvez tenha comprado vocês mesmos. Não vai comprar a nossa consciência, não, golpista!

Meus senhores e minhas senhoras, golpista é a Dilma Rousseff, que mentiu ao povo brasileiro. Golpista é sua amiga Erenice Guerra, que, junto com ela, desviou dinheiro da Belo Monte. Esses, sim, são os verdadeiros golpistas do Brasil.

Meus senhores e minhas senhoras, amanhã vamos ficar livres dessa golpista, dessa mentirosa. Essa mulher não é honrada, não! Não é honrada, não! Ela mentiu para o povo brasileiro!

Fora, Dilma! Fora, PT! Fora, Lula! (Palmas.)



O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, brasileiros de todos os rincões, principalmente do meu Mato Grosso do Sul e da minha querida Dourados, estamos entrando na reta final da mais longa jornada contínua já realizada na história desta Casa. Se considerarmos as horas corridas de trabalho, desde sexta-feira, estamos próximos de superar mais de 40 horas de discussão. Isso, entretanto, não nos tira o ânimo. Ao contrário, temos a consciência de que estamos participando de um momento histórico que, se Deus quiser, vai marcar o início da retomada de um novo tempo para o Brasil.

Quase tudo que foi dito aqui nesta tribuna deixa explícitos a angústia e o sofrimento em que o povo brasileiro vive hoje. Estamos diante de um governo que ganhou uma eleição legítima, mas que não precisou deixar passar mais de 30 dias para trair a confiança de mais de 54 milhões de brasileiros que acreditaram em suas promessas de campanha.

Estamos diante de um governo que zombou da inteligência de muitos, que esnobou os seus aliados políticos, que errou nas mais elementares decisões técnicas, que desperdiçou todas as conquistas que tivemos nos últimos 30 anos e que, ao final, sucumbiu diante de um escândalo de corrupção nunca antes visto na história deste País. Como consequência, esse Governo terminou mergulhando a sociedade brasileira na mais profunda crise administrativa, ética e política que nossa jovem democracia experimentou.

E é por isso que volto a defender: está na hora de encerrar esse Governo de equívocos, de virar essa página desastrosa da nossa história e inaugurar um novo percurso. Daqui a poucas horas, a Esplanada dos Ministérios e as ruas de todo o



nosso País estarão tomadas por cidadãos brasileiros que sonham com o fim desse martírio que, na linguagem popular, batizamos de crise política.

Mas o verdadeiro fim da crise política pressupõe um tempo de união. É responsabilidade de todos respeitar o resultado da votação histórica que teremos amanhã, e, confiantes na vitória do *impeachment*, a partir de segunda-feira, deveremos pressionar o Senado Federal para uma decisão célere que acabe com essa agonia, para que possamos inaugurar uma nova trajetória política e administrativa para o Brasil, sem ódio, sem rancor, sem guerra, com coragem e com a certeza de que fizemos a melhor escolha.

O Brasil, senhoras e senhores, é maior do que qualquer crise. As instituições brasileiras são a certeza de que a democracia prevalecerá sobre os interesses pessoais. Ninguém deve ceder às provocações que já estão sendo feitas por quem acredita que já perdeu esta disputa. O País não vai virar uma praça de guerra, como muitos querem, um verdadeiro campo de batalha.

Ao fim dessa equivocada aventura política liderada pela Presidente Dilma, vai se suceder um período de reconstrução e de unidade, com toda certeza, preservando o que é essencial das conquistas que o povo brasileiro já teve e fazendo os ajustes necessários para superarmos, de uma vez por todas, este momento crítico.

A hora agora é de avançar e pôr fim ao Governo fraco e incompetente que aí está. Depois, vamos construir o Governo de coalizão, de unidade, capaz de romper com a paralisia em que o Brasil se encontra.

Impeachment já, pelo Brasil, pelos brasileiros, por Mato Grosso do Sul, por Dourados, minha cidade!



Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Este não será o País do ódio. É repugnante assistir aos golpistas falarem mal da Presidente Dilma. *Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe!

A Oposição não se conforma com a derrota nas urnas. Desde que Dilma ganhou, ela busca formas de tirá-la do cargo, juntando-se, agora, com descontentes, traidores, oportunistas, conspiradores que querem tomar, à força, o que não conseguiram nas urnas. São todos golpistas! O que é lamentável é assistir aos golpistas ofenderem a Constituição da República, ofenderem a Presidenta da República, golpearem a nossa Constituição.

Para alertar os golpistas, eu também quero utilizar uma metáfora do Juca Kfouri, uma metáfora usada no futebol: “*Não esqueçam que vitória roubada não é legítima, que sem respeito às regras não tem jogo e que uma expulsão ilegal, nessa altura do campeonato, pode virar um tremendo quebra-pau no estádio, pode virar tragédia*”.

Domingo é um dia muito importante na história política do Brasil. Não haverá golpe!

A segunda-feira nos aguarda com uma enorme responsabilidade e com o compromisso de seguirmos na luta em defesa da democracia, dos direitos sagrados da classe trabalhadora, das conquistas sociais, da justa distribuição da riqueza nacional, da soberania nacional, do combate substantivo à corrupção.



Ao povo brasileiro eu quero deixar estas palavras: a verdade é a luz a nos guiar rumo ao Estado Democrático de Direito. Sigamos, estradeiros, companheiros, semeando a fraternidade e a justiça! Com coragem e fé, vamos à luta! Não deixemos que golpes atrasem o nosso futuro.

Jovens, mulheres, negros, trabalhadores e trabalhadoras, a minha posição decidida contra o golpe é em defesa dos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu queria comunicar, a título de informação aos Deputados e às Deputadas, que nós estamos na sessão de maior tempo de duração. Batemos o recorde! (*Palmas.*)

A sessão que teve o maior tempo, de 22 horas e 27 minutos, discutiu a Medida Provisória nº 595, de 2012, que tratava dos portos.

Nós iniciamos esta sessão de denúncia contra a Presidente da República no dia 15 de abril de 2016, às 8h55min, e já contamos com 36 horas e 35 minutos de sessão.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Hélio Leite, do DEM do Pará. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO LEITE - Convido o Deputado Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, quanta hipocrisia! Há 13 anos, a Senadora Heloísa Helena, juntamente com o ex-Deputado João Fontes, denunciaram nesta Casa a corrupção do PT. Eles reclamaram...

O SR. CAETANO (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem, Sr. Presidente. Ele não pode falar porque não está inscrito. Tem que seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Hélio Leite.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, vamos seguir a ordem!

O SR. ENIO VERRI - Sr. Presidente, não pode! Já anunciou o nome, Sr. Presidente!

O SR. CAETANO - Ele não está inscrito, Sr. Presidente. Tem que seguir a ordem.

(*Tumulto no plenário.*)



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO - Não, não!

O SR. ENIO VERRI - É golpe do golpe!

O SR. VALMIR PRASCIPELLI - Ele não está inscrito, não pode falar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Hélio Leite.

O SR. ENIO VERRI - Ele não pode falar!

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Presidente Eduardo Cunha disse que na orientação poderia haver troca. Nós aceitamos a troca.

O SR. CAETANO - Ele não pode falar. É golpe!

O SR. VALMIR PRASCIPELLI - Não pode trocar. Esta foi a decisão do Presidente: não pode trocar.

O SR. CAETANO - Isso está errado! Não pode dar golpe aí não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Um minuto. A Mesa chamou o Deputado Hélio Leite, que estava inscrito. Eu queria comunicar ao Deputado Alberto Fraga que nós chamamos o Deputado Hélio Leite. V.Exa. não está inscrito.

(Palmas.)

O SR. CAETANO - Isso! Muito bem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Missionário José Olimpio.



O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) -

Tem que descontar o tempo, Sr. Presidente. Ele usou o tempo. Não vai repetir o tempo.

O SR. CAETANO - Não, não! Não é troca, não é permuta.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO - É golpe!

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Essa solicitação não pode. Sr. Presidente, firmeza na condução.

O SR. CAETANO - Vocês estão com medo! Vocês estão com medo!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputados...

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. PAULÃO - Aqui não se ganha no grito, não, Sr. Presidente.

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PAULÃO - Sr. Presidente, conduza a Mesa, por favor.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Saia da tribuna, Deputado. V.Exa. não pode falar, Deputado. Saia da tribuna, Deputado oportunista!

O SR. PAULÃO - O Deputado está tumultuando os trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SÉRGIO - Vamos colocar ordem, Sr. Presidente.

O SR. ENIO VERRI - Saia da tribuna, golpista! Saia da tribuna, golpista! Não pode falar. Não está inscrito.

O SR. PAULÃO - Conduza os trabalhos, Sr. Presidente! Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Missionário José Olimpio.



O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma questão. Se o Deputado deixou o outro usar de forma ilegal o tempo, não se pode voltar o tempo do outro. O tempo já deu, acabou. Continue a lista, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Quero informar a V.Exas. que nós chamamos o Deputado Hélio Leite. S.Exa. não está presente. E S.Exa. perdeu a sua vez. Eu chamei imediatamente o Deputado Missionário José Olimpio, que tem a palavra.

O SR. ENIO VERRI - Está bem, Sr. Presidente. Obrigado. S.Exa. já está lá.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Esse é o tipo do Parlamentar que ocupa a tribuna e quer ocupar a tribuna sem direito.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO - Assegure o meu tempo, por favor, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA - Vocês estão é com medo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos respeitar a palavra do orador. Há orador na tribuna.

O SR. ALBERTO FRAGA - Estão com medo da verdade. Estão com medo!

O SR. PAULÃO - Querem ganhar no grito. No grito não ganham, não.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO - Assegure o meu tempo, por favor, Sr. Presidente.



O SR. ALBERTO FRAGA - Eu ia dizer o que é que vocês são: um bando de corruptos.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO - Calma lá. Vamos lá, pessoal.

O SR. PAULÃO - Corruptos são vocês, rapazes. Corruptos são vocês. Corrupto é você, Fraga! Corrupto é você, Fraga!

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Corrupto é você! Eu vou entrar no Conselho de Ética contra você.

(Tumulto no plenário.)

O SR. LUIZ SÉRGIO - Quem foi Secretário do Arruda, Deputado Fraga!?

(Tumulto no plenário.)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu vou entrar no Conselho de Ética contra V.Exa.

O SR. PAULÃO - Corrupto é você, Fraga!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Há um orador na tribuna.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Nós vamos entrar no Conselho de Ética.

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, restabeleça a ordem na Casa.

O SR. LUIZ SÉRGIO - Quem foi Secretário do Arruda não pode falar de corrupção.

(Tumulto no plenário.)

O SR. CAETANO - Calma, gente! Nós estamos aqui discutindo a respeito do *impeachment*.

(Tumulto no plenário.)



O SR. CAETANO - Sr. Presidente, restabeleça a ordem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Estão desesperados! Estão desesperados porque vão perder! Estão desesperados, porque não vão conseguir golpear a democracia.

O SR. PAULÃO - Esse é o desespero da Oposição!

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, restabeleça o comando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Srs. Parlamentares, vamos manter a calma!

O SR. PAULÃO - Isso é desespero da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos manter a calma!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PAULÃO - Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Srs. Deputados, peço a V.Exas. respeito à liturgia do cargo. Temos um orador na tribuna. Vamos continuar para que todos possam falar.

Tem a palavra o Deputado Missionário José Olimpio.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a imprensa e os funcionários que vêm trabalhando arduamente nesta Casa.

Quero cumprimentar também a minha família, o meu amigo Apóstolo Valdemiro Santiago e a Bispa Francileia, que têm orado por esta Nação.



Eu, que sou da cidade de Itu, fico feliz porque, quando vim para esta tribuna, quase não me deixaram falar. Mas eu quero dizer, meus amigos e minhas amigas, da importância do que nós estamos discutindo nesta noite. Nós estamos tratando aqui do *impeachment* que será votado amanhã.

Quero dizer a todos que sou ituano, e todos conhecem a cidade de Itu, onde tudo é grande, assim como esta Nação, grande também.

Quero cumprimentar o meu povo do Estado de São Paulo, onde obtive quase 160 mil votos. Quero dizer que recebi uma procuração para representar esse povo.

Não podemos mais aceitar essa situação em que se encontra o nosso País, tendo em vista essa inflação galopante. O trabalhador, quando vai ao supermercado, depara com o aumento dos preços, totalmente desproporcionais, meu amigo Deputado Vitor Lippi.

Quando o cidadão entra na farmácia, vê os preços assustadores dos medicamentos. Os trabalhadores estão perdendo seus empregos, centenas de empresas estão fechando as suas portas. Este é um Governo que perdeu a credibilidade, Deputado Herculano.

Eu quero dizer a todos que, como representantes da população, pelo bem do nosso povo, pelo bem do nosso País, nesse domingo vamos votar "sim" pelo *impeachment*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que Deus nos guarde e nos abençoe!

Até domingo, com a vitória do povo brasileiro.

Impeachment já! (Palmas e apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo, do PT do Rio de Janeiro.



O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã será um dia histórico para a democracia no Brasil.

Na verdade, esse golpe articulado pelo político mais processado da história do Brasil, em parceria com a Oposição, não passará.

Eles serão derrotados amanhã, porque a população já está entendendo que esse conluio contra uma Presidenta da República, que é uma mulher honesta, uma mulher correta, não tem lógica, fere a Constituição e fere todo o processo legal no Brasil.

Na verdade, desde 2014, essa Oposição, não conformada com a derrota, começou com pauta bomba e com propostas indecorosas aqui na Câmara, em conluio com o Presidente Eduardo Cunha.

Nós, aqui, agora, temos que entender que um processo que termine com um Presidente ilegítimo não será aceito pela população. Toda a população brasileira está nos acompanhando e sabendo que uma das grandes causas dessa crise econômica que estamos vivendo é a articulação do Eduardo Cunha com o PSDB e o DEM, prejudicando a população brasileira.

Por isso, amanhã, esse golpe não passará. Nós vamos derrotar a Oposição. Aliás, eu conversei ontem com seis Deputados que estão na lista de indecisos nos jornais. E um deles me disse: *"Consultei minha família e não quero entrar para a história como um Deputado que não respeitou o juramento que fez sobre a Constituição. Por isso, vou votar contra o golpe!"*.

Os senhores, amanhã, terão uma surpresa. Por isso, está batendo o desespero. O desespero é porque sabem que vão perder, porque uma parcela grande de Deputados aqui tem honra, não quer entrar para a história como



golpistas. Vários deles já falaram isso. Aqui, há Deputados de todos os partidos que têm honradez, que conhecem o processo constitucional e não irão manchar suas vidas, suas histórias, votando em um golpe mais do que comprovado, pois a Presidente da República não fez nenhuma ilegalidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, do PSDB.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - *“Quem sabe faz a hora”* — foi isso que disse o poeta. *“Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não vou nesta noite falar dos diversos crimes que foram delimitados na denúncia, não vou convencer os néscios do PT e seus aliados, até porque não tenho capacidade, pois não se consegue fazer com que cegos enxerguem, não se consegue fazer com que surdos consigam ouvir.

A verdade é que é chegada a hora, senhores; é chegada a hora de dar uma nova chance ao Brasil. É chegada a hora de dar uma nova chance ao povo brasileiro, que se cansou de ser espoliado, que se cansou de ser roubado. É chegada a hora de dar uma nova esperança para esta Nação de 200 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, não podemos deixar que a mentira prevaleça. Aqui destas tribunas, por várias vezes, tentaram convencer o povo brasileiro de que se tratava de um golpe, de que a Presidente Dilma nunca foi acusada. Mentira! A Presidente Dilma é citada nas delações de vários delatores. A Presidente Dilma foi a beneficiária das listas de todas as empreiteiras que doaram recursos de propina para a campanha do PT.

(Manifestação no plenário: Mentira! Mentiroso!)



O SR. ROCHA - É bom que ouçam. Eu sei que dói. É bom que ouçam.

A Presidente Dilma é ré no Tribunal Superior Eleitoral. Contra ela corre uma denúncia de ter recebido dinheiro de propina para a sua campanha — e isso os petistas não querem ouvir.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Ela não é da sua laia! Ela não é da sua laia!

O SR. ROCHA - Mas, Sr. Presidente, também não podemos deixar a imoralidade do balcão de negócios em que se transformou...

O SR. MORONI TORGAN - Vamos respeitar o orador!

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, falo sobre o balcão de negócios em que se transformou...

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ALBERTO FRAGA - Volte o tempo! Volte o tempo!

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, vou pedir a V.Exa. que reponha meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Há um orador na tribuna. Vamos colaborar.

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, vou pedir que reponha meu tempo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos respeitar os oradores!

O SR. ALBERTO FRAGA - Eles apresentaram questão de ordem.

Reponha o tempo, Sr. Presidente.

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, reponha o meu tempo. Foi impossível falar. Sr. Presidente, vou pedir para repor o meu tempo, porque eu fui atrapalhado pelos Parlamentares do PT que não querem ouvir a verdade.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu solicito ao Deputado Rocha que conclua o seu discurso.

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, eu não posso concluir o meu discurso se os petistas não deixarem.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eles entraram com uma questão de ordem para não interferir.

O SR. ROCHA - O que não querem ouvir, Sr. Presidente, é que roubaram o Brasil. O que não querem ouvir é que saquearam a PETROBRAS e os fundos de pensão.

Sr. Presidente, eu vou aproveitar uma frase do hino acriano que diz “*Sem recuar, sem cair e sem temer*”.

Impeachment já! Fora, Governo corrupto! Fora, bando de Parlamentares que têm as mãos sujas com o dinheiro da PETROBRAS! Fora, petistas! Fora, corruptos!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu queria pedir a colaboração dos Srs. Parlamentares, porque nós aqui respeitamos as opiniões. O que nós precisamos...

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Um minuto, por favor.

Haverá inscrições de pessoas aqui presentes que representam a sociedade brasileira, que está nos vendo neste momento muito importante. Então é de fundamental importância que nós respeitemos as opiniões manifestadas pelos oradores.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga, por 3 minutos.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, que momento grave!

Eu quero iniciar aqui a minha fala tendo a oportunidade de trazer o documento do movimento Todos e Todas pela Constituição, que identificou 400 manifestos no Brasil contrários ao *impeachment*.

O SR. ROCHA - O PT se cala porque quer ouvir o puxadinho.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu quero ter a oportunidade de trazer um documento com a assinatura de 154 defensores públicos contrários ao *impeachment*, de vários Estados brasileiros. Eu quero trazer aqui um documento de 157 nomes do Ministério Público contrários ao *impeachment*. Agora, esses documentos e essas representações representam todos os brasileiros? É claro que não.

Mas o que é representar? Representar é respeitar a divergência. Representar é agradar, mas também desagradar. Representar é dar o melhor de si. Representar é procurar entender aqueles oprimidos que não veem nesta discussão a realidade das suas vidas, porque já sofreram muitas e muitas injustiças. Representar é ter a coragem de dizer que a história não permite omissão. Representar é ter a coragem de dizer que o espaço de poder não vale a pena se for através da injustiça e pisando a democracia.

Eu queria dizer, Deputadas e Deputados, aos que respeitaram e aos que desrespeitaram a minha fala que, independentemente do resultado de domingo, eu não queria de maneira nenhuma estar no lugar do Vice-Presidente da República, Michel Temer, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, porque conseguir ou não conseguir qualquer espaço de poder utilizando como método a



injustiça, o acordo espúrio, não é para mim, como para muitos dos brasileiros que assistem à sessão neste momento, uma prática política que possa prevalecer.

“Não” ao acordão! “Não” a Eduardo Cunha Vice-Presidente da República e Michel Temer Presidente da República! “Não” ao *impeachment*!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Herculano Passos.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar para a Nação brasileira com muita convicção e muita tranquilidade. Amanhã será um dia histórico e nós votaremos a mudança do País. Eu e a grande maioria das pessoas que votaram em mim, pessoas das regiões de Itu, Bragança, Guarujá, no Estado de São Paulo, temos a convicção de que votar a favor do *impeachment* é o melhor para o Brasil. Nós queremos criar uma expectativa de melhorias, queremos dar esperança ao povo brasileiro, até porque a Presidenta não tem cumprido tudo o que foi prometido na sua campanha eleitoral. S.Exa. não cumpriu com a proposta de governabilidade, de combate à crise.

E o País está à deriva, está sem comando, está sem credibilidade. Nós precisamos de mudança para que o desenvolvimento volte a acontecer, e para isso é preciso um novo Governo, porque este Governo está deteriorado, este Governo não tem mais a mínima condição de governabilidade, ele não tem base no Congresso Nacional, e sabemos que qualquer governante tem que ter maioria no Parlamento. Ele não tem articulação política, ele não tem entrosamento nem com o Congresso nem com a sociedade, ele perdeu as rédeas do País.



Eu gostaria de estar aqui fazendo outro discurso, diferente, dizendo que está tudo bem. Mas todos nós brasileiros sabemos que não está nada bem. A mudança é necessária, e o *impeachment*, que está previsto na Constituição, é uma oportunidade que temos para renovar as esperanças, para criar uma expectativa de melhora e atrair cada vez mais investimentos para o País, para que todas as pessoas sintam-se mais felizes e para que a qualidade de vida do povo brasileiro seja melhorada.

Por isso, sou a favor do *impeachment* e acredito num futuro melhor para o nosso País.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Quero pedir calma aos Srs. Parlamentares. Nós temos que ter respeito dentro da Câmara dos Deputados. Há um processo de *impeachment*, a sociedade brasileira está nos acompanhando em rede nacional. Então vamos ter respeito pela nossa população brasileira.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Givaldo Vieira, do PT do Espírito Santo.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Brasileiros e brasileiras, um golpe de Estado se caracteriza pela tomada do poder fora das regras democráticas. Nosso País já esteve de joelhos para o golpe militar. O poder foi surrupiado pelas Forças Armadas e à bala. Nós lutamos e vencemos, à custa do sangue de muitos.

Faço uma grave denúncia aqui para o Brasil e para o mundo. Tentam, neste momento, nos submeter a um novo golpe, dissimulado; um golpe Parlamentar, não pelas forças das armas, mas por uma maioria de conveniências disposta a tomar o



poder rasgando a nossa Constituição, ferindo a nossa democracia. Golpistas! Machistas! Fascistas! Filhos da ditadura! Pais da ditadura! (*Palmas.*)

Mas há, entre aqueles que pretendem votar no *impeachment*, embora ilegal, um pequeno grupo de Deputados que não são golpistas por índole.

Falo para vocês agora: se você queria seguir... (*Manifestação no plenário.*)

O SR. GIVALDO VIEIRA - Cale a boca, Deputado, me respeite! Eu estou na tribuna! Respeite-me!

Sr. Presidente, peço meu tempo.

Você tem que me respeitar! Aqui não é sua casa! Aqui não é sua casa, não! Mal-educado!

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - V.Exa. pode terminar.

O SR. GIVALDO VIEIRA - Sr. Presidente, V.Exa. tem que garantir a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Sua palavra está garantida.

O SR. GIVALDO VIEIRA - É assim o golpe: no grito, querem tomar o nosso País! Não vão conseguir! Vocês não vão fazer no grito!

Presidente, vai ficar registrado para a história. V.Exa. está tirando o meu tempo, porque é sua obrigação garantir a minha palavra.

Vocês não vão fazer esse golpe, porque a força democrática é maior. Saibam que haverá resistência. Haverá luta, sim, porque o Brasil é maior do que vocês e não vai se submeter a esse golpe. Vocês, filhos da ditadura, não têm moral para impor ao País, submeter...

(*Desligamento automático do microfone.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma decisão histórica. O *impeachment* é irreversível. Precisamos agora falar do futuro, e o futuro não pode ser visto como está na Esplanada, com muros que dividem dois lados. Ninguém quer que essa guerra permaneça. Queremos que o Brasil seja de todos nós. (*Manifestação no plenário: Não vai ter golpe!*)

O SR. SILVIO TORRES - Não houve processo mais democrático do que este que o Brasil está vivendo. Este processo mobilizou milhões de pessoas nas ruas e nas redes sociais. Houve muitos embates e conflitos, mas nenhuma vítima. O saldo é muito positivo para a democracia. As instituições foram testadas.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Silvio Torres, peço 1 minuto.

Todos nós somos adultos. Quero dizer a V.Exas. que, se nós não entrarmos num acordo, fica difícil tocarmos esta sessão. Nós precisamos ter respeito com o Parlamento e com aqueles que são representantes da sociedade brasileira.

Eu gostaria de pedir a todos os Parlamentares que mantenham a calma, e cada um terá tempo para expressar a sua opinião.

Tem a palavra o Deputado Silvio Torres

O SR. SILVIO TORRES - Sr. Presidente, eu vou começar com 3 minutos novamente? Reponha o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - V.Exa. tem 1 minuto a mais, porque eu parei para falar.

O SR. SILVIO TORRES - Não, mas eu não falei!



Mas ainda há muito trabalho a fazer. Combater a impunidade é fortalecer a democracia, punir todos os crimes, especialmente as pedaladas fiscais e orçamentárias. São esses os crimes que embasam o processo de impedimento da Presidente. Mas há outros: crimes de obstrução da Justiça, por exemplo, na oferta de benefícios para o Senador Delcídio do Amaral não fazer a delação ou na nomeação de Lula para o Ministério.

Não há golpe! Golpe é desviar e se apropriar do dinheiro público para se manter no poder, é cometer os crimes de irresponsabilidade fiscal que promoveram a recessão, colocaram milhões de desempregados nas ruas, comprometeram as finanças públicas e geraram a maior inflação dos últimos tempos.

Este quadro caótico que o País vive foi consequência de má administração, de incompetência, de corrupção e da soberba na condução da política. Não adianta procurar culpados fora de casa. O *impeachment* não acontecerá somente com os votos da Oposição, que soma apenas cem Parlamentares na Casa. O restante sempre esteve sob influência e controle do Governo, que foi incapaz de transformar tal poder em projetos de interesse da Nação.

Ao final, repito, a democracia brasileira sai fortalecida. A decisão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Givaldo Vieira. *(Palmas.)*

Um minuto. Eu gostaria de fazer uma combinação aqui, para que possamos ter mais calma. Vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Givaldo Vieira e ao Deputado Rocha, que também foi interrompido.



Daqui para a frente, vamos fazer um acordo entre nós de respeitar o tempo dos Parlamentares. (Palmas.)

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseado no art. 73 do Regimento Interno, mas, em primeiro lugar, eu queria dizer que V.Exa. está tentando, com correção, ser imparcial, e eu parabenizo V.Exa. nesse sentido.

Vários oradores foram interrompidos ao longo de suas falas, mas as concluíram. De fato, o Deputado Silvio Torres e o Deputado Givaldo Vieira foram interrompidos e não conseguiram concluir suas falas. Creio que, se V.Exa. der o tempo de 1 minuto para cada um dos dois Parlamentares, estará repondo a justiça aqui.

Qual é a questão de ordem que levanto a V.Exa., com base no art. 73, inciso XIII, do Regimento Interno? Esse inciso diz que o orador que está na tribuna não pode ser interrompido.

A minha sugestão nesse sentido, Sr. Presidente, é que, se o orador que está na tribuna for interrompido pelo Plenário, parar de falar e pedir a V.Exa. a garantia da palavra, que V.Exa. peça que não corra mais o tempo. E, enquanto o Plenário não se acalmar, o orador fica aguardando. Esse será o único jeito de haver aqui certa civilidade.

Parabéns pela tentativa de conduzir com isenção, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concordo com V.Exa.

Eu gostaria de fazer um comentário. Nós estamos numa sessão longa, num embate muito forte dentro do Parlamento, por isso peço colaboração, senão não há condição de tocar a sessão da maneira como queremos.



Deputado Givaldo Vieira, V.Exa. terá 1 minuto. O Deputado Rocha também terá 1 minuto.

Deputado Silvio Torres, V.Exa. já teve 1 minuto.

O SR. SILVIO TORRES - Não, eu não tive 1 minuto!

O SR. EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, tem que dar 1 minuto para o Deputado Silvio Torres também. Até o Deputado Pepe Vargas reconheceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Para encerrar o raciocínio, concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Disponho de 1 minuto, Sr. Presidente.

Ao final, repito: a democracia brasileira sai fortalecida. A decisão que vamos tomar amanhã está prevista na Constituição, avalizada pelo Supremo Tribunal Federal e pelas demais instituições da República.

Depois, será o pós-*impeachment*. Será preciso levar o Brasil à frente, superar as crises, confirmar um novo País, onde não se restrinja a liberdade, não se permita a impunidade e não se tolere a corrupção. O povo brasileiro terá a oportunidade de um recomeço.

E o PSDB estará junto nesta luta. Amanhã o Brasil dará um grande passo para o fim de uma era em que predominaram o populismo irresponsável, devaneios ideológicos e estelionatos eleitorais. Viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Vieira. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.



Falo agora para você, que é Deputado e que estava pensando no *impeachment*, mas não tem o golpismo no coração. Se você queria seguir uma maioria, mude seu voto, porque 58% hoje não querem mais o *impeachment*. Se você pensava em um Brasil melhor sem Dilma, mude seu voto e vote “não”, porque já está claro que um Governo Temer, tendo Cunha como réu, será um desastre para o Brasil. Se você pensava em receber aplausos, mude, porque vai carregar para sempre, pela história, a pecha de golpista. Aqueles que votarem “sim” serão os golpistas lembrados por toda a história. Pela Pátria, vote “não”. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho de um Estado distante e pequeno, mas que lutou para ser brasileiro. E hoje a população do meu Estado arca com as consequências do isolamento, com as consequências da falta de investimento, da crise que este País enfrenta.

E falo em nome dos acrianos, daqueles que querem um Brasil novo, daqueles que querem um Brasil melhor, daqueles que querem ter esperança num futuro para este País. Nós vamos votar a favor do *impeachment*, para acabar com o Governo da mentira e da corrupção.

E eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que a Presidente Dilma é, sim, ré no TSE. Correm contra ela acusações de ter recebido dinheiro de propina para as suas campanhas. Eu sei que para os petistas é difícil ouvir, mas têm que ouvir, porque assim é a democracia. Mesmo que V.Exas. não respeitem, não estão em Cuba.



Aqui no Brasil é *impeachment* já, é um novo governo, é um novo futuro para este País!

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio. S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho de Angra dos Reis. Quando comecei a militar, o Município era área de segurança nacional, não podia escolher o Prefeito. Iniciei nas comunidades de base, na oposição sindical em Volta Redonda. O Município no sul fluminense também era área de segurança nacional. E eu sei o que é o regime de exceção.

Entendo, como Parlamentar, que nós temos de respeitar a vontade dos eleitores, o voto. E os eleitores, de forma democrática, elegeram Dilma Presidente da República.

Quero dizer: Dilma é íntegra; Dilma é honesta. E é exatamente por ser ela íntegra e honesta e por não compactuar com a corrupção que querem tirá-la do poder. Vou repetir: Dilma é íntegra; Dilma é honesta. Não pactua com corrupção, não participa de conchavo. É por isso que querem tirá-la da Presidência da República.

Quem diz isso são aqueles que têm seus nomes ligados à Operação Lava-Jato. A Presidenta nunca interveio politicamente nas operações. O que querem é um golpe parlamentar para interferir nas investigações e parar a luta contra a corrupção.

Então, você que está na rua, segurando cartazes pela luta contra a corrupção, deve se perguntar por que Parlamentares do PSDB de São Paulo que sobem a esta



tribuna falam de corrupção, mas não dizem uma palavra sobre o merendão, uma palavra sobre o trensalão.

Vêm à tribuna Deputados do Paraná, falam de corrupção, sem dar nenhuma palavra sobre o esquema da Receita, que financiou campanha por lá.

Parlamentares que falam, neste plenário, da corrupção não falam da lista da Odebrecht. Não se ouve nenhuma palavra sobre a lista da Odebrecht.

Um Parlamentar do Distrito Federal, do DEM, chama os petistas de ladrões. Ele fala de corrupção com conhecimento de causa, porque era Secretário de Roriz, que foi preso e responde a processo no Supremo Tribunal Federal. (Palmas.)

Então, a luta não é para que haja investigação, a luta é para barrar a investigação. Em 1954, Getúlio se suicidou, e, em 1960, Jânio não teve a resistência que nós esperávamos. E o que eles não sabem...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes, do PMDB do Rio de Janeiro.

O SR. ALTINEU CÔRTES (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu sei que o debate está acalorado nesta noite, mas eu tenho a certeza de que cada um, com as suas convicções, quer o melhor para o Brasil.

Eu acho que aqui ninguém tem o que comemorar. O muro que está ali do lado de fora marca a triste história por que atravessa o nosso País. Eu tenho a convicção e a opinião formadas — votarei a favor do *impeachment* —, com meu coração tranquilo.



Eu, atenta e respeitosamente, ouvi o Ministro José Eduardo Cardozo. Respeito a Presidente Dilma e acho, também, que ela é uma mulher honesta. Não acho que seja uma mulher desonesta. Ela somente não foi capaz, talvez, de escolher aqueles que a assessoraram e que, talvez, levaram-na a cometer o crime de responsabilidade, o que está muito claro. O TCU apontou, e eu entendi assim. Decorre disso o meu voto.

Mas, quando se fala em golpe, eu não me sinto bem. Eu não sou golpista. Do contrário, eu fui vítima de um golpe, como a população do Município de Itaboraí, de São Gonçalo, e como o povo da Bahia, pela corrupção da PETROBRAS.

Eu investiguei, na CPI da PETROBRAS, junto com nobres Deputados do PT, que não podem negar: isso foi um golpe no trabalhador brasileiro. Foi um golpe na Bahia, foi um golpe em Pernambuco, foi um golpe nos lugares onde o Brasil perdeu emprego para a corrupção. E a Presidente Dilma, mesmo sendo honesta, não foi capaz de escolher aqueles que dirigiam, naquele momento, a maior estatal deste Brasil. Não é este o motivo do *impeachment*, mas este é o motivo que assola o nosso País.

O povo da minha cidade, Itaboraí, de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, paga com emprego e paga com fome, como o povo do Brasil. Este é um golpe que nós sofremos.

Agora, está na hora de, mesmo no calor das emoções, depois do resultado que for trazido aqui, no dia de amanhã, virar esta página, derrubar o muro, respeitar o que for decidido aqui. Eu sou favorável ao *impeachment*, com o meu coração tranquilo. (*Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Caetano, do PT da Bahia.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, qual é a legitimidade que tem Eduardo Cunha para conduzir este processo que se instalou aqui nesta Casa? Qual é a legitimidade que tem Eduardo Cunha para dirigir este golpe contra o povo brasileiro?

Qual é a legitimidade que tem o conspirador e traidor Temer para assumir a Presidência do Brasil? Apenas 1% da população o apoia! Mais de 70%, quase 80% da população quer Eduardo Cunha fora desta Casa e da Presidência deste Poder!

Povo brasileiro, o mundo já caiu na real. O jornal norte-americano *The New York Times* diz, na sua primeira página: “*Honesto, Dilma pode ser afastada por criminosos*”. O *El País*, na Espanha, diz: “*A linha sucessória de Dilma Rousseff está na mira da Lava-Jato*”. O *Le Monde*, na França, diz: “*Temer é profissional da intriga política*”. Só a Globo não vê isso.

Senhoras e senhores, amanhã é um dia importante nesta Casa, e nós devemos estar atentos. Eu conclamo o povo brasileiro para a vigilância democrática, conclamo aqui todos os companheiros e companheiras que lutam pela democracia, que lutaram para ver como o Brasil está consolidando a sua democracia.

Enfim, o filme que estamos vendo agora é o mesmo filme de 1964, de uma forma diferente. Querem cassar uma Presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiros para colocar no seu lugar um presidente ilegítimo que tem apenas 1% da opinião pública a seu favor!

Nós temos que concentrar aqui a luta da resistência democrática. É obrigação nossa, como democratas, como brasileiros, resistir aqui e interromper esse golpe



que está sendo construído às escondidas e às claras neste País pela direção desta Casa, especialmente pelo Sr. Eduardo Cunha. Nós não aceitamos essa conspiração contra o Brasil.

Brasil, tu verás amanhã que um filho teu não foge à luta. Votarei contra o golpe e votarei pela democracia brasileira.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (Bloco/PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tudo o que já foi dito aqui, tudo o que se venha a dizer é praticamente a repetição da mesma coisa. Mas eu quero daqui falar para todos os brasileiros.

Eu fico observando os Srs. Deputados do PT, do PCdoB, do PSOL. Com todo o respeito — eu não quero agredi-los, mas me permitam —, vocês têm uma cara de pau sem tamanho. Mas, com todo o respeito,... (*Manifestação no plenário.*)

Silêncio, eu estou utilizando a palavra. Cale a boca, que eu estou falando! Quiet! Estou falando! Cale a boca. Não meta o bico, PT, fique na sua! Fiquem quietos! Vocês ofendem o povo brasileiro todos os dias, todas as horas. Enquanto estou na tribuna, calem a boca, porque amanhã o Brasil e este Congresso farão os senhores silenciarem.

Afinal de contas, por falar em corrupção, o Governo de vocês comeu duas PETROBRAS. Um dos combustíveis mais caros do mundo é o que paga o trabalhador brasileiro. A energia elétrica aumentou, a cesta básica aumentou, a



inflação é galopante. Foram bilhões roubados. E vocês querem usar a tribuna para falar em corrupção?

Com todo o respeito, senhoras e senhores, amanhã este Congresso haverá de dar uma resposta. É bem verdade que hoje os senhores, os seus coordenadores e o grande capitão, o chefe Luiz Inácio, que hoje de tarde carregou a malinha e voltou para São Paulo, fizeram as suas negociações no quarto de um hotel de luxo.

Quero aconselhar alguns Parlamentares que o visitaram, inclusive o Vice-Presidente desta Casa, que até semana passada era pró-*impeachment* e hoje é contra. Qual foi o agrado que fizeram? Quanto pagaram? Será que Parlamentar não tem sentimento e responsabilidade? Ontem era a favor e hoje é contra? O Governo mudou, melhorou, deu resposta à sociedade? Absolutamente nenhuma.

O povo amanhã vai conferir. Se faltar e não justificar com certidão de óbito própria, é porque se vendeu. Quem vier e mantiver posição firme, quer seja contra, quer seja a favor, há de se respeitar, desde que seja aquele compromisso histórico, como o do PT, o do PSOL, o do PCdoB, porque vocês estão aí nessa trincheira. Agora, aqueles que estavam do lado de cá, e amanhã vão para o lado de lá têm preço, amanhã serão julgados e, depois, em 2018, serão despedidos pelo eleitor.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Fica prorrogada a sessão por mais 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Pepe Vargas, que terá o tempo de 3 minutos.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essa tentativa de golpe contra a Constituição Federal e contra a democracia tem dois objetivos.



O primeiro objetivo é, sim, deter as investigações sobre a corrupção, que é histórica no nosso País, que começou há muito tempo. Pela primeira vez na nossa história, uma investigação está pegando, sim, corruptores e corruptos. E a Presidenta Dilma Rousseff deixa transcorrer essa investigação com naturalidade, permitindo que os órgãos responsáveis pela investigação da corrupção ajam.

A Presidenta Dilma não é investigada por nenhum ato de corrupção, ao contrário do que alguns disseram aqui. A Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime. E ela permite que a investigação da corrupção aconteça.

É muito estranho que partidos que têm um histórico de envolvimento com a corrupção, é muito estranho que um plenário onde mais de 200 Deputados são indiciados ou respondem por alguma investigação queiram derrubar uma Presidente que não cometeu nenhum crime. O primeiro objetivo dos golpistas é acabar com a investigação da corrupção neste País, como faziam no tempo em que eram Governo, quando acobertavam, engavetavam e não permitiam que as investigações ocorressem.

O segundo objetivo desse golpe é o de colocar por terra os avanços e as conquistas do povo trabalhador deste País. Está na proposta *Ponte Para o Futuro*, do Sr. Michel Temer, articulado com o Sr. Eduardo Cunha, acabar com a política de vinculação do piso previdenciário ao salário mínimo, acabar com o regime de concessão... retornar o regime de concessão e acabar com o regime de partilha na exploração do petróleo, fazendo a festa das grandes petroleiras internacionais. Está lá: “*Desvincular os recursos da saúde e da educação*”. Então, não adianta vir aqui reivindicar recursos para a saúde e depois desvincular os recursos da saúde e da educação.



Esse golpe não passará porque a consciência democrática do povo brasileiro já faz com que muitas pessoas saibam quais são os objetivos desse golpe. Não vai ser um golpe, uma tentativa de golpe conduzida pelo Sr. Eduardo Cunha, com o apoio de partidos da Oposição, que vai acabar com as conquistas do povo brasileiro.

Amanhã, nós vamos derrubar essa tentativa de golpe. E o povo, que tem tomado as ruas deste País, vai continuar mobilizado, para termos mais avanços sociais.

“Não” ao golpe! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero ser muito objetivo nesta minha fala.

Nós somos a favor do impedimento da Presidente Dilma Rousseff. Amanhã, todos nós votaremos contra o golpe, contra o golpe que a Presidente Dilma e o PT querem dar na sociedade brasileira. Porque, quando um Presidente comete um crime de responsabilidade e não quer responder pelos seus atos, é um golpe, é um golpe em cada um de nós cidadãos brasileiros.

É por isso, Sr. Presidente, que temos muito clareza quanto ao crime de responsabilidade que a Presidente cometeu. Há uma vedação objetiva na lei: um banco público não pode emprestar dinheiro para o Governo. E — pelo amor de Deus! — a defesa do Ministro José Eduardo Cardozo é um deboche da sociedade brasileira.

Porque é muito simples entender, Deputado Dr. João: colocamos as nossas contas no débito automático e, no dia do pagamento da nossa conta de luz, não



temos saldo em conta e não temos limite no cheque especial. O que o banco vai fazer? Não vai pagar a nossa conta de luz, não vai pagar o nosso condomínio. O que o Governo fez com todos os programas? O Governo não tinha dinheiro na conta, não transferiu dinheiro do Orçamento para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES. E os bancos pagaram. Isso não é empréstimo? Então, eu quero saber o que é.

Eu quero, então, na segunda-feira, quando o banco abrir, e a Presidente ainda for Presidente — porque este processo só acaba no Senado Federal, se ele for aprovado —, ir lá e dizer: *“Olha, agora eu quero botar todas as minhas contas aqui. E, se eu tiver dinheiro, bom; se eu não tiver, o Banco do Brasil é que pague para mim”*.

Então, esse é o crime que a Presidente Dilma cometeu de forma explícita. Isso gerou o quê? Mais de 70 bilhões de reais. Foi o que S.Exa. fez com esse tipo de crime. S.Exa. desorganizou as contas públicas. E, quando S.Exa. desorganizou as contas públicas, gerou o aumento da inflação, o aumento da taxa de juros e, o que é mais grave, o aumento do desemprego. Isso não é crime contra a sociedade brasileira? Não é grave? Pelo amor de Deus.

Se o PT acha que a responsabilidade fiscal não é um ativo da sociedade brasileira e que as leis não precisam ser respeitadas, é porque o PT quer dar um golpe na sociedade brasileira. Os Deputados do PT, juntamente com seus aliados, são fascistas. Eles, sim, são golpistas e são fascistas.

É por isso que amanhã nós vamos derrotar o golpe que o PT quer dar na sociedade e votaremos “sim” ao *impeachment*. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, contra esta crise política que está dividindo e conflagrando o Brasil, que nasceu do desrespeito ao resultado das eleições de 2014 por parte da Oposição; contra o ódio e a intolerância manifestadas ao gritarem fanaticamente “fora, PT!”, como gritaram muitos fascistas em diferentes momentos da história; contra esse processo ilegal e imoral aberto e liderado, por vingança e chantagem, por um criminoso e corrupto como Eduardo Cunha, que está conduzindo um verdadeiro tribunal de exceção no Parlamento brasileiro; contra o acordo cúmplice da Oposição com Cunha e com Temer para cassar o voto de 54 milhões de brasileiros e tentar o terceiro turno, numa eleição direta de acordo, de cúpula, com um grupo pequeno de Deputados; pelo direito sagrado do povo brasileiro de escolher os seus governantes em eleições direitas; em respeito à dignidade e à honestidade da Presidenta Dilma Rousseff, essa mulher trabalhadora e dedicada ao Brasil que, vocês sabem, não cometeu um único crime, jamais roubou 1 centavo do dinheiro público e está sofrendo a tentativa de uma cassação puramente política, do jogo poder de quem disputou quatro eleições e perdeu as quatro e quer cassar o mandato neste Parlamento; pela continuidade dos enormes avanços sociais, da enorme distribuição de renda dos Governos Lula e Dilma; para defender a continuidade, sim, do combate à corrupção de forma republicana e não seletiva; para ver julgado o mensalão dos tucanos; para dizer que aquele homem que tem milhões de dólares roubados da PETROBRAS nas suas contas na Suíça vai receber — eu espero que não, porque tenho a convicção da vitória —, Deputado



Tadeu Alencar, ou receberia, o cargo de Vice-Presidente da República, como prêmio por tudo o que roubou Eduardo Cunha, senhoras e senhores, eu voto contra o *impeachment*, pela democracia brasileira e pelo povo brasileiro! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Elmar Nascimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a responsabilidade de representar 90 mil baianos, de representar os meus conterrâneos de Campo Formoso, terra em que nasci e que eu amo, com a responsabilidade de ter representado o meu partido na Comissão do Impeachment, eu quero iniciar as minhas palavras lembrando um antigo provérbio: à mulher de César não basta ser honesta; tem que parecer honesta. E a Presidente Dilma não parece honesta, e não é honesta!

Se formos analisar o art. 95 da Constituição Federal, os seus incisos, poderemos perceber desde já que, em cinco incisos, a Presidente cometeu crime de responsabilidade.

Durante os trabalhos da Comissão, em que 66 Deputados se debruçaram sobre isso de forma exaustiva, nós demonstramos que a Presidente cometeu crime de responsabilidade. Mas é no contexto político, no contexto da crise moral e ética pela qual passa o País, no contexto da crise econômica, que, amanhã, os 513 Deputados que compõem esta Casa haverão de tomar uma decisão política e justa, a decisão de autorizar que a Presidente seja processada no âmbito do Senado Federal, onde lhe será dada a oportunidade de exercer amplo direito de defesa.

A Presidente comete contra o Brasil um crime de lesa-pátria, um crime que se iniciou há muito tempo, há 12 anos, quando um partido, que dizia ter o monopólio da



FINAL Fls. 11353
D : 4176

honestidade, o monopólio da verdade, construiu, no âmbito do Poder Central, uma organização criminosa que corrompe, que corrói o sistema político brasileiro. É nossa responsabilidade agora, é responsabilidade de cada um dos Deputados que compõem esta Casa dar o basta nisso.

Vamos passar o Brasil a limpo. Nós temos que ser uma democracia amadurecida. E, numa democracia madura, minhas senhoras e meus senhores, não há lugar para convivência com a corrupção. O PT não tem autoridade moral para falar em corrupção. Um partido que homenageia José Dirceu, um partido que homenageia presos pelo Supremo Tribunal Federal não tem autoridade moral para falar sobre corrupção contra ninguém.

Amanhã, em nome do futuro dos nossos filhos, em nome do futuro do Brasil, nós vamos dizer “sim” ao *impeachment*.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra a Deputada Luizianne Lins

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT-CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, em especial meu povo, o povo do Estado do Ceará, dada toda a discussão que esta Casa tem realizado, dado o conteúdo das diversas falas dos Parlamentares, desta tribuna, está mais do que claro que este processo de *impeachment* da Presidente Dilma é um ato absolutamente político. Não há nenhuma denúncia concreta contra a nossa Presidente. Dilma é uma mulher séria, honesta e verdadeiramente preocupada com o povo brasileiro, diferentemente de muitos que se atrevem a julgá-la e que respondem a processos em diversos tribunais neste País.



A Direita partidária, conservadora e agora golpista, que nunca aceitou as mudanças sociais que viveu o Brasil, o avanço dos direitos civis, a conquista das liberdades democráticas, agora resolveu também não aceitar o resultado das eleições e busca a qualquer custo, em um momento de crise internacional, desestabilizar o Brasil.

Essas forças conservadoras receberam reforço de setores dos meios de comunicação de massa e de uma parcela significativa do Poder Judiciário, daqueles que deveriam estar promovendo a justiça no nosso País.

Do outro lado dessa trincheira histórica, vimos um povo reagindo contra o golpe, vimos diversas forças progressistas, defensores da democracia, artistas, intelectuais, juventude, movimentos sociais e populares, movimentos representativos de trabalhadores urbanos e rurais, centrais sindicais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sem-teto, entidades representativas de jovens, estudantes, mulheres que lutam pela liberdade, negros e negras que lutam contra o racismo, homossexuais que lutam contra o preconceito e o conservadorismo. Esses combatentes das liberdades democráticas reagem de ponta a ponta deste País, contagiando de luta e de esperança ruas, praças e avenidas, em um emocionante movimento contra essa tentativa de golpear a democracia em nosso País.

Que Brasil teremos depois da votação do *impeachment*? Só nós Deputadas e Deputados poderemos responder. Podemos confirmar o golpe e voltar a ser o País da apartação social, da falta de oportunidades, da política econômica excludente, do preconceito, do desemprego, da desregulamentação dos direitos trabalhistas, da inércia no combate à corrupção, da entrega do patrimônio nacional.



Mas, felizmente, hoje milhões de corações e mentes estão se pronunciando em defesa da democracia. Na tentativa do *impeachment*, outros estão querendo fazer imposição à Presidente Dilma.

Nós sabemos que isso não é um fim em si mesmo. Isso é apenas o princípio de algo muito mais grave. Por isso, convocamos o povo brasileiro a resistir ao golpe.

Parafraseando o poeta, “*nada a temer senão o correr da luta, nada a fazer senão esquecer o medo*”.

O Brasil vai reagir. Não vai haver golpe!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente.

Saúdo as brasileiras e os brasileiros, especialmente a minha querida Paraíba, que nos acompanha neste momento histórico para a nossa Nação.

Nunca antes na história deste País tantos brasileiros foram à rua pelo mesmo motivo, Sr. Presidente. Saíram às ruas 6 milhões de brasileiros, que encontraram o Brasil em ruínas, precisando ser reconstruído. A saúde está um caos, a educação é precária. Somos reféns do crime e da violência.

A Presidente Dilma está isolada no poder; o Governo, rejeitado nas ruas. Ela perdeu a capacidade de liderar o Brasil. Ninguém acredita nela no que Dilma fala, ninguém acredita mais no que Dilma faz, ninguém acredita mais em nenhum projeto que ela apresenta. Ela perdeu a credibilidade aqui dentro e lá fora. Ninguém quer investir no País.



E sabem por que chegamos ao momento de ter que afastar a Presidente? Porque ela cometeu crimes, crimes de responsabilidade fiscal. As pedaladas causaram um rombo no Orçamento. Isso foi farra com dinheiro público. Gastou o dinheiro do Brasil para poder se eleger e agora manda a conta para cidadão pagar, para o trabalhador brasileiro pagar. Isso nós vemos com as empresas fechando, a inflação aumentando e o desemprego batendo à porta do trabalhador brasileiro.

Agora, para um governo que é irresponsável e que comete crimes há uma solução: o *impeachment*. Talvez V.Exas. não gostem dessa solução, porque o PT votou contra a Constituição Federal — não se esqueçam disso —, mas ele está previsto na Constituição Federal, realizada pelo Congresso Nacional, fiscalizada pelo Supremo Tribunal Federal, baseado em provas, leis e fatos.

Nós sabemos que a Presidente Dilma prometeu o FIES, mas depois o cortou, deixando os estudantes desamparados. Nos postos médicos falta até vacina. Mas, quando o Governo fala em saúde, é para negociar o Ministério com qualquer partido que queira apoiá-lo contra o *impeachment*.

Não terá mais continuidade este Governo, que se transformou numa verdadeira máquina de corrupção para financiar um projeto de poder. É o apego ao poder pelo poder. Cometem-se crimes, assassinam-se pessoas, faz-se o que for possível.

Então, no domingo, este Parlamento fará a vontade do Brasil. Diremos “sim” ao *impeachment*.

Fora, Dilma! Fora, Lula! Fora, PT!

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito.



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, povo acriano, neste momento histórico de resistência democrática e popular, quero dedicar este pronunciamento aos meus dois filhos: João Marcos, de 3 meses, e, em especial, Sofia, que nesta semana completou 3 anos de idade.

Nestes 3 minutos, Sr. Presidente, poderia falar sobre os aspectos jurídicos do *impeachment*, mas a defesa da Presidenta Dilma Rousseff foi demolidora em relação ao frágil relatório aprovado na Comissão.

Sr. Presidente, amanhã, quando for votar “não” ao *impeachment*, estarei votando no futuro de meus filhos e no de milhões de crianças brasileiras. E é olhando para este futuro que digo por que não apoio este golpe.

Apoiar esse golpe é rasgar a Constituição Federal e cometer uma injustiça contra uma mulher reconhecida até pela Oposição como honrada, que não praticou crime algum. Apoiar esse golpe é premiar o desrespeito ao voto popular, duramente conquistado pelo movimento *Diretas Já*. Apoiar esse golpe é premiar aqueles que não conseguiram chegar ao poder pelas urnas e que querem agora fazê-lo na marra, de forma ilegítima, com o objetivo de destruir as conquistas sociais dos últimos anos. Apoiar esse golpe é transformar o *impeachment* em um instrumento de vingança, como está sendo feito pelo Presidente desta Casa.

O Brasil não é uma república de bananas!

Apoiar esse golpe é premiar conspiradores como o Sr. Michel Temer, que vai entrar para a história como conspirador e que transformou este processo em uma verdadeira eleição indireta. É premiar ainda aqueles que se utilizam



irresponsavelmente de instituições judiciárias republicanas e da velha mídia golpista para criar factoides espetaculares para derrubar governos populares.

Apoiar esse golpe seria premiar a hipocrisia daqueles que dizem que combatem a corrupção, mas que assinam um pacto de mediocridade que visa parar a Operação Lava-Jato e salvar Eduardo Cunha, premiando-o como Vice-Presidente da República, sem o voto popular.

Finalizo, Sr. Presidente, dirigindo-me aos jovens Parlamentares. Em 1964, muitos Deputados apoiaram o golpe. Estes foram para o lixo da história. Outros, como Tancredo e Rubens Paiva, são lembrados até hoje como símbolos de resistência democrática.

Não manchem suas biografias! Façam o mesmo! Não entrem para a história como golpistas!

“Não” ao *impeachment*! Vitória da democracia amanhã!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Martins.

O SR. PAULO MARTINS (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho a responsabilidade de falar aqui também em nome dos Deputados Valdir Rossoni, Reinhold Stephanes e Edmar Arruda.

Sr. Presidente, vejo em todas essas manifestações a respeito do processo de *impeachment* questionamentos e também definições sobre o processo que dizem ser um processo político e também jurídico.

Eu digo mais: não é apenas um processo político e jurídico, é um processo político, jurídico e social, porque, se não houver povo, se não houver a ciência do



povo, e houver apenas os dois primeiros elementos, não há *impeachment* algum, aqui e em nenhum outro lugar do mundo.

E o que faz o processo social se desencadear? É a ciência das pessoas sobre os fatos, é a realidade do povo cobrando.

O povo hoje está nas ruas, participando desse processo, porque cansou do PT no poder. O povo cansou de ver o projeto de poder que, para se manter, usa a corrupção como método de financiamento. Este é o Governo do mensalão! A corrupção vem de longe, não vem de agora. E o que era o mensalão senão o aluguel de um poder pelo outro, senão o fim da tripartição de poderes, tornando a sua separação apenas um teatro, um simulacro de democracia para eles aprovarem o que quiserem?

Sr. Presidente, o povo cansou de ver políticas de divisão para enfraquecer a sociedade e assim controlá-la, cansou de ver este Governo jogar negros contra brancos, ricos contra pobres, cansou disso.

Nota que houve até algumas melhorias em índices sociais, mas alguns índices até Hitler na Alemanha melhorou. A vida no País piorou bastante nesse ambiente de ódio em que não se pode mais ter uma opinião diferente da maioria, que já se é tachado de fascista, já se é tachado de misógino, já se é tachado de coisas, como se fosse antidemocrático e não suportasse o contrário.

É a segunda vez que vejo esse processo de *impeachment* acontecer. Na primeira vez eu era uma criança e tinha 11 anos de idade, na época do Presidente Collor. Mas vejo muita semelhança agora. (*Mostra documento.*) Olhem só: na semana do *impeachment* de Collor, a manchete da Folha de S.Paulo era a seguinte: *Ibsen Quer Votação do Impeachment Até Dia 25; Collor Diz Que é “Golpe”; Mapa da*



Fisiologia Mostra Ação do BB para Barrar Impeachment, com a compra de votos se repetindo. Depois, a capa que nós veremos na próxima segunda-feira.

Marx dizia que a história se repete como farsa ou como tragédia. Aqui nós estamos vendo que ela se repete como tragédia para acabar com uma farsa, que é este Governo do PT!

Fora, PT! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos representantes do povo brasileiro. Mas é impressionante ver como parte dos representantes do povo sobe à tribuna para mentir para o povo brasileiro.

A peça que está sendo discutida sobre o golpe fala de seis decretos e da subvenção do Plano Safra. O que são esses seis decretos? Eles foram editados pela Presidente Dilma justamente para fortalecer a educação brasileira, para liberar recursos para a educação, para as universidades.

Quanto à subvenção do Plano Safra, quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente deste País, o investimento na agricultura familiar era em torno de 2 bilhões de reais, mas, no Governo da Presidente Dilma, esse investimento passou para 29 bilhões de reais. Por que a agricultura brasileira é forte? Porque tem o apoio do Governo Federal. Essa é a grande realidade tanto na agricultura patronal quanto na agricultura familiar. E esse é o debate que temos que fazer.

Mas, muitas vezes, os Deputados que sobem àquela tribuna não dizem isso para o povo. Eles têm que ser francos, eles têm que falar a verdade para o povo.



Não adianta tentar enganar o povo. É por isso que hoje a maioria do povo brasileiro é contra o golpe. É por isso que hoje S.Exas. tentam explicar que não se trata de golpe.

Srs. Deputados, como isso não é um golpe, se V.Exas. estão rasgando a Constituição Federal? Como não é um golpe, se V.Exas. não aceitam o resultado das urnas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que muita gente já está comemorando a vitória do golpe amanhã. Mas, também no dia 27 de outubro de 2014, os aeroportos de Belo Horizonte ficaram lotados, porque muitos foram para lá comemorar a vitória do Aécio. E, quando foram abertas as urnas, Dilma foi eleita Presidente com 54 milhões de votos. (Palmas.)

V.Exas., que já comemoram a vitória fazendo churrasco em todo lugar de Brasília, podem ficar tranquilos: o golpe não passará amanhã, dia 17 de abril!

Quando o PSDB governava este País e o Estado do Paraná, houve 21 assassinados...

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Dr. João.

O SR. DR. JOÃO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, Sras. e Srs. Deputados. Boa noite, povo brasileiro. Quis o destino e Deus que eu estivesse participando deste grande e histórico momento político que vive o Brasil e, com o meu voto, ajudasse a mudar o destino da nossa Nação. Este é um momento extremamente traumático.



Eu me sinto muito honrado e orgulhoso por estar aqui representando o meu Estado do Rio de Janeiro, a minha Baixada Fluminense e, principalmente, a minha cidade de São João de Meriti.

Os governistas fixaram-se em dizer, nos seus discursos, que tudo isso não passa de um grande golpe. Ora, meus amigos, o *impeachment* é um instituto constitucional com embasamento jurídico e político, o que dá legalidade a esse processo. Por duas vezes, o Supremo Tribunal Federal se manifestou confirmado a legalidade desse processo. E foi o próprio Supremo que regulamentou o seu rito. Portanto, a Corte máxima da Justiça do nosso País confirma que não há golpe.

Pelo raciocínio dos governistas, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, o Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Juiz Sérgio Moro, a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e mais de 70% da população do nosso País são golpistas.

Sr. Presidente e todo o povo brasileiro que acompanha esta sessão, especialmente o povo da minha São João de Meriti, eu tenho lido muito, estudado muito, ouvido todos os discursos de governistas e de oposicionistas. Estudei a denúncia e li o relatório do Deputado Jovair Arantes. E, com muita tranquilidade e com o coração leve, concluo que há realmente indícios de crime de responsabilidade fiscal, crime contra a Constituição, o que provocou toda esta crise econômica em que se encontra o nosso País. Isso, sim, é golpe!

Não admito ser chamado de golpista ou fascista, porque o meu voto é de foro pessoal, embasado pela minha base política, pela minha família e pelos meus amigos. Não negociei meu voto com ninguém.



Chegamos ao *impeachment* pela incompetência, pelas mentiras, pela corrupção e pelos crimes deste Governo. Golpe foram as mentiras de campanha. Golpe foi a roubalheira que fizeram na PETROBRAS, na Caixa Econômica, nos Correios, no BNDES. Golpe é o rombo que fizeram nos fundos de pensão. Golpe é o que estão fazendo com a saúde, com a educação, com a segurança pública, com a classe médica de uma forma geral. Golpe é a incompetência, a arrogância e a prepotência deste Governo.

Um governo que precisa vender a sua alma para conseguir 172 votos nesta Câmara dos Deputados realmente não tem mais credibilidade.

Chega de corrupção, chega de roubalheira! *Impeachment já!*

Portanto, vamos construir uma nova República a partir de amanhã, a partir de segunda-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passo a palavra ao Deputado Helder Salomão, por 3 minutos.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, povo brasileiro, este momento entrará para a história do nosso País e para a história da humanidade. Os brasileiros de bem e a comunidade internacional acompanham, estarrecidos, a tentativa de um grupo político, envolvido em corrupção, de cassar, de abreviar o mandato de uma Presidente que não responde a um processo sequer.

O processo de *impeachment* é, sim, um processo legal e constitucional. Contudo, *impeachment* sem caracterização de crime de responsabilidade é ilegítimo e não tem outro nome: é golpe parlamentar contra o povo brasileiro.



Meu voto não é apenas para defender um partido ou um governo. Meu voto é contra uma ação nascida na ilegalidade. Esse processo, todos nós sabemos, foi acolhido pelo Presidente desta Casa, que infelizmente não está aqui agora, por revanche, porque o nosso partido definiu que votaria a favor da admissibilidade do processo existente contra ele no Conselho de Ética. E ele fez isso porque está envolvido em esquemas de corrupção e tem medo de ser investigado.

Sobre o Vice-Presidente Michel Temer, há apenas uma constatação: traiu a Nação, apequenou-se e vai entrar para a história como golpista e traidor.

Eu voto em honra dos 54 milhões de brasileiros que elegeram a Presidente Dilma. Mas a Oposição até hoje não reconhece esses votos. O que tenho visto nesta Casa, desde o dia em que cheguei aqui, é o trabalho contra o Brasil e contra o povo brasileiro.

O que está por trás desse golpe é a tentativa de acabar com as conquistas sociais e tirar os direitos dos trabalhadores.

Voto com milhões de trabalhadores que saíram da linha da pobreza. Voto com aqueles jovens que tiveram acesso ao ensino superior. Voto também com os negros e as negras que tiveram a oportunidade de chegar ao ensino superior. Voto com as empregadas domésticas, que agora são reconhecidas.

Voto, enfim, em nome dos meus filhos, Sofia e Pedro, que representam todas as crianças brasileiras que querem um País livre, em que o valor da democracia seja sagrado.

Senhoras e senhores, voto pela democracia e pela legalidade. Por isso, amanhã, vou dizer “não” ao golpe!

Viva o povo brasileiro! Viva a democracia! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou nesta tribuna, com a bandeira do meu Rio Grande do Sul, vivendo um dos momentos mais importantes da história do País. Nunca imaginei que eu pudesse viver este momento.

Quando optei pelos meus 115.294 eleitores, no outro dia uma espada se abateu sobre mim: a expulsão partidária sumária, antes mesmo de eu ter votado.

Eu tenho 28 anos de PDT. Eu nasci nesse partido. Meu pai foi e é brizolista até hoje. Nesses anos de história, exercei seis mandatos: quatro de Deputado Estadual e dois de Deputado Federal. Nos dois mandatos de Deputado Estadual, fui o mais votado do partido no Estado. Na última eleição, fui o mais votado da história do meu partido, com 115.294 votos.

Vou votar “sim”, pelo *impeachment*. As minhas filhas, o meu pai, a minha família e os meus amigos não vão se envergonhar de mim, pois não verão Giovani Cherini ter se acovardado em sua passagem por este Parlamento e ter dito “não” à história. Não é golpe, não! Não é golpe! Eu já se disse isso tantas vezes aqui! Golpe é enganar o povo. Golpe é a roubalheira. Golpe é tudo o que já foi dito aqui, e eu não vou repetir.

Leonel Brizola, em 1964, lutou pela legalidade. Não havia roubo, não havia desvio. Era uma luta democrática contra a ditadura, era uma luta ideológica. Comparar a luta pela legalidade a esse fato que está acontecendo aqui é não conhecer a história do Rio Grande do Sul e do Brasil.



Portanto, venho reafirmar o meu voto. Não devo nada ao Governo. Tudo o que pude fazer para este Governo eu fiz. Votei aqui em muitos projetos que tive que engolir, para ajudar o Governo.

Agora chegou a hora. Este Parlamento amanhã vai registrar um dos fatos mais importantes da sua história, porque não há presidencialismo no Brasil, não; há semipresidencialismo. A Constituição é parlamentarista e o Governo é presidencialista.

Sem o apoio deste Congresso, nenhum governo consegue governar, nenhum governo consegue fazer alguma coisa pelo Brasil. Não há mais ambiente para isso. Não se pode mais governar com 170 ou com 100 aliados — não sei quantos amanhã vão votar aqui. Um semipresidencialismo tem que ter apoio do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra à Deputada Ana Perugini.

A SRA. ANA PERUGINI (PT-SP) (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, especialmente os Deputados e Deputadas do Estado de São Paulo e, de uma maneira muito singular, os Deputados da região metropolitana de Campinas e os nossos companheiros e companheiras que estão na nossa cidade de Hortolândia, berço das lutas sociais e populares e das comunidades eclesiás de base de onde venho, vale a pena, neste momento, lembrar alguns momentos históricos que marcaram o nosso País.

Nas lutas pelas Diretas Já, em 1983 e 1984, eu fui às ruas e participei do maior movimento no nosso País, lá na Capital de São Paulo. Dante de Oliveira nos trouxe uma esperança, uma luz, mas nós fomos derrotados aqui dentro deste espaço desta Casa de Leis.



Logo depois, a Constituição Federal de 1988 me chamou a atenção na Faculdade de Direito, ao dizer que homens e mulheres são iguais perante a lei. Eu pensei: "Nossa! Isso é o óbvio! A cultura que aprendi na minha família me ensinou isso desde pequena, mas foi preciso a Constituição Federal explicitar.

Depois — é inegável e ninguém pode tirar isso da história —, em 2002, um operário, um trabalhador, o Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou as eleições presidenciais e passou a governar o maior posto deste País, passados 13 anos da primeira eleição direta após a ditadura.

Luiz Inácio Lula da Silva muda a ordem vigente na economia do nosso País: a política econômica passa a ser distributiva, para incentivar o comércio interno, e a produção aumenta. E o País passa a crescer no momento em que a crise começava a ser vencida. Nós incluímos os trabalhadores, que foram para as escolas. Mais de 7 milhões de jovens foram para as universidades.

Logo depois, em um país marcado pela cultura e pelo estereótipo da competência masculina, que ocupa o 118º lugar no ranking da desigualdade de gênero, por falta de participação da mulher na política, é eleita uma mulher como Presidenta da República.

E essa mulher enfrentou o maior surto da economia, com o agravamento da crise política aqui dentro, patrocinada principalmente por este cenário que vivemos hoje. E quem deveria assumir a responsabilidade de ser o coautor das ações de Governo, agravou ainda mais, com as pautas-bomba, a situação da economia brasileira e agravou, sim, o problema do desemprego no nosso País.



Agora, se a Oposição quer governar, ela que espere até 2018 e ganhe as eleições. Isso não pode ser feito no grito, não, porque assim é golpe. E nós não vamos aceitar isso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, brasileiros que estão em casa assistindo a este processo de *impeachment*, isso não é o fim, é o começo, é um recomeço, é uma recuperação, é uma reconstrução dos valores brasileiros que foram destruídos por 13 anos do PT no governo.

Destruíram as nossas universidades, transformaram-nas apenas em espaços reservados para partidos sectários. Os partidos comunistas estão controlando a universidade, atacando os cristãos, educando as crianças brasileiras de forma equivocada.

Nós estamos, portanto, diante de um momento de recomeço do Brasil. Recuperar os valores significa retirarmo-nos desse Foro de São Paulo, criado por Lula e por Fidel. Eu, que sou baiano, vou esperar 2018 para também retirar a Bahia desse processo.

A Bahia é refém do PT, que parou o País e parou a Bahia. O Governador Rui Costa é pau-mandado de Jaques Wagner. Ele colocou os sem-terra para ocupar o principal polo turístico da cidade, o Farol da Barra, para impedir que os baianos se manifestassem.



Portanto, nós estamos, neste momento, em uma fase de mudança no Brasil. Vai ter justiça! Vai ter futuro! Vai ter emprego! Nós vamos tomar o Brasil das mãos de quem jamais deveria ter ocupado o poder.

Nós temos todas as possibilidades de voltar a ser um País cristão, respeitador, que educa as crianças para o trabalho, que respeita o trabalho.

O PT vai oferecer ao Brasil, neste ano, 70 mil assassinatos; só na cidade de Salvador, 3 mil assassinatos. O PT é conivente com o crime, é apaziguador com o crime e levou o Brasil a um regime de insegurança, de intranquilidade e de retrocesso.

Vamos avançar, com fé em Deus, Deputado Moroni. Vamos ter um Brasil diferente. Vamos ter trabalho, mas vamos mudar o Brasil e recuperar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos, do PT do Maranhão.

O SR. ZÉ CARLOS (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, neste momento, me dirigir a você, cidadão brasileiro que está assistindo à sessão.

Amanhã, iremos escrever uma importante página na história brasileira. Iremos apreciar a proposta de impedimento da Presidente da República, uma proposta que sequer deveria ser recebida por esta Casa; só foi recebida porque o Presidente Eduardo Cunha quis se vingar do Governo e do PT.

Por que afirmo isso? A nossa Constituição, em seu art. 85, estabelece, em sete incisos, os motivos que justificam o impedimento de um Presidente, e esta denúncia que aqui está não se enquadra em nenhuma delas.



Querem enganar o povo brasileiro, fazendo acreditar que lei orçamentária, prevista no inciso VI do art. 85 da nossa Constituição, é a mesma coisa que Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é! Parafraseando um comentarista esportivo que dizia “A regra é clara”, eu afirmo que a Constituição também é clara, e, se não está previsto nela, é golpe.

Da mesma forma, a baixa popularidade do governante ou eventuais erros na política econômica, que precisa ser mudada, também não são motivos, num regime democrático, para justificar esse ato. A utilização de qualquer desses argumentos é golpe contra a democracia.

Se quisermos utilizar argumentos para destituir a Presidente, teremos que antes mudar o regime democrático de Governo, por exemplo, por parlamentarismo, e mudar a Constituição. No regime presidencialista isso é golpe.

Encerrando minhas palavras, pergunto: o que querem esses que apoiam o *impeachment*, que apoiam o golpe? Colocar Michel Temer na Presidência da República, tendo como Vice-Presidente o Deputado Eduardo Cunha, um réu cujas provas por corrupção são imensas? Isso é ultraje à democracia.

Tenho certeza de que o Parlamento não quer isso, tenho certeza de que o povo também não quer. E tenho certeza também que grande parte desta Casa, amanhã, não aceitará esse crime, pois juramos aqui mesmo nesta Casa defender a Constituição e não o golpe.

“Não” ao golpe! Viva a democracia! Fora, Cunha! (Palmas.)

O Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero falar em homenagem às minhas netas, por um País e um futuro melhor para elas: a Ingrid, a Isis e a Megan.

Eu não posso dizer, Sr. Presidente, que a Presidente Dilma é inocente e não praticou nenhum crime. Por quê? Na parte de crime comum, nesses últimos 6 anos, era proibido investigar a Presidente Dilma, porque a Constituição fala isso.

Então, se uma pessoa não é investigada eu não posso dizer que ela é culpada ou inocente. A investigação posterior é que vai dizer isso.

Com relação à questão do crime que há pouco foi citado do art. 85, pelo menos em dois dispositivos é flagrante. E é flagrante pelos dispositivos constitucionais. O TCU, que é o Tribunal de Contas da União, encarregado de julgar as contas da Presidente e passar um parecer para o Congresso, por 9 votos a zero disse que houve fraude fiscal. Repito: 9 votos a zero. Não houve um Ministro do TCU para dizer que tinha dúvida. Foi 9 votos a zero. Eu repito: 9 votos a zero. Se precisar, eu desenho para V.Exas. o resultado: 9 votos a zero. E digo isso para que todos entendam que houve, sim, o crime de responsabilidade. E o TCU diz isso, foram 9 votos a zero.

E o TCU é um tribunal constitucional defendido por qualquer Estado de Direito e defendido pela democracia. Nós estariamos rasgando a Constituição se não fizéssemos esse *impeachment*. Nós estariamos dando um golpe nesta Nação se



não fizéssemos esse *impeachment*. Isto nós temos que saber. Legalmente, vendo a letra da lei, vendo o espírito da lei, nós chegamos a esta conclusão.

Então, não venham falar isso, porque golpe seria considerar que o Supremo Tribunal Federal, que aprovou todos os passos do relatório do *impeachment*, é golpista.

O Tribunal de Contas da União é golpista! A Constituição Federal é golpista! Não! A democracia sai fortalecida desse processo de *impeachment*, e o Brasil sai fortalecido desse processo de *impeachment*. Por isso, golpe seria não fazer o *impeachment*. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - É muito triste ouvir o Deputado que me antecedeu dizer que o TCU já analisou as contas do Governo. O TCU analisou as contas de 2014, as de 2015 não foram analisadas. E o que está na acusação são os atos de 2015. Isso demonstra a ignorância de grande parte dos golpistas.

Outra tristeza são os atores da tentativa de golpe, sendo o primeiro deles o Presidente desta Casa, que é réu no Supremo Tribunal Federal. Além de ser réu, desencadeia ele o processo de *impeachment*, justamente quando a bancada do PT admite acatar a acusação contra ele no Conselho de Ética.

O *impeachment* inicia-se, pois, como um processo de retaliação e de vingança. Isso é um absurdo! E ainda há o coadjuvante, Michel Temer, que foi citado nas delações premiadas, que é um traidor, um desleal.



Além disso, Temer recebe o apoio de Aécio Neves, que eu já perdi as contas de quantas de vezes já foi citado em delações premiadas.

Por fim, devo citar o apoio do Serra, outro Tucano. E é um tucano cuja primeira iniciativa no Senado foi a de tentar entregar a PETROBRAS, mudar o regime diferenciado, entregar a PETROBRAS e toda a exploração do petróleo aos norte-americanos. Essa é a tarefa deles.

Ainda vêm aqui dizer que o PT é cara de pau. Caras de pau são aqueles que tentam tirar o governo de uma mulher íntegra, honesta, que não tem nenhum processo, e entregá-lo para bandidos, para réus. Isso é ser cara de pau! Isso é ser cara de pau!

Mas eu ainda acredito e quero acreditar aqui nos colegas Deputados, para que até amanhã eles possam não levar na sua história política essa tentativa de golpe e assim manchar a sua trajetória política.

Então, ainda é tempo de V.Exas. decidirem e amanhã votarem “não” ao golpe. “Não” ao golpe! E assim repito, porque *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe! Amanhã não terá golpe! Não haverá golpe! Não haverá golpe!

O povo brasileiro não é bobo e não perdoará a tentativa de golpe! Por isso, sejam bem-vindos a Brasília todos os brasileiros! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Carlos Henrique Gaguim.

(Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Não há que se falar em golpe! Não há que se falar em golpe! O fato de a Presidente Dilma ter sido eleita, como qualquer um de nós, não lhe dá salvo-conduto para que faça o que quiser. É preciso respeitar as regras.

Aliás, ao governante cabe mais, cabe dar o exemplo. O fato de ter sido eleita fez com que, no exercício do poder, ela cometesse, no seu Governo, crimes de responsabilidade. E não faltaram crimes: crimes que ocorreram ao tentar obstruir a Justiça e ao atacar a Lei de Responsabilidade Fiscal. E vejam: obteve-se operação de crédito sem autorização legislativa.

Digo a quem está nos acompanhando: qualquer Prefeito da sua cidade, qualquer Governador de Estado pode realizar uma operação de crédito, fazer um empréstimo, mas, evidentemente, ele tem que apresentar a proposta ao Legislativo, porque é lá que vai ser debatido, é lá que ele vai obter autorização ou não.

E a Presidente não obteve qualquer autorização. Ela fez uma operação de crédito sem autorização legislativa, inclusive aumentando o endividamento do País.

Quem não sabe que houve crime de corrupção nesse Governo? Houve corrupção para benefício eleitoral. Todo mundo sabe da propina que foi destinada às eleições, propina da PETROBRAS, empresa da qual ela foi Presidente do Conselho de Administração. Ela assinou a transação de Pasadena.



Como se não bastasse isso, houve crime de corrupção para manutenção do poder, quando ela abastecia com recursos de propina o Governo dela, Deputados e partidos políticos.

Portanto, não faltaram crimes. Cabe agora saber se nós vamos honrar ou não a Constituição. A Constituição é nosso patrimônio, e nós devemos nos submeter a ela. O que vale é a lei. O que vale é a lei para todos — para ela e para qualquer um de nós.

Portanto, nós vamos votar pelo *impeachment*, olhando para uma janela de esperança, olhando para o futuro, para que possamos sair dessa recessão, para que possamos sair desse ambiente de absoluto desemprego, para que possamos olhar para o futuro com dias melhores para a nossa sociedade.

É por isso que nós vamos para o *impeachment* convictos de que estamos cumprindo a Constituição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, é golpe, sim. É golpe baixo e é golpe sujo. É golpe contra a nossa Presidenta Dilma, uma mulher íntegra, honesta.

E quem disse isso foi o próprio acusador, Miguel Reale, quando afirmou: “O *impeachment* que estamos colocando não é porque ela roubou ou tirou alguma coisa e colocou no seu bolso”. Ele mesmo atesta a honestidade da nossa Presidente.

Agora, quem aplica esse golpe baixo é esse Presidente que está presidiendo esta sessão, que é réu, mas continua aqui com o apoio de Deputados. E é golpista



também aquele que não teve votos e quer ser Presidente, igualmente citado nas delações. Ou seja, é golpe baixo! Golpe é o que S.Exas. querem fazer, mas vão ficar só com o gostinho, porque não vai acontecer o golpe.

O povo brasileiro não vai permitir que isso aconteça! E nós vamos dizer “não” a esse golpe baixo, sujo, que V.Exas. estão fazendo.

Usaram aqui da mentira! Pinóquio vai cobrar de V.Exas. Estão mentindo mais do que ele! Vai crescer o nariz de V.Exas. Estão mentindo que só! Além disso, usam, a cada momento, o nome de Deus em vão. Vão responder por isso também.

Não vamos aceitar este golpe que estão fazendo. Estão aí querendo enterrar o nosso Governo, mas não vão conseguir. Não vão conseguir porque estão cheios de ódio, de intolerância, de fanatismo, de fundamentalismo. V.Exas. não vão conseguir porque agem com vingança, como foi o início deste golpe que está aqui. Ele se deu por um ato de vingança, porque nós não aceitamos a corrupção, que queriam que fosse jogada por debaixo do tapete.

O povo vai às ruas para reagir. E, se forem continuar, o povo vai reagir. Vamos vencer esse golpe. Temos que enterrá-lo. Vamos enterrar esse golpe sujo contra o povo brasileiro. O povo brasileiro está dizendo que não quer golpe, não quer golpe! E aqueles que mantiverem esse golpe vão ter que responder. Não há crime!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu ouvi alguns Deputados que me antecederam falarem em ódio. Deputado Duarte Nogueira, ódio eu sofri na minha campanha passada, quando petistas me atacaram no Rio Grande do Sul em cima de uma



história do “tudo que não presta”. Eis o objetivo deles: o PT, conforme diz Frei Betto, usa a tese da destruição das imagens em cima dos seus adversários. Fizeram de tudo para que eu não me elegesse. Até CD gravaram! Eu fui o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Sul, pelo meu trabalho e pela minha cara limpa. Portanto, ódio é o que eles destilam, e não o que nós fizemos.

Alguém também disse: “Canalha! Golpista!” Canalha e golpista são aqueles que assaltam o bolso do povo brasileiro. É um escândalo o que está acontecendo com a PETROBRAS! Há superfaturamento de obras. Vejam o caso de Pasadena e de Abreu e Lima, ou qualquer outro caso. Bilhões estão sendo surruiados do povo brasileiro. É o povo que está pagando isso. As obras estão sendo superfaturadas.

A Dilma é, sim, responsável, porque foi Ministra de Minas e Energia, Ministra-Chefe da Casa Civil e Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, junto com o Lula, que também é responsável e montou toda essa gangue para assaltar a PETROBRAS.

Vejamos os fundos de pensão! É um absurdo! Quinhentos mil trabalhadores do Banco do Brasil, da PETROBRAS, da Caixa Econômica Federal e dos Correios, e também os aposentados, foram roubados. Permitiram que eles fossem roubados pelas gangues que montaram os partidos políticos para comandarem os fundos de pensão. Foi má gestão, portanto roubaram.

Peguem o dinheiro que saiu hoje do BNDES, que o Lula capitaneou, o Lula! A Dilma sabia disso e era responsável, para levar dinheiro para Cuba, para a Venezuela, para Angola. São mais de 50 bilhões de reais! Sabem para quem? Para estas mesmas empreiteiras: Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, casualmente as do



sítio de Atibaia e do tríplex do Guarujá. Elas são responsáveis. Será que elas ganharam só 3% nessas obras superfaturadas? Seguramente que não!

Canalhas, Deputado Valdir Colatto, são aqueles que assaltam o bolso dos produtores rurais, que hoje geram 40% dos empregos deste País. E ainda destilam ódio no Palácio do Planalto. Na frente da Presidente da República e do Ministro da Justiça, dizem que têm que invadir as propriedades dos produtores rurais.

Odiosos são aqueles que querem roubar as terras de 7 mil pequenos agricultores do Rio Grande, ideologicamente, para colocar algumas centenas de índios e outras centenas do Brasil inteiro. Esses, sim, são odiosos.

Por isso, amanhã vamos votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

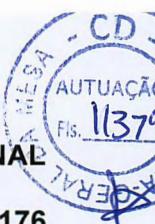
Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

MESA - CD -
AUTUAÇÃO
Fis. 11380

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - COMPARECEM MAIS OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARCER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

CD
AUTUAÇÃO
Fis. 11382

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 5^a Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 23h56min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.0

Data: 16/04/2016

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

REDAÇÃO FINAL FIS. 11383



(Encerra-se a sessão às 23 horas e 55 minutos.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 89^a (octogésima nona) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, noturna, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 55^a Legislatura, em 16 de abril de 2016. Às 18h58, presentes 479 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Eduardo Cunha, Presidente, declarou aberta a sessão. O Sr. Carlos Manato, servindo como 2º Secretário, leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem observações. Às 19h01, presentes 471 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. O Sr. Presidente esclareceu que, para o cumprimento do dispositivo regimental, a chamada de cada orador será pela ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra, com o tempo de três minutos, improrrogáveis. Fez Comunicação de Liderança a Sra. Júlia Marinho, pelo PSC. Usou da palavra para uma Reclamação o Sr. Daniel Almeida. Fez Comunicação de Liderança a Sra. Jandira Feghali, pelo Governo. Assumiram, sucessivamente, a Presidência, os Srs. Alex Canziani, 4º Secretário, e Eduardo Cunha. Fizeram Comunicações de Lideranças a Sra. Jô Moraes, pelo PCdoB; e os Srs. Osmar Terra, pelo PMDB; Aureo, pelo Solidariedade; Tereza Cristina, pelo PSB; Delegado Waldir, pelo PR; e Ivan Valente, Líder do PSOL. Discutiram o referido parecer os Srs. Jorge Solla, Vanderlei Macris, Maria do Rosário, Cabo Sabino,



Alice Portugal, Raimundo Gomes de Matos, Margarida Salomão, Paulo Feijó, Davidson Magalhães, Rogério Marinho, Janete Capiberibe e Geraldo Resende. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Pastor Eurico, pelo PHS; Carmen Zanotto, pelo PPS; Antônio Jácome, pelo PTN; e Expedito Netto, pelo PSD. Discutiram, ainda, a matéria a Sra. Erika Kokay e o Sr. Fábio Sousa. Usou da palavra para uma Reclamação o Sr. Pepe Vargas. Usaram, ainda, da palavra para discutir o parecer da Comissão Especial os Srs. Bohn Gass, Claudio Cajado, Moema Gramacho, Luiz Carlos Hauly, Pedro Uczai e Roberto Alves. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Marcus Pestana, pelo PSDB; e Caetano, pelo PT. Assumiu a Presidência o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário. Discutiram o Parecer da Comissão Especial os Srs. Arolde de Oliveira, Angelim e Jorge Tadeu Mudalen. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Felipe Maia, pelo Democratas; Ronaldo Nogueira, pelo PTB; e João Gualberto, pela Minoria. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Adelmo Carneiro Leão, Missionário José Olimpio, Chico D'angelo, Rocha, Glauber Braga, Herculano Passos, Givaldo Vieira, Silvio Torres, Luiz Sérgio, Altineu Côrtes, Caetano, João Rodrigues, Pepe Vargas, Rodrigo Maia, Henrique Fontana, Elmar Nascimento, Luizianne Lins, Efraim Filho, Leo de Brito, Paulo Martins, Valmir Assunção, Dr. João, Helder Salomão, Giovani Cherini, Ana Perugini, José Carlos Aleluia, Zé Carlos e Moroni Torgan. Reassumiu a presidência o Sr. Eduardo Cunha. Usaram, ainda, da palavra para discutir o referido parecer os Srs. Padre João, Samuel Moreira, Luiz Couto e Luis Carlos Heinze. Às 23h55, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou 5ª Sessão Deliberativa Extraordinária para sábado, 16 de abril, às 23h56, com a seguinte Ordem do Dia: continuação da discussão,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Jairinho Nascimento
Presidente

Jairinho Nascimento
Secretário



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 090.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Noturno

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 23h56min

TÉRMINO: 3h42min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 90^a Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária Noturna, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 55^a Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

Elizeu Dionizio, Caio Narcio, Moses Rodrigues, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 23 HORAS E 56 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar

**I - ABERTURA DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 495 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.0

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
CD - UTILIZAÇÃO
Tip: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176
11391

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra o comparecimento de 495 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único:

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N°

1º, DE 2015

(DOS SRS. HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

Se houver condição de os Deputados, principalmente os Srs. Líderes, abrirem mão das inscrições, nós, com esta sessão, encerraremos a discussão, com todos os demais inscritos falando.

Caso um dos Líderes queira falar, os outros também vão querer. Aí, certamente, haverá outra sessão de 5 horas às 10 horas da manhã.

Se todos abrirem mão, nós poderemos encerrar com esta sessão.

O SR. SERGIO ZVEITER (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela ordem, pelo PMDB.

Sr. Presidente, se for pela celeridade, para atender ao interesse de todos, para que possamos realmente seguir com o julgamento... Hoje é um dia histórico, o dia da votação do pedido de *impeachment* da Presidente Dilma, 17 de abril de 2016. Se todos os Líderes abrirem mão, eu vou consultar os colegas, porque o tempo está dividido entre três Deputados — eu, o Deputado Fernando Jordão e o Deputado Baleia Rossi —, que já me dizem agora que não podem abrir mão.

Logo, o PMDB não pode abrir mão da inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se não houver concordância, não poderei exigir isso dos outros.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um pedido, em nome dos outros inscritos, no sentido de que, pelo menos, V.Exa. possa intercalar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nós vamos intercalar. É uma questão matemática: se os Líderes ocuparem a tribuna, a sessão levará 5 horas.



Com os Líderes falando, serão duas horas a mais e, em vez de 3 horas de discussão, serão 5 horas.

Com 3 horas de discussão nós só vamos ter 60 inscritos, 30 de cada lado; com 5 horas seriam 100 Deputados e isso se esgotaria. É uma questão matemática, somente isso.

Portanto, não se trata de intercalar ou não, mas do desejo dos Líderes. Isso é o mínimo, é a condição do trabalho. Se houver concordância, tudo bem. Se não houver concordância...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Até porque tem partido aí que só tem um Deputado e vai usar o tempo de novo, impossibilitando a fala de outros Deputados.

Para que todos os Deputados falem, o PMDB abre mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Todos os Líderes abrem mão?

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB não abre mão.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB também não abre mão.

O SR. VITOR VALIM - Nós abrimos mão.

O SR. LUIZ LAURO FILHO - Eu não abro mão. Eu fui preterido na sessão que V.Exa. encerrou 1 hora antes. Eu não falei da tribuna. Eu tenho posicionamento e represento uma região importante do Estado de São Paulo.

Eu peço desculpas aos Parlamentares, mas existe um País de 200 milhões de habitantes esperando as nossas vozes. O PSB não abre mão.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se não vão abrir mão, não adianta eu fazer o debate. Vamos tocar a sessão. Vamos até 10 horas da manhã. Não há problema nenhum.

Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou ouvindo com muita atenção aqueles que têm se manifestado aqui para nos chamar de caras de pau e de mentirosos, fora as outras questões que nós já conhecemos nesta Casa.

Eu fico pensando: como são caras de pau! Dizer que a corrupção no País começou a partir de 2014 ou 2015 é brincadeira para quem estava aqui na feitura da Constituição, para quem estava aqui no combate à corrupção. Eu sempre me lembro do Collor, que dizia que se Lula ganhasse nós perderíamos nossas casas, que o nosso dinheiro na Caixa Econômica seria sequestrado. A primeira atitude que ele tomou foi sequestrar os nossos recursos. Ele, sim, sequestrou os nossos recursos.

Agora vêm aqui dizer que a corrupção passou a existir no País a partir do PT? Não, não foi a partir do PT! A corrupção vem desde o princípio do mundo. Mas isso não justifica nós ficarmos calados. Como podem falar de moral e de decência se nesta Casa nós não conseguimos aplaudir as atitudes de combate à corrupção desde o Governo Lula e, agora, com a Presidenta Dilma? Querem usar isso para dizer que o Partido dos Trabalhadores é o partido mais corrupto, para dizer que esse Governo é o mais corrupto. Mas tenho a franca certeza de que não pouparei, de forma nenhuma, a minha fala, a oportunidade de estar nesta tribuna, porque sei que haverá a continuidade desse projeto. E digo mais: não vai ter golpe amanhã! Isso é golpe! Golpe na Constituição! Golpe nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras!



Não quero ser repetitiva. Quero apenas dizer que há um movimento no País, que não é do PT, para desmentir a afirmação que fazem desta tribuna de que o povo não quer mais a Presidenta Dilma. Qual é o povo que não quer mais a Presidenta Dilma? Nós estamos nas ruas com o povo! Não vai ter golpe! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos do Brasil, amanhã será um dia histórico, de extrema importância, não somente por causa da retirada da Presidente do seu cargo, mas também porque vai sinalizar que País teremos no futuro.

Alguns colegas tomam suas posições baseados na base jurídica e legal, tratam da admissibilidade do processo, se houve ou não crime de responsabilidade. Não minha opinião, houve inúmeros crimes cometidos pela Presidente Dilma. Gosto de olhar o conjunto da obra. O que esse Governo fez de errado? Corrupção, mentira, aparelhamento. Houve corrupção não só neste mandato, mas no mandato do Presidente Lula, desde o início do PT, quando havia desvio de dinheiro de sindicatos para campanhas, o que é ilegal. Esse partido nasceu à beira da corrupção, com desvios e mentiras.

Eu gostaria de lembrar outro fator que deve nos guiar para tomarmos a decisão correta. Que país queremos no futuro? O país da mentira, que privilegia os espertos? Ou um país que trabalha e acorda cedo? Um país que privilegia os amigos dos grandes empresários ou um país que empreende, sacrifica-se para construir os seus sonhos, das famílias, das cidades, de uma nação?



Lula e Dilma fizeram, há muito tempo, a opção pela mentira, pela corrupção. Fizeram isso ao longo de todo o tempo. Esse Governo está acabando não somente, e infelizmente, por causa da corrupção. Esse Governo está acabando porque acabou o dinheiro e a paciência de quem trabalha, de quem acorda cedo, de quem sustenta o País.

Eu, pessoalmente, tomei uma decisão. Perguntaram-me, há um tempo, se eu já havia tomado a minha decisão. Isso aconteceu há 45 anos, quando vi meu avô que chegou pobre ao Brasil e meu outro avô, que veio da roça, dizerem aos seus netos e filhos: *“Só há um jeito de vencer na vida: trabalhar, estudar, olhar no olho, ser sincero, ajudar o mais pobre, e não ser esperto ou roubar os mais pobres.”* Salvadores da pátria. Foi isso que Lula e Dilma tentaram fazer crer que eram ao longo dessas décadas, mentindo e enganando, principalmente as pessoas mais pobres.

Senhoras e senhores, a minha decisão está tomada. Sou por um Brasil que vai privilegiar quem trabalha, quem quer empreender, quem acredita no seu sonho, e não por pilantras e picaretas como os que nos enganaram. Sou a favor do *impeachment*, pelo futuro do Brasil e dos nossos filhos!

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, quero, neste momento histórico, falar ao povo brasileiro. Este processo de *impeachment* não tem base legal porque não existe crime de responsabilidade.



Trata-se de um julgamento político, que ameaça violar a Constituição e a democracia.

O que está em jogo aqui é a continuidade dos Governos populares de Lula e Dilma, que estão dando vez e voz aos trabalhadores e aos mais pobres. O Brasil vem investindo em quem precisa, não só garantindo renda, mas promovendo inclusão produtiva e criando oportunidades.

Tiramos 36 milhões de pessoas da pobreza. O Luz para Todos iluminou as noites de mais de 15 milhões de brasileiros e brasileiras. O Minha Casa, Minha Vida vai beneficiar 25 milhões de brasileiros. O Mais Médicos levou atendimento para 60 milhões de pessoas. Pela primeira vez jovens pobres e negros estão tendo oportunidade de estudar. Tínhamos 2,5 milhões de universitários no País e hoje já temos mais de 7 milhões. Além disso, triplicamos o número de negros na universidade.

Todas essas políticas e muitas outras devem continuar e ser aprimoradas. As forças políticas e econômicas que patrocinam esse golpe não aceitam esses avanços. Os golpistas querem impor à Nação, mesmo sem terem vencido a eleição, enormes retrocessos.

Querem tirar recursos da saúde e da educação. Querem privatizar a PETROBRAS e entregar o nosso pré-sal. Querem acabar com a política de valorização do salário mínimo e da aposentadoria. Para os golpistas, é a classe trabalhadora que tem que pagar o pato e pagar sozinha a conta da crise econômica mundial.

Querem afrouxar o processo de licenciamento ambiental, porque não se importam com os impactos para a população e para o meio ambiente. Ameaçam os



direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais. Querem diminuir o controle sobre os agrotóxicos, não se importando com o processo de envenenamento dos brasileiros.

São aliados da grande mídia e querem acabar com a liberdade na Internet.

Por fim, voto contra o *impeachment* porque esse processo está sendo conduzido pelo Presidente desta Casa, que o faz por vingança pessoal, é réu por corrupção e lavagem de dinheiro, não tem estatura moral para julgar a Presidenta, que é honesta.

Tenho certeza de que seguiremos o caminho da democracia, lutando e construindo um Brasil mais justo e sustentável.

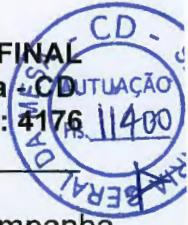
O golpe não passará! Viva a democracia! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Waldenor Pereira. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, a incapacidade do Governo é inédita. Nem quando Getúlio Vargas morreu tivemos uma crise de tal monta.

O projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, de tão avassalador, menosprezou os princípios básicos da governança e produziu o maior rombo nas contas públicas da nossa história. O nível de corrupção foi acachapante. Desde o mensalão até o petrolão os conluios só fizeram crescer e o dinheiro público foi roubado.



Depois que fomos criminosamente enganados com uma campanha presidencial mentirosa e difamatória, tivemos que conviver com uma corrupção endêmica patrocinada pelo PT e seus parceiros de governo.

Como agravante desse quadro já temeroso tivemos que assistir à inabilidade gritante de nossa Presidente no desempenho de suas funções na economia, nas relações internacionais, no diálogo com este Poder, na incapacidade de ouvir a voz das ruas, na inércia em defender as questões essenciais do País.

Todos esses fatores contribuíram para levar o País a uma situação que podemos chamar de um verdadeiro *tsunami*, um total caos político, econômico e social. Mas nem esse desesperador cenário conseguiu envergonhar o Governo, e a corrupção continuou a correr livre, leve e solta.

Entretanto, com a iniciativa do Poder Judiciário e do Mínisterio Público, começamos a desembaraçar a teia que sustentava o adultério de nossos governantes com empresas glutonas do dinheiro do povo. O Juiz Sérgio Moro estabeleceu a Operação Lava-Jato e, corajosamente, revelou os esquemas perniciosos que levaram o nosso maior orgulho, a PETROBRAS, a uma situação de penúria.

Foi então que a população decidiu dar um basta a isso tudo. Junto com uma Oposição que tentava acabar com os desatinos do Governo, o cidadão brasileiro se mobilizou e foi para as ruas. Centenas, milhares, milhões de pessoas se uniram para demonstrar sua revolta por tantos desvarios. A mobilização destemida e persistente do povo brasileiro e a força de convencimento dos políticos da Oposição nos permitiram chegar aos dias de hoje. É aqui e agora, nesta Casa, que poderemos pôr fim ao lulopetismo e começar uma nova era. *Impeachment já! (Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nós estamos costurando um acordo aqui. Todos já o aceitaram, e só o PMDB não o está aceitando.

Eu quero fazer um apelo ao PMDB, porque efetivamente vai causar um transtorno e cansar demais esta equipe, que vai emendar direto. Eu quero fazer um apelo final ao PMDB. O acordo está sendo costurado. Há inscrição tanto do PSB como de um do PMDB. Eles falariam, pela sua inscrição, antecipadamente, agora, neste momento, e, obviamente, não falariam depois. Com isso, conseguíamos compor. Cada um falaria por 3 minutos, normalmente, sem problemas. Só falta o PMDB concordar.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não, Sr. Presidente. O PT não se posicionou acerca deste acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. O PT não concorda?
(Pausa.)

A SRA. ERIKA KOKAY - Ninguém falou conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu falei de público. Quem não se manifestou...

A SRA. ERIKA KOKAY - Não!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, a minha pergunta é: o PT concorda em abrir mão do...

A SRA. ERIKA KOKAY - Qual é o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O acordo é abrir mão do tempo de Liderança. É isto.

O SR. SIBÁ MACHADO - Para não haver mais fala de Líderes!

A SRA. ERIKA KOKAY - Para não haver mais fala de Líderes?



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para que não haja mais fala de Líderes!

A SRA. ERIKA KOKAY - Nenhuma fala de Líder?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É isso. As outras inscrições continuam normalmente, para acabarmos até às 5 horas da manhã.

A SRA. ERIKA KOKAY - E asseguraria a palavra a todos os inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Todos os inscritos. Todos os inscritos.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sim, mas o PMDB concorda com isto?

O SR. SERGIO ZVEITER (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se for pela celeridade, para que nós possamos chegar hoje, neste dia importante, às 14 horas, e votar o *impeachment* — e o PMDB vai votar “sim” —, nós abrimos mão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, concorda então? O outro inscrito do PMDB, o Deputado Fernando Jordão, concorda? (*Pausa.*)

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO JORDÃO (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se for para acelerar o processo, eu concordo, mas eu quero dizer o seguinte: esse espaço seria importante para colocarmos toda a situação que nós estamos vivendo no País.

Desde o início, eu achei que nós deveríamos falar aqui de maneira igual, mas, já que é para fazer o acordo, nós queremos tirar o PT do Governo.

Fora Dilma!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há o acordo de todos?



A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores gostaria de se posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido dos Trabalhadores, em função de assegurarmos que o maior número possível de Parlamentares possa fazer uso da palavra, abre mão do tempo de Liderança e exige respeito, no sentido de que a sua opinião seja sempre colhida.

O SR. ZÉ SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A opinião foi pedida a todos, de forma pública.

A SRA. ERIKA KOKAY - Foi discricionariamente, como sempre, Presidente. O senhor é muito discricionário na sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não, Deputada. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero pedir a compreensão para o fato de que, como a sessão anterior foi encerrada antes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Ela não foi encerrada antes.

O SR. ZÉ SILVA - Não antes, mas sem prorrogação, então, eu não me inscrevi, porque eu ia usar o tempo de Líder. Como eu não estou inscrito, eu queria que pudéssemos fazer um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. está inscrito para falar?

O SR. ZÉ SILVA - Não, não estou inscrito. Eu ia usar o tempo de Líder.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Então, Deputado, vamos fazer o acordo somente por causa de V.Exa. Ou fazemos o acordo ou seguimos, e será pior ainda. Eu ia fazer um apelo a V.Exas., como fiz ao PMDB. Se acabar antes, V.Exa. fala. Se acabarem os oradores antes de se encerrar o tempo da sessão, V.Exa. fala ou qualquer outro que quiser falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, vamos falando. Cada um vai falando, ocupando o seu espaço, e nós vamos avançando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu sei, mas, se avançar de um jeito, vai se conduzir de um jeito; senão vai se conduzir de outro. É só por isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Há regras, vamos cumprir as regras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Faço um apelo a V.Exa., Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não sei se é possível, mas gostaria de que me colocassem na fila, para falar por último.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

Então, vamos lá.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Luiz Lauro Filho.

O SR. WALDENOR PEREIRA - Presidente, eu não falei ainda.

O SR. LUIZ LAURO FILHO - Há um Deputado na tribuna aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Luiz Lauro, por favor, eu fiz alguma confusão, desculpe. Deputado Waldenor Pereira, pode falar.



O SR. LUIZ LAURO FILHO - Boa noite, Presidente. Boa noite, Deputadas e Deputados.

O SR. WALDENOR PEREIRA - Presidente, eu aguardo para ser o próximo orador na tribuna. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como assim?

Deputado Luiz Lauro, por gentileza, primeiro falará o Deputado Waldenor, em seguida, V.Exa.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Colegas Parlamentares, povo do Brasil, povo da Bahia, senhores e senhoras, a Operação Lava-Jato — operação cantada e decantada pela Oposição, nesta Casa Legislativa —, que pretende passar a limpo o Brasil, está completando 2 anos de atividades de investigação.

São mais de mil processos instaurados, mais de 500 buscas e apreensões, 70 prisões preventivas e 64 prisões temporárias, 49 delações premiadas, com centenas de gravações a respeito dessas delações. E eles não encontraram nada contra a Presidenta Dilma Rousseff, absolutamente nada.

A Presidenta Dilma não desviou recurso público, não cometeu ato de improbidade administrativa. A Presidenta Dilma não ocultou contas no exterior. A Presidenta Dilma não recebeu propinas e, muito menos, atentou contra a Constituição brasileira, até porque as pedaladas fiscais foram devidamente corrigidas pelo Congresso Nacional, ainda em 2015, quando adequou e corrigiu a meta fiscal do Brasil.

Srs. Parlamentares, o que nos causa estranheza é que quem acolheu o *impeachment* e quem conduz este processo é um réu no Supremo Tribunal Federal,



indiciado pelo Ministério Público, pelo cometimento de uma série de crimes: lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, recebimento de propinas milionárias e a manutenção de diversas contas ocultas no exterior.

Srs. e Sras. Parlamentares, povo do Brasil, a história não perdoará os golpistas. Quem se lembra dos golpistas que depuseram Getúlio Vargas e João Goulart, que incriminaram Leonel Brizola, que incriminaram Waldir Pires e Miguel Arraes? Ninguém! Eles foram jogados na lata do lixo do esquecimento.

Salve a democracia brasileira! Não vai haver golpe! Viva a democracia do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Lauro Filho.

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha até altas horas da noite. Hoje já é dia 17, um dia importante para a nossa República, em que faremos neste plenário a votação da continuidade do processo de impedimento da Presidente Dilma.

Eu confesso aos senhores que eu havia escrito um discurso, mas não vou usá-lo neste momento e peço que ele seja dado como lido.

Vou falar aqui palavras vindas do meu coração. Quero representar aqui os mais de 200 milhões de brasileiros e brasileiras, milhões de pessoas que gostariam de ter a oportunidade que tenho, neste momento, de subir a esta tribuna, falar neste microfone e expressar o sentimento de indignação que temos sentido no dia a dia.

Eu sou um Parlamentar que anda pelo Estado de São Paulo, pelas cidades da Região Metropolitana de Campinas, região que me deu mais de 105 mil votos e



também a oportunidade de estar aqui hoje para poder ser a voz das pessoas que eu tenho ouvido por onde tenho caminhado, especialmente em Campinas e São Paulo.

Mas eu não quero falar aqui apenas pelo Estado de São Paulo ou por um Estado do Norte, ou do Sul, ou do Nordeste, ou do Sudeste, para continuar com essa cultura de *apartheid* que nós temos visto no nosso País desde as eleições e que tem continuado aqui nesta Casa, quando da escolha de qual Estado vai votar primeiro.

Eu quero falar aqui como brasileiro que sou. Quero representar aqui o pai de família, a mãe de família que tem visto o seu salário derreter, que tem visto o seu poder de compra acabar, que tem visto a tarifa de energia subir, que tem visto o preço dos produtos básicos subir, que tem visto um filho deixar o projeto de cursar uma faculdade para procurar emprego. E aquele que procura emprego não encontra mais, porque já são cerca 10 milhões de desempregados no País. São essas as pessoas que eu quero representar aqui. O Deputado Luiz Lauro Filho representa a voz do povo, representa a vontade popular, representa aquilo que viu nas ruas.

Mas eu queria dizer a V.Exas. que este não é um momento feliz, não é um momento de comemoração. É um momento triste da República, do nosso País; é um momento em que tiraremos uma Presidente eleita pelo povo.

Mas nós não estamos falando apenas do Governo e da Presidente. Nós estamos falando de uma crise moral, de uma crise ética que vive este País, de uma crise de corrupção sem precedentes, do nojo que temos, quando ligamos a televisão e vemos notícias, delações, vídeos, áudios que nos envergonham, como brasileiros e Parlamentares que somos. Imagens e áudios vazaram e dizem respeito não só ao



rico, não só ao pobre, não só ao Norte, não só ao Sul: desrespeitam a população brasileira.

Com esse sentimento, volto a dizer, não de alegria ou de tristeza, mas de responsabilidade, nós temos a obrigação de dar uma resposta à sociedade brasileira.

Portanto, este Deputado Luiz Lauro Filho votará “sim”, pelo *impeachment*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra a Deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros Sras. e Srs. Deputados, eu tenho certeza de que a história registrará, com o rigor que lhe compete a análise distante dos fatos, no que se vem transformando esta sessão que nós estamos a apreciar: uma tergiversação jurídica, uma fraude política. Nós estamos discutindo aqui é se existe crime de responsabilidade que possa ser imputado à Presidente da República, uma mulher eleita pelos votos de 54 milhões de brasileiros.

Nós não estamos discutindo aqui crise econômica, nós não estamos discutindo aqui as dificuldades que o País atravessa. Se fosse assim, Deputada Benedita da Silva, Fernando Henrique Cardoso, em 1999, teria sido tirado do poder, porque, naquele ano, tinha 13% de apoio, o índice de desemprego estava acima de 12% e o País tinha uma inflação acelerada.

Fernando Henrique Cardoso, naquele período, estava sendo denunciado por usar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional — PROFER, de forma irregular. Ele estava enfrentado as



dificuldades de constranger o Ministério Público. É só verificar os fatos e os registros da mídia naquele período.

Por isso eu quero que os Deputados e Deputadas aqui presentes retomem a seriedade e a responsabilidade. Nós não temos que inventar crime de responsabilidade. Crime de responsabilidade está previsto em lei federal, e é essa lei que nós queremos ver.

Nós sabemos perfeitamente que esta Casa se debruçou sobre a matéria ao final de 2015, mas não havia nenhuma irregularidade que pudesse ser imputada à Presidente Dilma.

Eu quero fazer um apelo: vamos pensar no Brasil, vamos deixar de escamotear e de roubar os votos do povo brasileiro. Vamos cuidar do nosso tempo, porque nós temos uma Presidente digna, honesta, e nada há contra ela. Ela não pode ser arrancada do poder, porque algum irresponsável quer prejudicar este País.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Baleia Rossi.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País vive um momento ímpar na sua história. Hoje já é domingo, dia 17 de abril de 2016, o dia em que esta Casa vai dar a resposta por que o povo brasileiro tanto anseia, que é o voto "sim" ao *impeachment* da Presidente.

Hoje é o dia em que nós podemos dar de volta aos brasileiros a oportunidade de ter esperança, a esperança perdida com a crise econômica, a esperança perdida



com a crise moral, a esperança perdida com a crise ética, a esperança perdida com a crise política e institucional.

O Brasil está estagnado. Temos a volta do desemprego, que afeta diretamente o trabalhador, que afeta e prejudica os mais pobres. A dona de casa sabe, quando vai ao mercado, que todos os produtos a cada dia aumentam de preço. Milhões de jovens estão desempregados e sem nenhum horizonte, pois temos um Governo incapaz de recuperar a credibilidade. E retiraram recursos dos projetos sociais.

Essa história de que o *impeachment* não tem fundamento legal não é verdade. Ele é um remédio duro, mas é o único remédio que pode salvar o nosso País.

Em nome da democracia, em nome dos mais de 208 mil eleitores que me deram a oportunidade de estar aqui, em nome de milhões de brasileiros que foram às ruas pedindo mudança, encaminho o voto a favor do *impeachment*.

Que Deus abençoe o nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra a Deputada Rejane Dias.

A SRA. REJANE DIAS (PT-PI. Sem revisão da oradora.) - Desejo inicialmente cumprimentar o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Deputados.

Quero saudar de forma muito estimada o povo do meu Estado, o Piauí, e cumprimentar todos os que acompanham esta sessão extraordinária.

Meu nome é Rejane Dias. Fui a Deputada Federal mais votada da bancada do Piauí nas eleições de 2014.



Assim como a Presidenta Dilma Rousseff, eu obtive uma expressiva vitória nas urnas, mas sei que a mulher ainda sofre, infelizmente, muitos preconceitos na política.

Desde que a Presidenta foi reeleita, ela é alvo de um imperdoável linchamento público, sobretudo na sua honra, por ser uma mulher firme em suas posições no comando deste País.

A meu ver, Sr. Presidente, este momento não tem nada de histórico. O que eu vejo é um cenário triste, muito triste, no nosso querido Brasil, um cenário de instabilidade política, em que querem usurpar o poder, à força, sem passar pelo crivo das urnas.

Lamento profundamente toda essa movimentação irresponsável pelo fim do mandato da Presidenta Dilma Rousseff. O Governo Dilma sempre foi um parceiro imprescindível nos avanços para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, especialmente no que diz respeito à inclusão social.

Caso o impedimento venha a acontecer, sem sombra de dúvida o Estado do Piauí e toda a Região Nordeste perderão muito, inclusive na área de educação, onde ocupo, com muita honradez, o cargo de Secretária da Educação.

Os resultados positivos estão aí para mostrar quanto nós melhoramos, com o apoio da Presidenta Dilma, no que se refere à escolaridade, à ampliação dos programas educacionais, como o PRONATEC, à infraestrutura das nossas escolas e, de forma muito especial, à atenção às pessoas com deficiência.

Eu vou votar contra o impedimento, contra o *impeachment*, porque a Presidenta Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Eu estou convencida disso.



Se não foi comprovado nenhum crime, qual o nome que damos a isso? É golpe! E golpe é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, à democracia e ao voto popular.

Dilma honra o cargo que ocupa, não é corrupta. Tanto é verdade que, em meio a todos esses escândalos, ela não responde a nenhum processo e não tem qualquer ligação com os mais recentes escândalos de corrupção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Francisco Floriano.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção para aquilo que ainda não foi dito.

O crime de responsabilidade, que está previsto na Constituição, não é um tipo penal no sentido estrito. Caso fosse, seguiria o rito do Código de Processo Penal e aí sim se submeteria a todos os requisitos do Código Penal, como a previsão expressa para que aconteçam os princípios da tipicidade e da anterioridade e tudo mais que está sendo alegado pela defesa de José Eduardo Cardozo.

Na verdade, o crime de responsabilidade é uma figura constitucional, não é um tipo penal. É uma situação política na qual um dos Poderes, no caso o Poder Executivo, rompe unilateralmente um pacto de respeito aos demais Poderes, um pacto de cumprimento dos seus deveres constitucionais, entre eles o respeito ao Orçamento, o respeito às prerrogativas do Poder Legislativo de firmar o Orçamento.

Esse rompimento tinha o objetivo de forçar uma forma de gestão econômica heterodoxa que o PT acreditava ser a mais correta, mas que nos levou, na verdade, para o centro dessa grande crise em que se encontra a Nação.



Sim, o rompimento começou nos swaps cambiais; no congelamento de preços de energia e combustível, em 2014; nos decretos de verbas fantasmas; nas pedaladas de 2015; e ainda nas políticas pró-indexação de 2013 a 2015.

Os indícios apontam que Dilma continuadamente descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas ações continuadas nos levaram a esta situação de total déficit orçamentário e fiscal, sem nenhuma previsão de que o País sairá desta crise, a menos que consigamos tirar o Governo do PT e toda essa mentalidade de desvio de padrão.

A Presidente Dilma rompeu também a promessa que Lula fez em 2002, quando ele lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*, prometendo que o PT não abandonaria os alicerces fundamentais do Plano Real, a única solução que venceu a inflação. Vejam onde estamos agora!

São rompimentos muito mais sérios. Há uma ruptura institucional. O próprio fundamento do processo do *impeachment*, uma ruptura política, explica a rejeição desse grupo...

(Desligamento automático do microfone.)

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão, de Alagoas.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, eu queria fazer um pronunciamento em homenagem a uma pessoa que está ausente deste plenário, que está em outro plano e que teve um papel fundamental na democracia.



Falo de Ulysses Guimarães, do velho MDB, que conseguiu ser o Senhor das Diretas, o Senhor Constituinte. Hoje, se ele estivesse nesta Casa, ele estaria sentindo vergonha do comportamento e da condução do Presidente Eduardo Cunha, que não tem capacidade moral para conduzir esta Casa.

Na realidade, não era para o Presidente Eduardo Cunha conduzir a Câmara Federal. Se houvesse celeridade judicial, neste momento ele teria que estar preso, porque ele não representa esta Casa nem o povo brasileiro.

É por isso que eu queria fazer uma reflexão: o Senhor das Diretas foi o líder do Planalto, e o Deputado Eduardo Cunha é o líder do pântano, é o líder da obscuridade; é o líder que denigre, é o líder que fez uma pauta para atrasar a economia do Brasil. E ele não tem fé no Brasil. Tanto ele não tem fé no Brasil que até as suas contas não estão no Brasil, estão no Panamá e na Suíça.

Eu quero fazer uma avaliação para a Oposição. Os senhores ficarão marcados como gado, como diz Zé Ramalho, com uma tatuagem de golpista na testa, tatuagem que será vista por seus filhos, pela sociedade.

Não vai haver o golpe. Mas, se houvesse o golpe, o Deputado Eduardo Cunha, na linha hierárquica, seria o Presidente do Brasil.

Por tudo isso, eu queria fazer um apelo. Esse painel mostra o registro de 490 Deputados — são quase 20 ausentes. Tenho certeza absoluta de esse é o cenário de ausência que amanhã nós teremos aqui, porque alguns Deputados não terão coragem de fazer o enfrentamento.

Em vez de serem liderados por Ulysses Guimarães, que honrou a democracia, são liderados por um Presidente que, na realidade, não está chefiando a Câmara Federal, está chefiando um processo de destruição desta Casa. O



Presidente Eduardo Cunha fez uma pauta nociva à economia, em um processo de vindita contra a Presidente Dilma.

Mas a população comprehende. Então, eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De Alagoas, nós vamos a Rondônia com o Deputado Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, povo de Rondônia, a Presidente Dilma violou não só o art. 85 da Constituição, mas também o art. 37. Os cinco princípios da administração foram violentados por Dilma Rousseff e seu Governo: a legalidade, a impensoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Todos foram violados. É o Governo imoral. É o Governo do interesse pessoal em detrimento do interesse coletivo. Nas pedaladas e nos decretos não autorizados, vimos a ilegalidade flagrante deste Governo.

Temos uma escolha a fazer, Sr. Presidente. De que lado nós vamos ficar? Com o Governo do PT ou com a esperança de um recomeço? Com Dilma ou com os brasileiros?

Foi-nos dito que a esperança venceu o medo, mas, às vezes, o medo é um mal necessário, pois nos torna mais cautelosos, mais cuidadosos, mais reflexivos, menos ousados. O medo nos faz menos abusados, menos arrogantes, menos prepotentes, menos presunçosos — eu diria que se trata de menos tanta coisa que agora se vê como nunca antes na história deste País. O medo nos faz temer as leis



e suas consequências. Não nos deixa iludir com a sensação da impunidade e ignorar as instituições.

Não, a esperança não venceu o medo, foi sucumbida pelo engano. A esperança não venceu o medo, foi tragada pela corrupção. Porém, o medo, agora, é de que não venhamos dar vazão à esperança de que este País possa sair da crise atual. Sim, nós podemos sair da crise, da crise moral, da crise ética, da crise política e da crise econômica.

O *impeachment* não é golpe. Primeiro, porque foi demonstrada a existência objetiva de crimes de responsabilidade. De acordo com Reale, foi um engano a que a Nação brasileira foi submetida ao eleger um Governo que usou de engano para se beneficiar nas urnas.

O Ministro José Eduardo Cardoso tinha razão: o Brasil está vivendo um período de corrupção estrutural. Esqueceu o Ministro, porém, que na estrutura do Governo do País está justamente o seu partido, PT, e a Presidente Dilma.

Portanto, não é golpe o processo de *impeachment*. O processo de *impeachment* faz um confronto constitucional a um Estado que foi tomado por um partido, por um governo corrupto, o mais corrupto da história.

Hoje é o dia em que esta Casa vai caminhar na direção do povo brasileiro e dizer: basta! Chega! “Não” ao PT! “Sim” ao *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Beto Faro, do PT do Pará.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho mais uma vez, depois de várias sessões e vários debates, reafirmar a minha posição contra o golpe, contra este *impeachment*, porque



não há nenhum motivo para se “impeachmar” a Presidenta, que teve 54 milhões de votos e representa um projeto de país que incluiu os mais pobres deste Brasil.

As ditas pedaladas, os decretos realizados, são de 2015. O parecer do Tribunal de Contas da União — que constitucionalmente só tem que proferir, de fato, esse parecer — sobre as contas de 2014 sequer foi analisado pela Câmara dos Deputados. Ele está na Comissão de Orçamento, onde o Relator dá parecer favorável à prestação de contas da Presidenta Dilma.

A Presidenta Dilma não frequenta nenhuma relação de delatores. Não há crime. Não há investigação nenhuma sobre a Presidenta Dilma Rousseff.

Aliás, o que estão tentando fazer aqui com este golpe é incriminar a Presidenta, não pelos seus defeitos, mas sim pelos seus acertos. Foi no Governo da Presidenta Dilma, foi no Governo do Presidente Lula que nós reforçamos a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União, para que pudessem fazer as investigações que não eram feitas no Brasil em governos anteriores.

Quero agora falar aos paraenses. São mais de 300 mil famílias com acesso ao Luz para Todos. Mais de 100 mil pescadores no Estado do Pará que não tinham acesso a nenhum programa de governo têm hoje, por meio do seguro-defeso, da política para a pesca, um incentivo ao aumento da sua renda. Recursos foram para a reforma agrária.

Quantos jovens dos Municípios do Pará têm hoje acesso a universidade? Em mais de 500 anos de Brasil, só havia lá uma universidade. No nosso Governo, foram construídas duas universidades.



Quantos jovens têm acesso a escola técnica? Em mais de 500 anos, havia apenas uma escola técnica em todo o Estado do Pará. No nosso Governo, foram construídas 16 escolas técnicas.

Portanto, é por defender esse projeto e por saber que não existe nenhum motivo para o *impeachment* que nós vamos estar aqui amanhã, aliás, hoje, defendendo a Presidenta Dilma e a continuidade desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli. (Pausa.)

Faremos o seguinte: para ganhar tempo, ao chamar o Deputado, direi o nome do seguinte, para que possa estar mais próximo da tribuna. Logo após o Deputado Valmir Prascidelli, vou chamar o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. VITOR VALIM - Sr. Presidente, não é a minha vez? Não está sendo feita uma intercalação? Sei que V.Exa. tem um grande apreço por mim.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Desculpe-me. Na realidade, acabamos fazendo uma confusão. Como é lá e cá, vamos ao lado de cá, concedendo a palavra ao Deputado Vitor Valim, do PMDB do Ceará.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou de alma lavada e cabeça erguida, falando em nome do povo do Estado do Ceará, da minha população de Fortaleza e de, infelizmente, milhares de desempregados neste Governo que nos acusa de golpistas! Nós que somos favoráveis ao *impeachment* somos golpistas? Nós não somos golpistas, Sr. Presidente! Nós sofremos um golpe, sim, do PT. Isso, sim!

Há uma diferença entre golpista e golpe. É só lembrar, Sr. Presidente, o PROUNI. Quantos jovens tiveram que largar a faculdade porque tiveram o seu



convênio cortado? Quantos benefícios do Programa Bolsa Família foram cortados no meu Nordeste? O “Programa Minha Casa, Minha Dilma” ficou na expectativa do povo do Estado do Ceará, porque não foram cumpridos nem 20% do que foi acordado quando Dilma foi ao Estado do Ceará, onde, no segundo turno, obteve quase 80% do total de seus votos.

O que é golpe, Sr. Presidente? É o que eles fizeram na PETROBRAS — quebraram a PETROBRAS!; nos fundos de pensão dos Correios, da PETROBRAS, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil; é o que eles fizeram no BNDES, porque emprestaram bilhões e bilhões para as repúblicas apadrinhadas pela Sra. Dilma e pelo Sr. Lula. Por que não falar do mensalão, quando tentaram comprar ou compraram a consciência de Parlamentares? Então, golpe, Sr. Presidente, está fazendo o PT.

E, saindo da realidade do Brasil, falo da realidade do meu Ceará. O Sr. Lula e a Sra. Dilma foram lá inaugurar a pedra fundamental de uma refinaria, a Premium II, e prometeram a redenção do meu Estado. Infelizmente, a pedra fundamental ficou apenas nela. O Estado do Ceará gastou mais de 650 milhões, e eu não vejo a bancada parlamentar ir atrás desse prejuízo, desse golpe que Dilma e Lula deram no Estado do Ceará.

Por que não falar também do Metrô? O Sr. Governador Camilo Santana, que deveria estar cuidando da crise da segurança pública do meu Estado, estava atrás de angariar votos para Dilma. O Governo do Estado gastou quase 400 milhões com a compra de duas máquinas “tatuzão”, que estão lá paradas.

Então, Sr. Presidente, falando por baixo, deu quase 1 bilhão de prejuízo o golpe aplicado pelo PT e por Dilma no Estado do Ceará. Isso, sim.



Impeachment já! Não tenho medo de bandido, nem daqueles do Estado do Ceará que estão fazendo atentados a bomba, nem dos bandidos do PT.

Impeachment já!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, nós temos um orador na tribuna, o Deputado Paulo Pimenta. Portanto, vamos ouvi-lo.

O SR. PAULO PIMENTA - Devolva o meu tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu solicito ao pessoal responsável pelo relógio que corrija o tempo do Deputado Paulo Pimenta, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, V.Exas. querem enganar a quem? Será que V.Exas., de fato, acreditam que alguém no Brasil...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, vamos manter a calma no plenário! Por favor, vamos manter a calma no plenário!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Por favor, vamos manter a calma no plenário!

Peço ao pessoal da segurança que nos ajude aqui, por favor.

Deputado Zé Geraldo, Deputado Vitor Valim, por favor, vamos manter a calma no plenário. Isso não é bom para a democracia. Vamos ter tranquilidade no plenário!



Eu sei que a noite é tensa, mas vamos ter paciência. Vamos ter paciência, Srs. Deputados, por favor!

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. PAULO PIMENTA - Na hora em que houver silêncio no plenário, peço a V.Exa. que me devolva a palavra. Eu vou aguardar. Eu não vou falar com esse tumulto aí.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, vamos ter calma, por favor! Nós estamos numa Casa democrática.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, se nós tivermos tranquilidade, vamos terminar a sessão até às 6 horas da manhã. Portanto, vamos ter paciência, vamos ter tranquilidade! Nós estamos em uma Casa democrática. É preciso muita calma nesta hora!

Deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul, que está na tribuna, eu gostaria que V.Exa. já retomasse o seu tempo.

O SR. PAULO PIMENTA - Senhoras e senhores, a quem querem enganar? V.Exas. acham que alguém, neste País, acredita que V.Exas. querem tirar a Presidente Dilma Rousseff para combater a corrupção? V.Exas. querem enganar o Brasil dizendo que querem combater a corrupção, sendo aliados do Deputado Eduardo Cunha, o Presidente desta Casa? V.Exas. querem enganar o Brasil, mentindo para a população que querem combater a corrupção com Cunha e Temer?

De fato, nós somos muito diferentes. A nossa bancada possui pessoas que têm uma trajetória e que nunca enriqueceram com a política, nunca fizeram política



como negócio, que amam este País e que política por paixão. Nós somos homens e mulheres que nos emocionamos com os nossos ídolos: Mujica, Papa Francisco, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque. E V.Exas.? Quem são seus ídolos? Nós exaltamos aqui da tribuna Lula, Dilma, Brizola. V.Exas. têm vergonha de Aécio, V.Exas. escondem seus líderes e têm vergonha de citar quem são eles.

Nós nos emocionamos quando vemos uma negra se formando em Medicina. V.Exas. odeiam as cotas raciais. Nós ensinamos os nossos filhos a ler livros. V.Exas. os ensinam a ler a revista *Veja*. Nós queremos uma geração de jovens que respeite a diversidade e tenha capacidade crítica. V.Exas. constroem uma geração de ódio e de intolerância, doutrinada pela Rede Globo.

Nós temos orgulho da nossa história. V.Exas. entrarão para a história pela porta dos fundos, pela lata do lixo, que é o local que a história reserva para aqueles que desprezam a democracia.

Nós estamos aqui junto com as trabalhadoras e os trabalhadores deste País que mudaram o Brasil de 500 anos de injustiça. E V.Exas., derrotados nas urnas mais uma vez, repetem aquilo que fizeram em 1964 e 1954, representam aquilo que de pior a política brasileira produziu e querem, mais uma vez, chegar ao poder através de um golpe, rasgando a Constituição Federal.

“Não” ao golpe! Viva a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Cunha Lima, do PSDB da Paraíba.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos às etapas finais de uma luta conduzida sobretudo pelo povo brasileiro. O principal móvel deste processo, o mais



decisivo motor desta apuração são cidadãos livres e independentes que foram às ruas, não silenciaram, protestaram, indignaram-se e não toleram mais um governo que assalta o nosso País.

Temos um País desigual. Enquanto o Ministério da Saúde é levado à mesa para negociar cargos deste Governo, crianças desassistidas nascem com microcefalia. Enquanto em um quarto de hotel se oferece o mais precioso bem público, falta educação.

Não é possível que, num instante como este, nós estejamos assistindo ao que se passa no Brasil. A questão não é ideológica — não se trata de direita, esquerda ou centro. A questão não é partidária — nós não estamos nos resumindo a PT, PMDB, PSDB. O que discutimos neste instante são limites, limites mínimos, limites básicos, para a condução da coisa pública.

Quem vence nas urnas não conquista um direito acima do povo, mas um dever abaixo dele. Quem tem maioria na votação não pode levar o Brasil para um quarto de hotel, não pode usar um Ministério para interromper uma investigação policial.

Não quero também dizer que tudo que há de errado, de ruim tem endereço fixo no Partido dos Trabalhadores. Não me sustento nessa simplificação. Coloco-me, entretanto, diante de um partido que é responsável por nosso País há mais de 13 anos. Há mais de 1 década o PT chefia o nosso sistema político e agora quer escapar de tudo o que fez e praticou com uma frase: “*Não vai ter golpe*”.

Há sempre uma compensação, um adjetivo, uma comparação. Há sempre um discurso meramente político, sem substância, sem resposta. O PT ficou pequeno



para o Brasil. Corrupção não se compara, pune-se. Quem deixa de condenar políticos para compará-los acaba por reproduzi-los e autorizá-los.

Precisamos mudar, mudar urgentemente. Quem pensa que este instante encerra um ciclo se engana. Isso é só o começo, não vai parar.

Trazendo com muito orgulho a voz do povo da Paraíba, defendo a saída do PT. Há muito tempo já está em tempo de o PT deixar o poder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, nós temos certeza de que este debate, já na reta final, está sendo acompanhado por todo o País, de Norte a Sul, com seus quase 200 milhões de habitantes, bravos brasileiros, que são bem maiores do que essa crise. Estão aguardando o grande resultado, daqui a algumas horas, desse processo de *impeachment* que nós enfrentamos.

Quero lembrar aos opositores, que a toda hora falam da tribuna do outro lado, que nós estamos discutindo o processo de *impeachment* de uma Presidente da República eleita, de forma legítima, por 54 milhões de brasileiros. Não estamos discutindo, num palanque eleitoral, se o Governo do PT é bom ou ruim, porque, se fosse essa a discussão, talvez eu nem estivesse participando.

A discussão não é sobre a popularidade do Governo, até porque eu tenho certeza de que as Prefeituras e os Governos administrados pelos partidos de V.Exas. também não estão com essa popularidade toda.



É importante entender que, neste momento, não estamos discutindo partidos e popularidade de governantes. Estamos discutindo um suposto crime de responsabilidade de um Presidente da República.

Nós não estamos discutindo a eleição de um grêmio estudantil, apesar de muitos se comportarem aqui como secundaristas, estudantes, achando que estão em grêmios. E olhe que nem na minha época de movimento estudantil era desse jeito. Nós sempre combatemos o bom combate.

Aliás, o bom combate será combatido hoje, no domingo, nesta Casa. No grito, não se ganhará nada, porque nós vamos estar prontos. Se quiserem vencer, vai ser no voto. E voto nós temos para barrar o *impeachment* aqui. Nós respeitamos a democracia e temos lutado pela nossa Constituição.

Agora, só nós, bons brasileiros, que temos sangue na veia, sabemos o quanto lutaremos aqui dentro para defender a nossa Constituição. E não admitiremos nenhum tipo de postura anarquista e arrogante com que se venha a tentar, no grito, calar a boca de quem não concorda com quem acha que está com a razão.

Aos incomodados, que estão doidos para chegar ao poder, eu já dei o remédio, e todos aqui sabem o caminho: vão para as urnas, vão disputar eleição, porque, no golpe, tentando chegar de qualquer jeito, não vai acontecer. Tenham certeza disso!

Eu falei hoje à tarde sobre a matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em que o Relator disse que o problema do *impeachment* era apenas uma discussão de poder entre Dilma e Temer. Nessa discussão, não contem com o PDT. O PDT vai ficar na discussão sobre a Constituição Federal. Aqui, não há um Deputado mais valente que o outro, não. Nós vamos discutir ideias.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Professor Victório Galli.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público do Mato Grosso e de Cuiabá, boa noite. Amanhã será o Dia D, o dia da libertação desta Nação, será o êxodo nacional.

Eu estou percebendo que, em todos os discursos que ouvimos, sempre há a palavra "golpe".

(Tumulto no Plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Vitor Valim, nós gostaríamos que houvesse muita tranquilidade no plenário a esta hora. Por favor!

Vamos repor o tempo do Deputado Professor Victório Galli.

O SR. WEVERTON ROCHA - Eu disse, Sr. Presidente, que nós não vamos aceitar isto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O.k.

Deputado Weverton Rocha, nós estamos em um momento muito tenso, em uma sessão com quase 40 horas. Eu concordo com V.Exa. e peço muita tranquilidade a todos. Ao Deputado Zeca do PT também peço: vamos entender este momento.

Vamos, então, repor o tempo do Deputado Professor Victório Galli.

Por favor, V.Exa. tem o tempo de 3 minutos.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI Obrigado, Sr. Presidente.



Eu estava dizendo que, em todos os discursos, estamos ouvindo a palavra "golpe". Eu quero dizer a V.Exas. que, há certo tempo, nos primórdios do Brasil, uma pessoa chamada Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi também chamado de golpista, mas foi através dele que nasceu em todos os brasileiros o desejo de liberdade.

Mais à frente, o filho da Coroa de Portugal também foi chamado de golpista, mas foi através dele que o Brasil recebeu a independência.

Ainda mais à frente, nós encontramos mais um homem que também foi chamado de golpista: Marechal Deodoro. Mas foi através dele que o Brasil alcançou a República.

Não há problema em nós levarmos a pecha de "golpistas", mas, na segunda-feira de manhã, o País será um Brasil novo. Sem dúvida, na segunda-feira, teremos um Brasil onde vigerá a democracia; onde se respeitará a educação das crianças e se honrará os idosos; onde não se praticará mais as pedaladas fiscais; onde não se editarão mais créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional; onde se respeitará a dignidade dos trabalhadores, não lhes retirando direitos adquiridos, como o seguro desemprego; onde não se editarão mais decretos que atentem contra a família brasileira, como a educação sexual e a ideologia de gênero imposta pelo MEC às escolas; onde se resgatará o nome da nossa maior empresa pública, a PETROBRAS; onde se construirá pontes para o diálogo, retomando o crescimento e a credibilidade do Brasil.

Portanto, quero dizer a todos os mato-grossenses que tenho orgulho de trazer a bandeira do meu Estado. Por todos os brasileiros, tenho certeza absoluta de que,



por um Brasil melhor, o meu voto será "sim" ao *impeachment*, porque acredito que só assim podemos resgatar de novo a dignidade de cada brasileiro.

Que Deus abençoe todas as famílias de Mato Grosso e do Brasil! Que Deus possa abençoar a nossa Nação brasileira! Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e população que nos acompanha neste momento, eu quero começar dizendo que o que a população brasileira espera deste Parlamento é, primeiramente, que ele seja capaz de fazer um bom debate; em segundo lugar, que seja, a partir do bom debate, capaz de tomar as decisões mais adequadas para o futuro do nosso País.

Nós estamos tratando hoje nesta Casa, em primeiro lugar, do impedimento de uma Presidenta que foi legitimamente eleita por mais de 54 milhões de brasileiros e que não cometeu crime, não usurpou, não usou da sua condição de Presidenta para cometer qualquer ilegalidade que lhe colocasse na condição de ser impedida de completar o seu mandato.

Então, quando nós falamos em golpe, nós estamos dizendo que, nas condições atuais, a partir daquilo que está previsto na nossa Constituição, não existe razão para que se impeça a Presidenta Dilma de continuar cumprindo com seu mandato, mandato para o qual ela foi eleita.

A segunda questão — e talvez a sociedade esteja nos escutando — é que o que está em disputa aqui são dois projetos de país, sendo um deles inclusivo, que teve a responsabilidade de tratar os pobres e mais humildes com dignidade, que



promoveu centenas de programas sociais, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida, do PROUNI, além de ter construído universidades e de ter fortalecido o Bolsa Família. O outro projeto está sendo chamado de “Ponte para o Futuro”, o qual já apelidaram de “pinguela para o futuro”, que significa a precarização das relações de trabalho, o aprofundamento da crise econômica no País; que significa colocar o negociado sobre o legislado, o que diminuiria a capacidade de negociação e de organização dos nossos trabalhadores; que desvincula o salário mínimo da Previdência, prejudicando, com isso, milhares de trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil.

É este o debate que a sociedade brasileira precisa entender. É isto o que está em disputa, neste momento, quando se discute o impedimento da Presidenta Dilma. E é isto o que nós, amanhã, de forma democrática, reafirmando a democracia, precisamos evitar aqui neste plenário.

O povo brasileiro quer avanço. O povo brasileiro quer continuar vendo o crescimento do País e não a precarização da sua condição. Não queremos entregar a democracia, tão cara à luta de centenas de homens e mulheres deste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Depois do Rio Grande do Sul, vamos a São Paulo, com o Deputado Duarte Nogueira.

Na tribuna à minha direita, logo em seguida, falará a Professora Marcivania, do Amapá.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, os maiores legados deste Governo aos brasileiros são: a desesperança, o mau exemplo, a mensagem de que os fins



justificam os meios, o vale-tudo pelo poder, o uso da mentira como algo normal e a disseminação do ódio e da divisão desta Nação.

A novela da corrupção parece não ter fim, sem contar a incompetência que dilacera a nossa esperança de futuro e de prosperidade. O fato é que o Brasil foi lançado ao abismo pelo Governo do PT. Não há outra saída senão afastar a Presidente.

Perplexos, assistimos à revelação das ilegalidades que encheram os cofres secretos que financiam as mais diversas ilegalidades, principalmente as campanhas eleitorais que elegeram a Presidente. É muito dinheiro.

Precisamos virar a página dessa desastrosa história para iniciar um novo capítulo. E o Brasil sairá fortalecido desse processo, sairá com a esperança renovada num futuro mais próspero. Estamos prestes a escolher qual caminho o Brasil vai trilhar a partir deste domingo: o da mudança, o da reconstrução nacional e da recuperação da nossa economia.

A Presidente Dilma usou todos os meios para, desesperadamente, salvar o seu mandato. Transformou o Palácio do Planalto em comitê do seu partido, quis dividir o País e abriu um balcão de negócios para entregar cargos e Ministérios em troca de votos contra o seu *impeachment*, na esperança de que continuaria no poder.

O *Diário Oficial* de hoje traz dezenas e dezenas de exemplos de nomeações dessa natureza. Isso não é democracia. E para isto não há defesa, não há justificativa, não há discurso que convença. Ninguém, ninguém aguenta mais!

A destituição de um Presidente da República é sempre difícil e traumática para uma Nação democrática, mas é necessária para que o Brasil volte a olhar o



futuro e ver uma luz no horizonte. Será mais uma página, infelizmente, que ficará gravada nos livros de História, como está hoje o *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor, que, assim como o PT, dizia que era golpe o seu *impeachment*.

Mas acreditamos que o Brasil sairá fortalecido deste processo, sairá com a esperança renovada de um novo futuro.

Votar pelo *impeachment* é permitir que o País se livre desse projeto de poder.

Viva o Brasil! Viva o *impeachment* já! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos ao Amapá, com a palavra a Deputada Professora Marcivania, do PCdoB do Amapá. Logo em seguida, na tribuna da esquerda, ouviremos o Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.

Vamos fazer silêncio, pois já temos uma Deputada na tribuna.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu queria dizer à Oposição que ela está longe de ser Tiradentes, está mais para Silvério dos Reis. (Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)

Eu queria começar dizendo ao povo brasileiro e, em especial, ao povo do meu Estado do Amapá que algumas perguntas precisam ser respondidas aqui durante essas discussões.

Primeiro, o porquê do *impeachment*. A população brasileira não é boba, tanto que nos elegeu quatro vezes para governar este País. O que a Oposição quer, o que a Oposição golpista quer é um atalho, porque sabe que irá perder, de novo, as eleições em 2018. E está utilizando o instrumento do *impeachment* para alcançar esse atalho eleitoral.

Se a Presidente Dilma é corrupta, como a Oposição golpista diz, então por que não apresentaram um processo dizendo isto: crime de improbidade



administrativa? Por que apresentaram um processo colocando uma desculpa orçamentária para cassar o mandato de uma Presidenta legitimamente eleita? Se não fosse essa desculpa, a Oposição golpista criaria outra.

E aqui eu quero dizer quem é que se beneficia com esse impedimento, com essa manipulação feita, essa traição, essa conspiração feita pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, e pelo Presidente desta Casa: estes são os maiores beneficiados com o impedimento da Presidenta.

Eu tenho certeza de que a população brasileira, como é coerente, como é justa, não vai aceitar o impedimento de uma Presidenta a quem não recai nenhum crime, para colocar um Vice-Presidente conspirador e traidor em seu lugar, e o Presidente desta Casa aqui, que não vai ser só o Vice-Presidente, não, vai ser Presidente nas ausências do Michel Temer! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

Eu quero dizer ao povo brasileiro que eu estou muito convicta do meu voto. Aliás, o Presidente desta Casa deveria ter um mínimo — se é que assim eu posso dizer — de honradez de não conduzir este processo, porque S.Exa. é beneficiado diretamente por isso, e qualquer processo conduzido por alguém que é beneficiado é ilegal e imoral. E o que dizer das consequências disso?

O povo brasileiro sabe dos 12 anos que tivemos de benefícios, principalmente para a população mais pobre. Nós tivemos um ano passado difícil, sim, e ninguém nega isso. Eu sou casada há 20 anos, e gosto de comparar: todo casamento tem crise, mas na crise valorizamos as coisas boas que temos, e o povo brasileiro sabe reconhecer que foram 12 anos de muitos avanços para a população mais pobre.



Quero dizer que eu fico profundamente indignada quando vejo tanta hipocrisia aqui! Não vai ter golpe! Sim à democracia! Sim ao povo brasileiro! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos agora ao Distrito Federal, com o Deputado Izalci, a quem concedemos a palavra. Depois vamos ao Rio de Janeiro, com a Deputada Jandira Feghali.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, notamos que o Partido dos Trabalhadores e o Governo tiveram uma baixa muito grande. O primeiro Ministro deste Governo, o Sr. João Santana, provavelmente fez o *slogan* “Não vai ter golpe!” E não terá mesmo, terá *impeachment!*

Revi os discursos que fiz nos anos de 2011, 2012, 2013. Lá em 2012 já existia a contabilidade criativa. Existiam mais de 500 bilhões de reais escondidos nas contas do Governo.

Agora, o que precisamos entender, e a população também, é isto: o que nós estamos votando aqui não é o mérito. Eu não tenho nenhuma dúvida. participei da Comissão Mista do Orçamento e sei dos crimes que foram cometidos. Nós não vamos analisar o mérito, mas sim a admissibilidade. E na admissibilidade basta haver apenas indício. Então, é muita demagogia! Quem vai analisar o mérito é o Senado. Aqui nós vamos votar a admissibilidade, que já foi inclusive aprovada pela Comissão processante.

Então, deixe de enganar o povo, deixe de dizer que é golpe! Não é golpe, é constitucional. O art. 85 está muito claro. Houve, sim, crimes, mas não vou entrar no mérito dos crimes, não. Eu quero que o Senado apure não só as pedaladas ou os decretos, mas, de fato, o que foi feito neste Governo.



Eu sempre sonhei que um dia nós resgataríamos a educação neste País, e a grande esperança era o pré-sal. Venderam isso para o Brasil todo, e está aí a decepção.

Acabaram com a PETROBRAS. Participei da CPI da PETROBRAS: nunca se roubou tanto neste País como na PETROBRAS. E está aí o resultado, saiu o balanço ontem. Foram publicados ontem os balanços da PETROBRAS e da ELETROBRAS: bilhões e bilhões de prejuízo. Foram quase 40 bilhões de reais de prejuízo na PETROBRAS. Acabaram com o sonho de resgatar realmente a educação neste País.

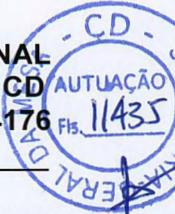
Portanto, hoje nós vamos dar resposta. O povo brasileiro vai comparecer e nós vamos votar “sim” ao *impeachment*.

Fora, Dilma, para o bem do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De Brasília, vamos ao Estado do Pará, com o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará. Em seguida, na tribuna à esquerda, falará o Deputado Mauro Pereira.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos aqueles me ouvem neste momento, eu já disse várias vezes que em nosso Governo, em 12 anos — Lula e Dilma, Dilma e Lula — fizemos mais do que foi feito em todo o período militar e na Nova República, durante 40 anos. E todos os Prefeitos do Brasil, todos os Deputados, Senadores e Governadores deste País sabem que isso é verdade.

Eu fico olhando hoje Deputados de Rondônia, do Espírito Santo e de outros Estados virem falar da Dilma, do Governo que não faz. É só olhar as obras em todas



as cidades, nas pequenas, médias e grandes. Há rodovias, hidrelétricas, o Programa Luz para Todos, financiamento! Mas não é isso que está em debate!

O que está em debate aqui é vingança, pura vingança! Vingança porque perderam as eleições e têm medo de esperar 2018 e perder de novo. E vingança do Deputado Eduardo Cunha, porque nós não demos a S.Exa. os dois votos no Conselho de Ética para salvá-lo da Lava-Jato! É isso o que está acontecendo.

Agora, eu estou decepcionado com o tamanho da picaretagem política que ainda existe nesta Câmara de Deputados! O Michel Temer e o Presidente Eduardo Cunha são hoje os coordenadores, os chefes desta picaretagem! Querem tirar a Presidenta Dilma, uma mulher honesta! O Juiz Sérgio Moro torturou todo mundo lá no Paraná, porque aquilo não é só delação premiada: aquilo é tortura também, para ver se arrancava alguma coisa para incriminar a Presidenta. E não conseguiu!

Então, eu quero convidar o povo brasileiro para ir às ruas amanhã, principalmente a partir do meio-dia, porque a tentativa de assassinato da democracia começa exatamente em Brasília, à tarde! Aqui estarão os pistoleiros. Os mandantes, a maioria está lá fora, com exceção de Eduardo Cunha. Aqui em Brasília deve haver 60 mil, 70 mil, 80 mil pessoas que são contra essa farsa.

Eu quero convidar todos que estarão em Brasília amanhã, os movimentos organizados. Peçam licença à polícia para darmos um abraço nesta Câmara. Vamos abraçar esta Casa para denunciar ao mundo inteiro esta grande farsa aqui! (Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Zé Geraldo, o tempo de V.Exa. se esgotou.



Com a palavra o Deputado Mauro Pereira, do Rio Grande do Sul. Em seguida, falará o Deputado Enio Verri, do Paraná.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de cumprimentar todos os meus colegas Deputados e Deputadas e parabenizar todos por este momento cívico, em que a democracia reina nesta Casa.

Em segundo lugar, quero agradecer a dois políticos exemplares que estão trabalhando no Rio Grande do Sul em prol do nosso Estado, que são os titulares desta pasta: Giovani Feltes e Márcio Biolchi. Esses Deputados Federais eleitos estão cuidando dos interesses do Rio Grande Do Sul, junto com o Governador José Ivo Sartori e o Secretário-Geral Carlos Búrigo, para tentarem sanear e acertar a vida do nosso Estado. Quero agradecer-lhes por confiar na minha pessoa e me dar esta oportunidade.

Eu quero me dirigir ao povo do Rio Grande do Sul, ao nosso povo brasileiro. O povo gaúcho, especialmente o da Serra Gaúcha, é um povo otimista, é um povo trabalhador, é um povo ousado. O Governo Dilma e a equipe do PT conseguiram desaminar até os gaúchos. É uma desesperança. É uma mistura do ruim com o que tem de pior: recessão, juro alto, roubalheira, tudo o que tem de pior. Agora vem o zika, e a dengue nem terminou. Esse é o Governo do PT.

Nós, daqui a 15 horas, vamos ter a oportunidade de cumprir a nossa parte com o povo brasileiro, com o nosso voto "sim", vamos tirar esse povo do mapa! Vamos tirar a Dilma do Palácio! Vamos tirar o Lula do Palácio!

O Lula não está no Palácio, mas está mandando. O Ministério Público de São Paulo está atrás do Lula, querendo prendê-lo, mas ele está em um hotel cinco



estrelas aqui em Brasília. Nós temos que acabar com essa farra. Nós temos que olhar para o povo brasileiro.

Meus colegas Deputados e Deputadas, não faltem! Venham aqui hoje votar. Covardes são aqueles que estão pensando em ir para casa. Homem vota e tem que votar a favor do Brasil. Votar a favor do Brasil é votar “sim”, pelo *impeachment*. Nós temos que tirar esse povo que está acabando com a esperança do povo brasileiro.

Este Governo é o que há de pior. Se entrar o Michel Temer, e ele trabalhar 2 horas por dia, vai ser melhor do que a Dilma e toda essa equipe dela. Eles são incompetentes. Pediram para ser ruins e entraram na fila 3, 4 vezes.

Se pegarmos uma pena da galinha, vem uma galinha inteira. Onde se mexe há corrupção. Existe coisa pior do que a corrupção? Nós temos o remédio: Polícia Federal, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elizeu Dionizio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Elizeu Dionizio) - Concedo a palavra ao Deputado Enio Verri, do PT de São Paulo.

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, vivemos hoje uma grande crise política forjada pela elite deste País e seus representantes. É essa a elite que dirigiu o País por 500 anos, e transformou nosso povo em miseráveis, transformou o nosso país num país absolutamente endividado, empobrecido.



Não tiveram competência para continuar dirigindo este País, e não conseguem admitir que, de forma democrática, nós ganhamos as eleições por quatro vezes.

E o que é pior: essa elite morre de medo, porque se houver uma nova eleição, ela não ganhará de novo. Por isso, ela tem que achar uma alternativa no tapetão. E a solução é simples: transformar a Câmara dos Deputados num colégio eleitoral, transferir para 513 Deputados a tarefa que, na democracia, é destinada a milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

A verdade é que a democracia os assusta, e, por isso, é preciso criar uma desculpa, começam a inventar, falam das chamadas pedaladas fiscais, que não existiram. Está provado.

Não há nenhuma prova de crime. E, se não há crime, só há um nome: é golpe. E não adianta querer mudar o nome, porque a direita, quando deu o golpe militar no Brasil, em 1º de abril, tentou mudar o nome. Quando nós éramos garotos, era revolução. Mas a história não perdoa. Golpista é golpista!

O que V.Exas. estão tentando fazer é dar o golpe. E a história não vai perdoá-los. Vai estar carimbado na testa de cada um e de cada uma de V.Exas. que estão aplicando o golpe que estão traendo o povo, traendo a democracia. E V.Exas. vão pagar esse preço.

A nossa população tem que saber o que a aguarda. O texto está claro: a ponte para o futuro está escrita lá. É importante que a população fique sabendo. Vão tirar da Constituição a exigência do investimento mínimo em educação e saúde. Está escrito! Vão acabar com a política que temos para a PETROBRAS e vão voltar para a concessão. Está escrito! Vão fazer no nosso Brasil as políticas neoliberais, que



praticaram durante toda a década de 90. Acabaram com a economia do País e o transformaram, de novo, em um país de miseráveis.

Quero dizer aos senhores que a população vai saber. Tenho certeza de que nós vamos obter hoje a vitória, porque os senhores não têm os 342 votos, mas mesmo assim, mesmo com a derrubada desse golpe que querem aplicar, o carimbo de golpe estará estampado na testa de V.Exas. A história vai cobrar de V.Exas. Não vai haver golpe! O povo não esquecerá!

O SR. PRESIDENTE (Elizeu Dionizio) - Com a palavra o próximo orador, Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina. Porém, o Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul, já pode se dirigir à tribuna.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu assumo novamente a esta tribuna, para dizer que realmente houve um golpe no Brasil.

Houve o golpe nas eleições; houve o golpe do BNDES; houve o golpe do fundo de pensão; houve o golpe na reforma agrária; houve o golpe na dívida brasileira, que hoje chega a 3 trilhões de reais; houve o golpe em que o Brasil pagou 500 bilhões por ano de dívida: houve o golpe em que este Governo elevou a dívida pública brasileira em 47% do Orçamento Geral da União e nós ficamos com 5% da educação e pouco mais de 4% para a saúde. Esse é o golpe que houve no Brasil.

Neste dia especial, queremos aqui trazer nosso abraço a todos aqueles que nos deram o seu votos. Trouxeram-nos para esta Casa 115.468 catarinenses, para que nós pudéssemos fazer as mudanças. Já não votei para Presidente na Dilma, porque sabia o que ia acontecer. E não deu outra história, está aqui para todos nós vermos. Por isso, Sr. Presidente, nós temos que fazer a mudança, sim.



Os meus eleitores, de Santa Catarina, de Xanxerê e Chapecó, as minhas cidades — o oeste catarinense, que produz, que é o berço da agroindústria brasileira, do cooperativismo —, nos pedem para vir aqui: *"Pelo amor de Deus, Sr. Deputado, ajude aqueles que produzem, que trabalham, que pagam imposto."*

O Governo não fez nada. Quem fez, neste País, foi quem pagou os impostos: agricultura brasileira, que, sempre, segurou este Brasil em pé, que deu emprego. Esses é que fizeram o Brasil crescer. É muito fácil, como diz aí um ditado, que o socialismo dura enquanto durar o dinheiro dos outros. Essa é a história que está acontecendo no Brasil. E é isso que nós precisamos mudar.

Falo em nome do povo brasileiro, da agricultura brasileira, que realmente faz a sua parte e, mesmo assim, é perseguida por este Governo em todas as áreas. Este Governo não garante aos agricultores o direito à propriedade nem lhes dá segurança jurídica para que possam trabalhar em paz.

O agricultor só quer trabalhar. Sr. Presidente. Se chover e o Governo não atrapalhar, a agricultura irá bem.

Por isso, nós estamos aqui neste dia, 17 de abril, que será um dia histórico, marcando a nossa presença, para dizer *"sim"* ao *impeachment*. Essa a única saída para que este País continue se desenvolvendo, trabalhando e produzindo, como desejam todos os brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário: Muito bem, Colatto!*)

O SR. PRESIDENTE (Elizeu Dionizio) - Já pode se dirigir à tribuna o Deputado Pedro Vilela, do PSDB de Alagoas. Nós vamos ouvir agora o Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.



O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, quero aqui saudar o nosso povo brasileiro e o nosso povo gaúcho.

Este *impeachment* não tem nada de técnico. Ele é político. Esta burguesia brasileira não aguenta mais ver trabalhador andar de avião. Esta burguesia brasileira não aguenta mais ver trabalhador andar de carro novo. Esta burguesia brasileira não aguenta mais ver filho de sem-terra, de metalúrgico, de artesão, de empregada doméstica se formar numa universidade.

Eu não tive esta oportunidade. Eu não tive condições de estudar. Mas a juventude de hoje, porque o Lula foi Presidente do Brasil e a Dilma é Presidente do Brasil, têm condições de estudar nas universidades.

Com muito carinho, no mês de março, eu estive em Caxias do Sul, cidade de um Deputado que falou recentemente.

O filho de um artesão se formou em engenharia civil. O pai dele, Ricardo, dizia: “*Por causa do Lula e da Dilma, meu filho está se formando hoje*”. Iguais a ele são milhões. Iguais a ele há muitos que resgataram a autoestima e a cidadania.

Há também a moradia. Só valoriza uma casa quem nunca teve casa. E quem descobriu que havia pobre neste País foram Lula e Dilma, que construíram a dignidade e a cidadania.

É por isso que eu digo que esse é um processo político. Se fosse um caso de roubalheira, o PMDB, que fala em ética, e o PSDB, que fala em ética, teriam que pegar o Presidente da Câmara. Hoje, nós deveríamos estar cassando o Presidente da Câmara. *Impeachment* nele, e não na Presidente da República.

E há outra coisa. É bom que o brasileiro saiba: 35 dos 38 Parlamentares da Comissão de Ética foram denunciados por corrupção. Por isso, amanhã eu voto



“não”. Eu voto contra o golpe. Eu voto pela democracia. Eu voto em defesa do nosso povo brasileiro.

Não ao golpe! Sim à democracia!

O SR. PRESIDENTE (Elizeu Dionizio) - O próximo orador é o Deputado Pedro Vilela. Porém, o Deputado Zeca Dirceu, do PT do Paraná, já pode se encaminhar à tribuna.

O SR. PEDRO VILELA (PSDB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos assistido nas últimas semanas à agonia de um governo que tomou posse há mais de 1 ano, mas parece que até hoje não começou.

Nós temos assistido, nessas últimas semanas, ao último suspiro de um governo que hoje é refém de suas próprias mentiras; um governo que hoje paga pela sua incapacidade, pela sua soberba, pela sua prepotência, mas sobretudo um governo que hoje paga pela sua irresponsabilidade para com o Brasil, pela sua teimosia, pela sua insistência em infringir as leis deste País.

Não é por outra razão, Sr. Presidente, que estamos hoje neste plenário, analisando o caso de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. A Presidente Dilma é a chefe de um governo que fez do crime a prática do seu dia a dia, é a chefe de um governo que fez do ilícito o seu *modus operandi*. E este Congresso Nacional não pode, de forma alguma, aceitar isso. Este Congresso Nacional tem a obrigação constitucional de dar um basta neste tipo de comportamento.

Deputados governistas entoam, pelos corredores desta Casa, uma espécie de mantra, que diz que *impeachment* sem crime é golpe. Concordo plenamente. Concordo 100%. Mas isso não se aplica ao caso ora analisado. E, aí, sugiro a nova frase. Digo que crime sem punição é golpe. Vou ser mais claro. Digo que crime de



responsabilidade sem *impeachment* é um golpe contra a Constituição Federal, é um golpe contra a legalidade, é um golpe contra a democracia, é um golpe contra a esperança e a crença do povo brasileiro, de que ainda existe justiça e existe ordem neste País.

Por isso, neste domingo, chegarei a este plenário tranquilo, sereno e convicto, para proferir meu voto “sim” à aceitação da denúncia contra a Presidente Dilma Rousseff, meu voto “sim” ao seguimento do processo de *impeachment*.

Senhoras e senhores, tenho certeza absoluta de que serei acompanhado pela ampla maioria dos meus colegas e esta matéria seguirá ao Senado Federal, para o seu julgamento final. Assim, finalmente poderemos dar fim a esse triste período que o nosso País vive.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Elizeu Dionizio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Agora, vamos ao Paraná, com o Deputado Zeca Dirceu. Em seguida, na tribuna à minha esquerda, falará o Deputado Edinho Araújo, de São Paulo.

Tem a palavra o Deputado Zeca Dirceu, por favor.

O SR. ZECA DIRCEU (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Quero começar o meu discurso homenageando a nossa militância: os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, todas as entidades organizadas, que há muitos meses estão mobilizadas nas ruas, manifestando-se contra esse golpe. Podem ter certeza de que



a luta de vocês nas ruas foi o que nos trouxe aqui para dentro e nos deu energia e motivação para que hoje pudéssemos chegar a este domingo, que já se iniciou, com uma posição muito firme contra o golpe.

Quero dizer que me honra e me orgulha muito estar aqui deste lado, o lado dos que não se associam ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e à sua busca por impunidade; estar aqui ao lado daqueles que respeitam a democracia; estar aqui ao lado daqueles que não querem que o Brasil volte àquele tempo em que nada se investigava, em que ninguém era punido e a corrupção era jogada para debaixo do tapete.

Nós vamos chegar ao momento da decisão sabendo que o que está em jogo não é apenas um Governo ou a figura da Presidenta Dilma, com seus erros e acertos, o que estará em jogo, neste domingo, é a democracia, são as conquistas que acumulamos ao longo de décadas, principalmente, nesses últimos anos, no mandato do ex-Presidente Lula e neste mandato da Presidenta Dilma.

O futuro de programas como Mais Médicos, PROUNI, PRONATEC, Minha Casa, Minha Vida estará sendo decidido neste domingo.

Neste domingo, escolheremos que tipo de Governo e de governante queremos para os próximos anos.

O Vice-Presidente Michel Temer foi muito claro, quando disse em seu discurso vazado propositalmente, que o povo, no seu Governo, terá que pagar com mais sacrifícios. O nosso povo não aguenta mais sacrifícios. Por isso, amanhã, vamos nos posicionar contra esse golpe, contra o *impeachment!* E vamos vencer!

A Oposição nunca teve, não tem e não terá, amanhã, os 342 votos necessários. Juntamente com a bancada honrosa e batalhadora do PT estão o



PCdoB, PSOL, PR, PDT e centenas de outros Deputados que sabem que é a democracia que está em jogo.

A democracia vai vencer e não vai ter golpe! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma pena o Deputado Eduardo Cunha não estar aqui, porque eu ia perguntar se o pai dele está na Papuda. Eu ia perguntar: o seu pai está preso? Não, ele vai dizer que não.

Eu quero fazer uma pergunta e uma afirmação. Sabem por que nós não vamos ter 342 votos amanhã? Porque nós vamos ter mais que 380. E sabem por quê? Porque o larápio mor, o "Lularápio", queria vender camarote no Titanic, queria vender camarote no Titanic! O navio afundando, e ele queria vender camarote. Ninguém quis comprar. De jeito nenhum!

Mas eu quero deixar uma pergunta no ar. Os meus amigos do Partido dos Trabalhadores têm até amanhã para me apresentar uma só instituição, uma administração direta ou indireta, que o PT dirija e que não tenha falcatrua, uma! Raciocinem! Pensem! Exercitem! Qual é a única instituição que dirigem que não tem falcatrua? Claro que não tem! Sabe por quê? Porque a precondição para chegar à direção de qualquer empresa no PT é ser operador, é ser larápio profissional! (Manifestação no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. ALCEU MOREIRA - A condição para ser líder, para ser diretor de uma empresa petista é ser larápio especialista. O cidadão tem que ser bom arrecadador, qualificado arrecadador; se não ele não chega lá.

Aquela senhora que anda pelos corredores do Palácio, que já não tem autoridade para enxotar uma galinha de pintos é a mais honesta do mundo, mas o cidadão que está na sua antessala foi tesoureiro de sua campanha e está envolvido em vários processos. A Papuda está esperando por ele de portas abertas. Daqui a uns dias, ele vai pra lá também. Ele é o avalista de uma quadrilha de corruptos que liquidou com este País, uma quadrilha de corruptos que acabou com este País.

Sem sombra de dúvida, naquela tribuna, sobe todo dia alguém chamando Cunha disso e daquilo. Mas a campanha deles é que está recheada de dinheiro roubado das grandes empresas, e o líder deles é que anda de jatinho para cima e para baixo.

De novo, discurso para pobre; Governo para rico. Demagogos! Vocês roubaram na reforma agrária. Há milhares de pessoas mortas recebendo cesta básica, recebendo o PRONAF.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Do Rio Grande do Sul vamos, então, a São Paulo.

Passo a palavra ao Deputado Orlando Silva. Depois, vou chamar à tribuna da minha esquerda o Deputado Betinho Gomes, de Pernambuco.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, finalmente chegou a hora de nós travarmos um combate neste plenário, que será o primeiro grande teste da democracia brasileira nos seus 30 anos.



Vivemos, nesses 30 anos de liberdades políticas, o período mais longo de experiência democrática. E a votação que nós realizaremos, daqui a pouco, será um teste para a vitalidade da nossa democracia.

Nos últimos meses, nós enfrentamos um processo viciado, comandado por uma pessoa incapaz e que, de modo inadequado, ainda preside esta Casa.

Eu cumprimento cada Deputado, cada Deputada dos partidos da base do Governo da Presidenta Dilma, porque, ao longo desse período, nós demonstramos que é uma farsa esse processo de *impeachment*. Demonstramos que não há crime de responsabilidade que possa ser imputado à Sra. Presidenta da República. Demonstramos que há, sim, uma sanha de construir um atalho para chegar ao poder político sem votos.

A trama montada por Cunha e Temer encontrou uma resistência importante na sociedade brasileira. A consciência cívica do Brasil se levantou. A consciência democrática do Brasil se apresentou. E é por isso que, nas ruas, nas praças, por todo o nosso País, ouvimos o grito: “*Não vai ter golpe!*”. A consciência cívica do Brasil estará ao nosso lado na tarde deste domingo.

Teremos duas tarefas na tarde deste domingo. A primeira tarefa — anotem aí — será impedir o Sr. Eduardo Cunha de presidir a sessão, porque ele não tem estatura política nem moral para comandar a Mesa da Câmara dos Deputados. (Palmas.) Podem anotar: amanhã ele não comanda a sessão.

E a segunda tarefa: assim como derrotamos a Oposição, nas urnas, em 2002, em 2006, em 2010 e em 2014, amanhã derrotaremos o pedido de *impeachment*, amanhã derrotaremos o golpe, no voto, neste plenário!



A Oposição tenta fazer uma onda, tenta insinuar que tem voto, mas não tem.

Preparem-se, porque aquela mesma cara de espanto que Aécio Neves fez quando descobriu sua derrota, em 2014, a Oposição vai fazer quando, aberto o painel, se vir derrotada.

Não vai ter golpe!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De São Paulo, vamos a Pernambuco.

Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes. Em seguida, chamarei para vir à tribuna da direita o Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros Deputados, povo brasileiro que assiste à sessão e nos ouve até esta hora da madrugada, daqui a algumas horas, nós teremos um encontro com a nossa história, daqui a algumas horas, a população brasileira irá testemunhar um momento de grande significado para a democracia.

Nós estamos diante de um processo que, certamente, não alegra aqueles que estão aqui e os milhões que estão lá fora, mas que se tornou inevitável. Se aqui estamos para autorizar — e, certamente, será autorizada — a abertura de processo de *impeachment* contra a Presidente da República, é porque o Governo está pagando pelos erros que cometeu ao longo dos últimos anos, comprometendo as finanças públicas e, o mais grave, comprometendo o futuro de milhões de brasileiros.

Hoje, o Brasil é um país falido, um país que não consegue honrar seus compromissos. Os orçamentos dos programas sociais estão sendo reduzidos de maneira drástica, e muitos brasileiros não têm acesso à saúde e à educação por



conta dos graves erros que foram cometidos. Estados e Municípios não conseguem cumprir as suas responsabilidades, e tudo isso é originário da chamada pedalada fiscal, tudo isso é originário de uma política econômica nociva ao País que compromete o nosso futuro.

Em 2018, vamos chegar a uma dívida de 80% em relação ao PIB brasileiro, e esse é o preço que nós estamos pagando por causa da irresponsabilidade do Governo.

No entanto, esta Casa, que está seguindo o rito determinado pelo Supremo Tribunal Federal, vai autorizar o processo, que seguirá ao Senado. A partir daí, certamente, nós vamos ter a oportunidade de ver surgir um novo Governo.

Mas, a partir de segunda-feira, nós que aqui estamos e aqueles que lá fora estão teremos a responsabilidade de reunificar o País, que hoje está dividido. O Brasil vive um momento de extrema radicalização e precisa agora ser unificado para que nós possamos levar a Nação adiante, sair desse impasse político, enfrentar os desafios econômicos e superar as dificuldades sociais. Essa responsabilidade também caberá, sobretudo, a este Parlamento.

Nós queremos, neste instante, concluir a população. Superado o processo de *impeachment*, a união nacional será fundamental para salvar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe. Logo em seguida, na tribuna à esquerda, ouviremos o Deputado Evandro Roman, do Paraná.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar para agradecer o nosso povo sergipano, o qual



nos dá a oportunidade de estarmos aqui, no dia de hoje, defendendo as ideias dos grandes lutadores e lutadoras daquele nosso querido Estado.

Nós aprendemos com Dom José Gomes da Silva, no oeste de Santa Catarina, a lutar contra a ditadura, lutar contra o Governo militar da ditadura militar. Fomos a Sergipe, ao Nordeste, conhecemos aquela região e tivemos a oportunidade de conhecer também Dom José Brandão de Castro, homem que lutava contra a ditadura militar.

Hoje, há 52 anos do último golpe militar no Brasil, dia 17 de abril, Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, dia que completa 20 anos do massacre de Eldorado do Carajás, nós fazemos questão de falar, porque temos os nossos herdeiros, aqueles que nos orgulham por estarmos aqui, como nós temos os nossos líderes, dos quais nos orgulhamos.

Ficamos felizes quando vimos esse ódio contra o Presidente Lula, contra a Presidenta Dilma. Não encontraram nenhuma vírgula contra a Presidenta Dilma, não encontraram nada contra o Presidente Lula, por isso inventaram a chamada pedalada fiscal.

O Presidente Lula é um homem honesto e honrado. A Presidenta Dilma é uma mulher decente e honrada. Depois de 52 anos do golpe militar, aqui dentro, daqui a pouco, aqueles que votarem pelo golpe ficarão marcados na história do Brasil como os golpistas que rasgaram a Constituição. Ficarão marcados na história do Brasil como aqueles que perderam quatro eleições, que não tiveram coragem, que não tiveram humildade de esperar 2018, que querem no tapetão tirar o direito da juventude, o direito dos trabalhadores e trabalhadoras que lutaram pela democracia.



Portanto, nós não temos dúvida de que também criaram o maior movimento da história do Brasil nas últimas décadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos agora a São Paulo com o Deputado Evandro Roman. Logo mais na tribuna, à direita, falará o Deputado Vicente Cândido. Caso S.Exa. não esteja, falará o Deputado Andres Sanchez. Caso S.Exa. também não esteja, falará o Deputado Sibá Machado, do Acre.

Com a palavra o Deputado Evandro Roman.

Reponham o tempo de 3 minutos do Deputado, por favor.

O SR. EVANDRO ROMAN (Bloco/PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer ter a oportunidade de falar hoje aqui nestes meus 3 minutos.

Eu inicio a minha fala dizendo que escutei durante muitos dias a questão do ódio, a questão, principalmente, da raiva. Eu queria dizer que eu não tenho raiva, eu não tenho ódio. Eu tenho certeza de que boa parte das pessoas que aqui estão também não tem esse sentimento. O que nós temos é indignação.

A indignação tomou conta de nós como tomou conta de mais de 85% do povo brasileiro, que está solicitando que nós venhamos aqui tomar providências. É desta forma que inicio a minha fala aqui, dizendo que a minha indignação é a indignação do povo paranaense, é a indignação do povo que realmente quer mudança e quer o *impeachment* da Presidente Dilma.

Eu diria para os que ainda estão indecisos, para as pessoas que têm a possibilidade ainda de votar pela permanência da Presidente Dilma que um voto é como um rifle, conforme dizia Roosevelt: sua utilidade depende do caráter de quem o usa.



Quem se coloca numa situação de negociar o seu voto, numa situação de vender aqui o seu voto ou a sua representatividade popular, pode ter certeza de que a população não irá perdoar jamais. Irá perdoar aqueles que têm preço, mas irá, sim, valorizar aqueles que têm valores. E os valores dos homens de bem que aqui vierem honrar a vontade do povo, podem ter certeza de que serão muito valorizados.

Reportando-me ao meu querido Estado do Paraná, cito uma frase de Carlos Gardel: *"Eu me sinto muito feliz e satisfeito com a homenagem do povo. Porque é o meu povo. É o povo que sofre e que ri comigo e que me aplaude. O povo que formou o pedestal do meu prestígio e minha glória"*.

E, quando se fala muito em golpe, eu vou dizer a V.Exas. o seguinte: "Não existe golpe". Por que não existe golpe? Porque quem irá assumir a Presidência da República é um Vice-Presidente escolhido para a chapa do PT. É um vice escolhido que ajudou a vencer as eleições. Então, por isso é que não há golpe. E não adianta vir, realmente, com essa postura de que o golpe é algo que está iminente.

Ao meu Estado do Paraná, representado pela bandeira, e que foi tão maltratado por esse Governo, eu encerro a minha fala dizendo: *"Impeachment já e urgente, para o Brasil melhorar e respirar um ar de civilidade pela frente!"*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos agora ao Acre, com o Deputado Sibá Machado. Voltaremos, em seguida, para São Paulo, com o Deputado Capitão Augusto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o debate já chegou a certo ponto e eu só me reporto aqui a lembrar alguns pontos que eu acho muito importantes.



Um deles é que a Oposição liderada aqui, num certo momento, pelo PSDB, DEM, PPS e, agora, por setores do PMDB, se comporta como viúva da UDN. E todos sabem o que é a UDN. Portanto, de golpe eles entendem. O primeiro, em 1954, foi contra Getúlio Vargas. Depois, tentaram durante todo o mandato de Juscelino Kubitschek, mas não conseguiram. Conseguiram o segundo, em 1964, contra João Goulart. E, agora, tentam pela quarta vez um golpe no Brasil contra uma pessoa honesta, como é a Presidenta Dilma Rousseff.

Querem falar de corrupção, mas não abrem aqui uma palavra sobre os 130 bilhões de dólares roubados do BANESTADO; não abrem uma palavra sobre os bilhões roubados da “privataria” conduzida por Fernando Henrique Cardoso; não falam aqui uma palavra sobre o escândalo de toda a sonegação fiscal que, fala-se, chega a quase 500 bilhões de reais; não falam aqui, Sr. Presidente, uma palavra sobre o roubo da merenda das crianças do Estado de São Paulo, não falam aqui de traição.

Em 15 de março de 1789, Joaquim Silvério dos Reis ficou como o patrono daqueles que traem a Pátria brasileira. Hoje Michel Temer cumpre esse papel, indo para a história pela segunda tentativa. Vergonha nacional!

Pois muito bem. Nós temos que lembrar aqui o que está por trás desse grande acordo para o dia de amanhã. Há um acordo, um acordo que não é dito. Um deles é o de que, se Michel Temer vier a ser Presidente da República, nessa traição, ele vai acabar com a CLT.

Portanto, trabalhadores brasileiros, preparem-se para dias piores: querem acabar com o Bolsa Família, querem acabar com a universidade pública, querem



acabar com o Minha Casa, Minha Vida e querem entregar o pré-sal, que vale 20 trilhões de reais, para interesses americanos e outros.

Dizem que estão coordenando aqui a coisa mais limpa, que é a condução do pedido de *impeachment*. Por isso é que é golpe, porque até o *The New York Times* está dizendo aqui: o grupo que coordena essa tentativa de *impeachment* contra a Presidenta Dilma é corrupto e está na porta de cadeia. Este é o grupo que quer trazer a paz, a condução do País, a unidade nacional, o chamamento ao crescimento. Este é o grupo acusado a cada instante e que não é levado às barras da Justiça pelo Sr. Sérgio Moro e outros. Virou uma grande aliança nacional para enterrar a Lava-Jato e esconder o que está por trás dessas coisas todas.

É por isso que nós estamos acusando o golpe, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos, depois do Acre, a São Paulo, com o Deputado Capitão Augusto. Depois vamos voltar à tribuna da direita com os Deputados José Guimarães, Reginaldo Lopes, Edmilson Rodrigues, Leônidas Cristino e Reginaldo Lopes.

Mas vamos então aqui à tribuna da esquerda, ouvir o Deputado Capitão Augusto, e logo depois vamos a Minas Gerais, com o Deputado Reginaldo Lopes, do PT.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (Bloco/PR-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 17 de abril, às 2 horas da manhã, é um dia histórico para todos nós brasileiros, dia de votarmos “sim” ao *impeachment*.

Eu que represento a cidade de Ourinhos, a nossa região, as cidades de Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Bauru, Marília, Assis e até Presidente Prudente, todo



aquele oeste paulista, do qual eu sou o único Deputado Federal, e que também represento, com o maior orgulho do mundo, a gloriosa instituição da Polícia Militar do Estado de São Paulo e também os policiais militares e bombeiros militares do Brasil, obviamente não poderia deixar de vir aqui para dar o meu testemunho, o meu depoimento, e declarar, desde já, que votarei "sim" ao *impeachment* da Presidente Dilma.

Esse Governo já deu o que tinha de dar. Infelizmente não há a menor possibilidade de ela continuar no poder. Seria uma catástrofe para o Brasil se porventura houvesse a menor possibilidade de não haver *impeachment* no dia hoje, domingo.

Não tenho dúvida nenhuma de que teremos mais de 370 votos favoráveis ao *impeachment*. Não tenho a menor sombra de dúvida. É isso o que o povo brasileiro espera, é isso o que nós políticos também esperamos para retomar o crescimento do Brasil.

O Brasil está atolado em problemas não apenas políticos, mas problemas de conjuntura econômica, em questões de relacionamento institucional entre os poderes, problemas de credibilidade do Brasil com o comércio exterior, e por aí vai.

Precisamos retomar urgentemente o crescimento do Brasil. Mais de 10 milhões de brasileiros estão desempregados. É um número absurdo! A inflação está batendo às portas. A crise está nos rondando. Precisamos dar uma resposta a partir de amanhã. Não tenho dúvida nenhuma de que, na segunda-feira, amanhã, teremos um novo Brasil, com uma nova expectativa.



Manifesto os meus votos de um feliz mandato ao novo Presidente Michel Temer. Não há dúvida nenhuma de que amanhã, teremos, sim, a votação do *impeachment*.

Eu não gosto de apostar, e apostaria o meu mandato em que amanhã nós teremos mais de 370 votos favoráveis ao *impeachment*, sem a menor sombra de dúvida, mesmo porque já foi até apresentada a lista dos que estariam contrários ao *impeachment*, e, aqui nos bastidores, conversando com os Deputados, nós soubemos que ela não traduz a realidade. Aquela lista contempla vários nomes que serão favoráveis ao *impeachment*.

Então, em nome do meu filho Breno, em nome da minha família, em nome da cidade de Ourinhos e de toda a região, em nome de todos os policiais militares do Estado de São Paulo e do Brasil, eu digo “sim” ao *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De São Paulo vamos a Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Quero começar dizendo que, de fato, parte da elite brasileira, em especial a elite rentista, financeira, deste País apenas suporta a democracia, sobretudo quando a democracia de governos populares, como a do Presidente Lula e da Presidente Dilma, mexe na estrutura da renda do País. Aí a elite apenas suporta a democracia.

Nós estamos assistindo aqui, mais uma vez, ao rompimento de parte da elite brasileira com o processo democrático no País. E não é a primeira vez. Em vários momentos da história, quando o povo mais pobre passou a ter direitos, melhora na



renda, programas específicos, voltados, por exemplo, para os negros, que, pela primeira vez, têm a oportunidade de chegar à universidade, as elites acham que democracia sai muito caro para o País.

A Presidenta Dilma ganhou a eleição propondo mais Estado. Enganam-se aqueles que acham que a sociedade brasileira quer menos Estado. A partir daí, é evidente que nós temos que tributar o andar de cima. É evidente que, se nós temos uma sociedade que quer mais Estado e quer ter um Estado com menor arrecadação, alguém terá que pagar essa conta. Aí é muito para as elites.

O que está ocorrendo aqui a história vai julgar. E, quando a história analisar os discursos, ficará evidente que parte deste Parlamento fez uma aliança oportunista e golpista com o mercado financeiro, fez uma aliança oportunista e golpista com um partido que já teve história neste País, que é o PSDB.

O PSDB perdeu a quarta eleição e, agora, olhou para o horizonte e viu a possibilidade de perder a quinta pelo voto popular e democrático para o Presidente Lula. Então, juntou-se com parte de um partido político que jamais chegaria à Presidência da República, que é o PMDB, pelo seu fisiologismo na história do País. O PMDB jamais chegaria à Presidência da República pelo voto universal e pelo voto popular. (*Manifestação no plenário.*)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. REGINALDO LOPES - Portanto, querem o golpe! Querem chegar à Presidência sem voto, sem legitimidade, com um programa de atraso, junto com o PSDB, e a sociedade não aceita isso! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vou conceder a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, de Minas Gerais, que está na tribuna da esquerda.

Logo em seguida, na tribuna da minha direita, terá a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, o Deputado Leônidas Cristino, do PDT, ou o Deputado Vicentinho, de São Paulo.

Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um ser humano sem trabalho é um ser sem dignidade.

O País precisa voltar a crescer para gerar empregos. O aposentado não consegue nem comprar o seu remédio. Não há cartão de vacina nos Estados. Minas Gerais estar sem cartão da vacina é uma vergonha!

Em 2003, as ratazanas chegaram ao poder, rastejando nas prateleiras baixas para roer o queijo. E chegaram com tanta fome, Sr. Presidente, que acabaram com o nosso País.

Hoje dizem que o País cresceu e está cheio de emprego. Há 10 milhões de desempregados no Brasil, passando fome. A criminalidade está em altíssimo nível. Como disse o Deputado Aleluia, são 70 mil mortes. E há assaltos e casas invadidas a todo momento.

Este é o País maravilhoso de que eles falam! Falta remédio, falta vacina, falta emprego, falta trabalho, falta dignidade para o ser humano. O pai de família não tem o sustento para levar para casa. É isso que este Governo faz desde 2003.



Lula e Dilma mentiram para o País. Pegaram dinheiro do País e deram de presente. Diziam que o Brasil estava em amplo crescimento. De repente, vejam aonde nós chegamos: ao fundo do poço.

Crimes foram administrados por um Ministro da Fazenda incompetente, chamado Guido Mantega. Ele acabou com este País. Deixou um buraco, uma dívida de 120 bilhões de reais. E dizem que aqui há progresso.

Quiseram passar por cima do Congresso Nacional, cometendo crimes, saqueando a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES. E dizem que não há crime. Ainda sitiaram o Palácio do Planalto e ameaçaram a população brasileira.

Sr. Presidente, quem faz isso tem que pagar. Lugar de criminoso é fora do poder.

Impeachment já, porque o País não pode ficar do jeito que está!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De Minas Gerais vamos agora a São Paulo com o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que está em jogo não é somente o golpismo, a trairagem, a mentira, a postura conspiratória do Michel Temer e a contradição do Presidente da Câmara, de quem há provas robustas de corrupção. Esse cidadão não merece a confiança de ninguém neste País e tenta condenar a mulher digna e honesta que é a Presidenta Dilma.

O que está por trás de todo esse espetáculo são interesses. Eu sei que há Deputado que vai votar no *impeachment*, mas está confuso, em dúvida. Mas também sei que há aqui Deputado que vai votar no *impeachment* porque representa



os fazendeiros, que querem ter liberdade para tomar terra de índios, para não permitir a reforma agrária.

Empresários representados pela FIESP também estão aqui dentro. Querem votar a maldita terceirização. Querem votar a Emenda nº 3 — lembram? —, que retira direitos, como 13º salário, aviso prévio e fundo de garantia. E defendem o negociado sobre o legislado. Querem, efetivamente, a volta do período de exploração.

O que está por trás deste debate são os banqueiros, que se unem com os ruralistas, que se unem com os capitalistas internacionais, para pegar a PETROBRAS, para pegar o petróleo. O interesse é esse.

O discurso de que a corrupção tem que ser combatida é apenas discurso para inglês ver. Fizeram isso com Getúlio Vargas, fizeram isso com João Goulart e, agora, tentam isso mais uma vez.

Por essa razão, meus companheiros, eu quero saudar a minha bancada guerreira, companheira desde a primeira hora; a bancada do PCdoB; a bancada do PSOL, que, mesmo com divergências, sendo oposição, age com coerência; e muitos outros Deputados.

Por essa razão, Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu não sou corrupto, eu não faço conchavo. Eu tenho consciência de classe e não vou permitir que um golpe ocorra. Pela minha vontade, jamais permitirei que ocorra um golpe, porque o que está em jogo aqui é o interesse de classe, para se explorar cada vez mais os trabalhadores deste País. Esse é o objetivo. Muitos deles não têm coragem de falar, mas é o objetivo.



Por isso, “não” a este golpe contra Dilma, contra a democracia e contra a classe trabalhadora deste País!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Enfim, chegamos ao dia esperado pela população: o dia de julgarmos a Presidente da República Dilma Rousseff, o dia do *impeachment* — constitucional, legal, necessário e tão demandado pela população brasileira.

Eu escuto aqui as Excelências que defendem o Governo, mas eles jamais defendem ou criam projetos ou soluções para o zika vírus, para o H1N1, para tantas doenças e mazelas pelas quais passa a nossa população em postos de saúde, em hospitais, sofrendo por todo o Brasil.

Eu não escuto defesa sobre o assunto da saúde, da educação, da segurança pública. Não há projetos, não há diretrizes, não há determinação deste Governo. Não há legitimidade.

Eu não quero repetir que este processo não é um golpe. Golpe é o que se aplica realmente para enganar o eleitor. Para conquistar o seu voto, em 2014, enganaram a população, levaram o voto do eleitor unicamente para que se defendesse um projeto de poder, um projeto para desviar dinheiro dos fundos de pensão, do BNDES e de tantas outras instituições brasileiras, para roubar do brasileiro o orgulho dele em defender o Brasil, Srs. Deputados.



E aqui a nossa esperança, a única esperança que nos resta, é que as Excelências, que aqui estarão no dia de hoje, defendam os brasileiros, esta geração e todas as próximas, esperança que têm os meus filhos, que têm todos os que virão.

Votem “sim”, pelo *impeachment*, para que não se envergonhem, para que não se vendam, para que não pratiquem um golpe contra a Nação. Votar contra o *impeachment* isto, sim, é um golpe. É um golpe dado em todos aqueles que lutam por um Brasil melhor; é um golpe dado em todos aqueles que o PT, que o Presidente Lula, que a Presidente Dilma enganou por todos esses anos.

Enriqueceram-se. Tantos e tantos milhões depositados para ex-líderes que estiveram à frente deste Governo e que deveriam ter feito um bem para o povo e para o Brasil. E o que fizeram? Enriqueceram e desviaram o dinheiro para benefício do projeto de poder.

Portanto, senhoras e senhores, eu faço um apelo. O dia de hoje ficará para a história como o fim de um Governo corrupto e que saqueou este País, saqueou as instituições e que quer acabar com o orgulho de ser brasileiro. Vamos votar o “sim”. Vamos aprovar este *impeachment* e vamos lutar, não pelo projeto de poder, mas sim pelo projeto do povo brasileiro.

Vice-Presidente é consequência do *impeachment* que o próprio PT provocou. Vamos lutar pelo Brasil. É o “sim” que vai imperar no nosso País, nesta Casa, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu já gostaria de chamar o Deputado Alexandre Serfiotis para a tribuna da esquerda.

Agora, concedo a palavra ao Deputado Ságuas Moraes, que está na tribuna da direita, por 3 minutos.



O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi manchete no *The New York Times*: “*Honesta, Dilma pode ser afastada por criminosos*”.

Também na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o Senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República sob o falso pretexto de que João Goulart teria deixado o País, consumando o golpe que nos levou a 21 anos de ditadura.

Indignado, o polido Deputado Tancredo Neves surpreendeu o Plenário aos gritos de “*Canalha! Canalha!*” Tancredo Neves, onde quer que esteja, deve estar envergonhado do seu neto, que iniciou o comando de um segundo golpe em nosso País. Aécio Neves se enrola e não explica doações da Odebrecht.

Sr. Presidente, quero dizer que a Presidenta Dilma ano passado encaminhou um pacote com seis medidas de combate à corrupção. Ontem, dia 16, completou 1 ano que ele chegou a esta Casa e até agora está engavetado. O Sr. Presidente desta Casa não colocou em apreciação essa matéria. Isso significa que esta Casa não está preocupada em aprovar projetos de lei que combatam a corrupção neste País. Foi a partir do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma que houve mais investigação de corrupção neste País.

Quero dizer também que nós assistimos, indignados, a muitos Deputados caras de pau dizerem aqui que combatem a corrupção, que são honestos. Quando pesquisamos a vida desses Deputados no Google, verificamos que é enlameada, envergonhada de corrupção. Aconteceu isso ontem e hoje. Eu já contei mais de 20 Deputados nessa condição aqui.



Portanto, Sr. Presidente, nós não podemos aceitar que esses caras de pau, que esses golpistas, que sempre estiveram ao lado dos poderosos, que sempre estiveram ao lado daqueles que querem massacrar os trabalhadores deste País, agora, como paladinos da moralidade, juntamente com o Vice-Presidente, que trai a Presidente da República, juntamente com o Presidente desta Casa, promovam um golpe.

Nós teremos um terceiro turno, e venceremos. Mas, caso este golpe desse certo, Michel Temer seria Presidente e Eduardo Cunha seria Vice-Presidente, um verdadeiro risco para a segurança nacional.

Por isso, nós queremos, aqui, mais uma vez, dizer que venceremos o terceiro turno hoje. Conclamamos todos os militantes do PT, dos partidos aliados e dos movimentos a se articularem, para que possamos dizer: *"Não ao golpe! Não ao golpe!"*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Alexandre Serfiotis. S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nesta madrugada do dia 17 de abril de 2016, às 2h17min da manhã, sem dúvida um dia histórico para o nosso País, é com muito orgulho, tranquilidade e clareza que venho a esta tribuna para dizer que reafirmo meu voto "sim" ao *impeachment*, porque houve, sim, crime de responsabilidade.

Sr. Presidente, este Governo faliu o Brasil, e é, sim, responsável por uma das piores crises política, econômica e moral das últimas décadas; deixou minha região, o sul fluminense, e a minha cidade, Porto Real, no Estado do Rio de Janeiro, com



mais de 20 mil desempregados. E, hoje, os Municípios mal conseguem pagar o salário dos servidores.

Sr. Presidente, tenho o meu pai, Jorge Serfiotis, ex-Prefeito da cidade de Porto Real, como líder e um exemplo de político que faz a política do bem. Ele me mostrou que a política é um instrumento capaz de transformar a vida das pessoas. E, hoje, tenho a certeza de que este será um momento histórico para a democracia do nosso País e, sem dúvida, um dos momentos mais importantes da minha vida.

Temos a obrigação e a responsabilidade de voltar a dar ao Brasil a esperança de um futuro melhor, com a retomada dos investimentos, recuperação do emprego e dos serviços públicos, como saúde, educação e segurança.

Tenho a certeza de que essa é a decisão que a maioria do povo brasileiro espera desta Casa. Não vou me acovardar das minhas responsabilidades.

Impeachment já! Que Deus abençoe todos e que Deus abençoe o Brasil.

Um bom dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Assis Carvalho. Logo após, concederei a palavra aos Srs. Deputados Otavio Leite, Francisco Floriano e Heitor Schuch.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Vandrê nos brinda com um versinho que diz:

“Prepare o seu coração

Pras coisas que eu vou contar

Eu venho lá do sertão

E posso não lhe agradar

(Porque) Aprendi a dizer não.”



Eu quero dizer “não” a Eduardo Cunha, que não tem nenhuma autoridade moral para conduzir este processo que nasceu de um ato de vingança, de ódio, porque o PT não sujou suas mãos pactuando no Conselho de Ética, com a condição de que o Presidente da Casa enterraria o processo de *impeachment*.

Eu quero dizer “não” a quem suja suas mãos com essa farsa. Marx dizia: “A *história se repete, ou como tragédia ou como farsa*”. A elite brasileira não gosta de democracia. Quando Getúlio Vargas conduziu o Brasil como ditador, com mão de ferro, a elite silenciou-se. Quando ele voltou a dirigir o Brasil como democrata, a elite o fez suicidar-se. Quando Getúlio Vargas suicidou-se, logo depois, nós tivemos o momento de João Goulart, que também, como democrata, a elite não permitiu que conduzisse este País.

Então, povo brasileiro, eu quero dizer “não”, conclamando a grande sambista Beth Carvalho, que diz: “*Não vai ter golpe de novo! Reaja, reaja, meu povo!*”

Neste domingo, quero concluir o povo brasileiro para que reaja, sim, ocupando esta Esplanada. Convoco o povo da periferia, os invisíveis, aqueles que hoje podem viajar de avião ao lado de um empresário, de um poderoso. Convoco aqueles e aquelas que hoje podem combater o cinismo sem fronteira de Eduardo Cunha, exatamente devido à educação sem fronteira dos mais humildes. É esse povo que tem que ocupar todos os quadrados desta Nação, para não permitir que a elite golpista faça aquilo que lamentavelmente o Deputado Jovair Arantes emitiu em seu relatório e que não tem base jurídica nenhuma.

O que há é uma luta temerária de Temer contra Dilma. Não vamos permitir que esta farsa, que vai ficar na história, envergonhe as gerações futuras.



Estou feliz! Hoje, os golpistas falam com tristeza, porque já sabem que não têm voto para cometer a farsa do golpe de amanhã.

Digo “não” a este golpe!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Otávio Leite.

Depois, falarão os Deputados José Carlos Araújo, José Airton Cirilo e Odorico Monteiro.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Ao cumprimentar todos nesta madrugada, lembro que daqui a poucas horas este Plenário vai autorizar a abertura do processo de impedimento da Presidente Dilma Vana Rousseff, respaldado em dois fundamentos: jurídico e político. As formalidades foram atendidas.

As pedaladas fiscais significam uso ilegal do dinheiro do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES, sem autorização do Parlamento. Isso constitui crime capitulado na Constituição. Provas não faltaram.

Ao lado disso, o povo brasileiro vem acompanhando escândalos intermináveis desde o mensalão. É óbvio que há reação, o povo foi às ruas, houve mobilização gigantesca.

Portanto, este parecer que será votado tem, por um lado, solidez jurídica inabalável, inclusive com respaldo do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal, e também legitimidade política indiscutível.

Aliás, esse Governo provocou uma crise econômica, social e moral. Uma verdadeira tragédia! E eu não tenho dúvida ao afirmar que o Estado mais afetado desta Nação foi o Rio de Janeiro, vide o que está acontecendo na PETROBRAS.



A PETROBRAS não pode pertencer a um partido. A PETROBRAS é dos brasileiros. Vejam V.Exas. o que ocorreu no COMPERJ? Bilhões foram investidos, bilhões foram roubados, e a obra está abandonada.

Quem era a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS quando nesse período se estruturou uma verdadeira máfia que assaltou a PETROBRAS? A Presidente Dilma Rousseff.

E qual é a nossa realidade hoje? Cruel! Desemprego! Sessenta por cento das famílias têm alguém que perdeu o emprego, alguém demitido. Aflição, angústia, drama nos hospitais. Enfim, há uma incapacidade plena de esse Governo governar.

Lamentavelmente, o País é uma espécie de doente terminal, com doenças múltiplas neste instante. São doenças de natureza moral — incompetência, corrupção e crime de responsabilidade. Esse é o diagnóstico! E como remédio nós só temos um caminho: o *impeachment* da Presidente.

O crime não pode compensar! Aliás, a Presidente se coloca numa posição de vítima, típica retórica dos desesperados. Mas o fato é que a verdadeira vítima é a população brasileira.

Mas é possível ter esperança sim. É preciso pensar nas nossas crianças, é preciso pensar num futuro melhor, com luz para iluminar os caminhos, alegria para que a vida valha a pena, horizonte para prosseguir caminhando com fé, para produzir força.

Tal qual Juscelino Kubitschek, eu creio na vitória final e inexorável do Brasil como nação.

Viva o Rio de Janeiro! Viva o Brasil!

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Do Rio de Janeiro ao Ceará,
Deputado José Airton Cirilo.

Eu gostaria de convidar o Deputado Heitor Schuch, do Rio Grande do Sul, para assumir a tribuna a minha esquerda.

Tem a palavra o Deputado José Airton Cirilo, por favor.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, povo brasileiro, venho a esta tribuna como filho desta Pátria, aqui representada por nossa Bandeira. Venho também como filho do Ceará, da minha cidade de Icapuí, de Aracati, Município que sofreu as agruras do abandono, da miséria, um povo sofrido.

Eu digo isso porque fui Prefeito duas vezes da minha cidade quando governavam o Brasil os tucanos, com Fernando Henrique Cardoso. Naquela época não tínhamos vez, não conseguíamos nada, porque quem era do PT era perseguido, discriminado.

É por isso que estou aqui, como filho desta Pátria, para dizer ao povo brasileiro, em especial ao povo cearense, que nós que construímos esta Nação, este País, que lutamos pela liberdade, pela justiça, pelos direitos sociais secularmente negados ao nosso povo, não podemos permitir que aqueles que sempre governaram esta Pátria queiram agora destituir uma Presidenta eleita democraticamente.

É a primeira mulher eleita neste País, uma mulher séria, honesta, guerreira, que sempre lutou pela liberdade e pela justiça do nosso povo, que tem compromisso inarredável com os trabalhadores, com os mais pobres, com os mais humildes, que tem compromisso com a justiça.



Eu, como advogado, como membro da Comissão Mista de Orçamento, não posso aceitar um golpe daqueles que dizem que a Presidente Dilma cometeu crime. Qual foi o crime cometido pela Presidente da República, se nós nem sequer julgamos suas contas?

Em nome da Constituição, da minha família, dos meus filhos, do povo, "não" ao golpe!

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Caio Narcio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Caio Narcio) - Tem a palavra o Deputado Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro, vejo Deputados e Deputadas em festa. Eu venho a esta tribuna com tristeza para falar deste processo de impedimento da Presidente da República no momento em que atravessamos uma das mais agudas crises econômicas, sociais e políticas da nossa história recente.

Exerço o mandato que me foi confiado pelo povo gaúcho, que tenho a responsabilidade de bem representar. Tenho consciência de que meu voto a favor do *impeachment* agradará a muitos e desagrada a outros. Faço aqui o reconhecimento público de que durante o Governo Lula tivemos grandes avanços



sociais e econômicos, em especial para a agricultura familiar, a valorização do salário mínimo, a expansão do acesso à educação, à habitação rural e outros.

Infelizmente, essas conquistas estão se esvaindo. Confesso que tênhó dúvidas de quem vai ganhar esta guerra pelo poder, mas sei quem já perdeu: perdeu o trabalhador, com a perda do emprego e a limitação dos direitos trabalhistas; perderam os hospitais e a saúde; perderam os Municípios, com menos recursos; perderam os agricultores familiares, ao verem a paralisação dos programas sociais; perderam os pescadores, sem seguro-defeso; perderam as famílias, vendo a inflação reduzindo seu orçamento; perderam as empresas, que fecharam as portas; perderam os jovens, sem perspectiva de emprego.

Não há estratégia para o enfrentamento da crise. Além de a Presidente da República ter descumprido a Lei Orçamentária, a dívida pública explodiu. No ano passado estava em 2,79 trilhões de reais. Só em juros, o Governo pagou 500 bilhões de reais, enquanto no Bolsa Família não se aplicaram 6% desse valor. Isso é Governo social?

Sei que o momento é delicado. Estou consciente de que o País não vai amanhecer na segunda-feira num mar de rosas e com todos os seus problemas resolvidos. É hora de união nacional em busca da aplicação da Lei da Transparência, do combate à inflação e à corrupção; é hora de a Lava-Jato prosseguir independente de Governo — e a saída do Presidente Cunha desta Casa —; é hora de pacto nacional, para a retomada do crescimento econômico, da justiça tributária, da reforma política e da valorização do trabalho e da produção.



Neste momento histórico, o que sabemos fazer já não é suficiente. Precisamos encontrar outra forma de fazer melhor para a vida dos brasileiros. Nós do PSB não vamos desistir do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caio Narcio) - Antes de passar a palavra ao Deputado Rubens Otoni, quero chamar, para se posicionar na tribuna, o Deputado Giuseppe Vecchi.

Concedo a palavra, então, ao Deputado Rubens Otoni, do PT de Goiás.

O SR. RUBENS OTONI (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputadas e Deputados, em 2014 a Oposição perdeu a eleição para a Presidência da República. Até aí estava tudo bem. O problema é que, além de a Oposição perder a eleição para a Presidência da República, também perdeu a paciência de disputar a eleição. Ao perder a paciência de disputar a eleição, partiu para um “tudo ou nada”, para um “quanto pior, melhor”, uma atuação irresponsável, que prejudica e sacrifica o País. E tenta, assim, justificar o golpe.

Talvez não seja por acaso que desde ontem — e acompanho com muita atenção — tantos e tantos Deputados da Oposição falaram aqui várias vezes no golpe. É claro, porque o golpe incomoda, e eles percebem o que está acontecendo. E quando se fala em golpe, não é apenas o golpe porque há pedido de *impeachment* sem crime de responsabilidade, é o golpe da enganação, é o golpe da segunda intenção.

É claro que a Oposição não vai sair à rua e dizer: “Olha, nós estamos partindo para essa tática, essa maneira de trabalhar. É porque nós perdemos a eleição em 2002, perdemos a eleição em 2006, perdemos a eleição em 2010, perdemos a



eleição em 2014. E agora não temos paciência de esperar mais 4 anos, de esperar 2018, até porque, se nós perdemos a eleição para a Dilma, em 2018 nós vamos enfrentar o Lula". É claro que, se a Oposição fosse à rua falar isso, não ganharia o apoio de ninguém.

É aí que chega a enganação. É muito mais fácil chegar com esta conversa mole: "Estamos trabalhando contra a corrupção, em defesa da moralidade". É claro! Quem é contra combater a corrupção? Ninguém é contra. Agora, essa é a justificativa para poder chegar ao grande objetivo. Será que, se fosse verdade da Oposição o combate à corrupção, a defesa da moralidade, ela estaria sendo coordenada por Eduardo Cunha? A população já percebe isso, até porque isso já é recorrente na nossa história.

Em 1964 o golpe foi da mesma maneira. Ninguém chegou e disse: "Olha, nós vamos dar um golpe e depois vocês vão ficar 21 anos sem eleger Presidente da República, sem eleger Governador, Prefeito de capital. Nós vamos prender, vamos torturar". Não, era a defesa da legalidade e da democracia, mas por trás havia outra intenção.

É por isso que nós estamos aqui na defesa da democracia e para dizer um "não" ao golpe. O nosso voto é um voto consciente, na defesa da democracia e contra o golpe.

O SR. PRESIDENTE (Caio Narcio) - Antes de passar a palavra ao Deputado Giuseppe Vecchi, quero chamar o Deputado José Mentor, do PT de São Paulo, para se posicionar aqui na tribuna. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Patrus Ananias. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Adail Carneiro. (Pausa.)



Peço ao Deputado Pompeo de Mattos que se posicione na tribuna. Com a palavra o Deputado Giusepe Vecchi, do PSDB de Goiás.

O SR. GIUSEPPE VECCHI (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, conterrâneos de Goiás, amigos e amigas de Goiânia, sou a favor do *impeachment* pelo conjunto de falhas cometidas pelo Governo da Presidente Dilma.

Elá frustrou o Brasil pela sua desastrosa incapacidade de governar e é responsável pela maioria dos males que o País hoje vive. É uma trapalhada atrás da outra. Por isso, nós temos que dar um basta à improvisação, à falta de planejamento, ao fisiologismo, à corrupção, às pedaladas fiscais e à má gestão! A Presidente Dilma é economista, mas arruinou a nossa economia. Está chegando o momento de dar um basta a isso. Chega de desgoverno!

Voto “sim” para devolver ao cidadão a capacidade de sonhar.

Voto “sim” por uma agenda propositiva, que retome o desenvolvimento do Brasil, estimulando a produção, gerando riquezas e trabalhos, dinamizando a economia e dando dignidade às pessoas.

Voto “sim” pela coragem de se fazer as reformas estruturantes, tão indispensáveis ao nosso desenvolvimento: reforma previdenciária, reforma tributária, reforma trabalhista, reforma política, reforma da administração pública.

Voto “sim” por um novo pacto federativo, que devolva aos Municípios a capacidade de governar.

E voto também pela ética e pela transparência na administração pública.

Quero, certamente, votar “sim” na esperança de termos um governo de transição que possa reconstruir a confiança e nos conduzir ao bem-estar social.



Por isso, neste domingo nós daremos um basta a esse Governo e daremos um "sim" ao Brasil votando "sim" ao *impeachment*!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caio Narcio) - Antes de passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, quero convidar para já se posicionar na tribuna o Deputado Sérgio Vidigal, do PDT do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Brasil vive um dilema e um grande drama na votação do *impeachment* da Presidente Dilma. O PT, por certo, também vive uma grande crise existencial: ganhou com a Esquerda e com os humildes e acabou governando com a Direita, com o capital e com os bancos. Nunca antes na história deste País os bancos ganharam tanto. Ganham com o juro do juro, da mãe do juro, do pai do juro, do avô do juro, do juro e do juro!

O PT fez coligação com o PMDB do Temer, do Eduardo Cunha, e acordou com o PP.

Agora esses mesmos com quem o PT se coligou são os que o estão derrubando ou tentando derrubar. Mas eles estavam todos juntos. E não fui eu nem o PDT que fizemos essa junção. Juntaram-se para ganhar e se juntaram para governar. Aliás, entregaram o Governo para a Presidente Dilma. Mas um grande grupo de um e de outro avançou na PETROBRAS. Está aí o Eduardo Cunha sendo denunciado e descaradamente presidindo esta Casa; está aí o Michel Temer tentando fazer o movimento dele para se apoderar do Governo. É lamentável.



Aí veio a crise, por conta da Lava-Jato. Brigam uns com os outros, como gato e cachorro. Mas estavam todos eles juntos. Eu diria: *"Eles se merecem!"* Hoje se acusam mutuamente. Cada um é o que o outro diz. Estavam todos juntos na mesma caminhada — o amor é lindo! Só que quando falta feijão o amor se manda pela janela. Essa é a verdade mais dura.

Eu lamento tudo isso. Eu queria votar a favor do *impeachment*, mas, na verdade, o meu partido decidiu votar contra o *impeachment*, pela sua Executiva Nacional, pelo seu Diretório Nacional, pela maioria. E, nessa maioria da minha bancada — eu já fui Vereador, Prefeito, Deputado Estadual por duas vezes, Deputado Federal por quatro vezes, do PDT —, vou cumprir a decisão do partido. Sou o Presidente Estadual do PDT do Rio Grande do Sul. Não vou desonrá-lo.

Eu peço desculpas àqueles que não me compreendem, do povo gaúcho, e peço desculpas à minha família. Mas eu tenho postura, eu tenho posição e a minha decisão é partidária, sim, senhor. E é desse jeito que eu vou votar.

Por mim seria assim, Sr. Presidente: nem Dilma, nem Michel Temer, nem *chikungunya*, nem “chikunCunha”. Nós queremos eleições livres, eleições democráticas, eleições limpas para salvar o nosso País, para pacificar o nosso povo. Esse é o meu desejo. É isso o que eu penso e é isso o que eu quero. O PDT está de mãos limpas!

O Sr. Caio Narcio, nos termos do § 2º do art. 18 do *Regimento Interno*, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Já está na tribuna da esquerda o Deputado Sérgio Vidigal.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Aliel Machado. (Pausa.)

Não há mais oradores contrários ao pedido de *impeachment*. Depois nós continuaremos com a sequência dos inscritos.

Com a palavra o Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. SÉRGIO VIDIGAL (PDT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos estão assistindo pela TV Câmara, bom dia.

Sr. Presidente, talvez eu seja um dos únicos a subir deste lado da tribuna enlutado, com muita tristeza, para falar a favor da admissibilidade do *impeachment*. Eu não estou aqui falando a favor porque o meu partido foi derrotado, porque o meu candidato foi derrotado, até porque, desde 1989, quando o meu grande líder Brizola perdeu a eleição no primeiro turno, eu tenho votado sistematicamente no PT.

Então, eu me sinto parte desse processo e sinto que tenho autoridade aqui nesta manhã para dizer: apoiei o PT em todas as eleições.

Em 2002 o PDT decidiu apoiar Ciro Gomes, do PPS. E aí eu quero parabenizar o grande democrata Leonel Brizola, que me autorizou a apoiar o Lula para Presidente da República porque nós entendíamos que o nosso leque de aliança era mais para os partidos de centro-esquerda. Isso quer dizer, ideologicamente, que era partido de centro-esquerda, mas nós não podemos concordar com a prática que foi instalada neste País.

Por essa razão, Sr. Presidente, ao vir aqui me posicionar, estou lembrando que o PT, que tem homens e mulheres de bem, como também tem o PMDB, fez



alianças que não estavam na história do nosso partido de centro-esquerda e hoje reclama do Michel Temer, do Eduardo Cunha, do Renan Calheiros. Foi o PT que alimentou esses homens neste País.

Estou aqui não simplesmente para votar a favor do *impeachment* da Presidente Dilma, mas também votarei a favor da saída do Michel Temer, do Eduardo Cunha, se necessário for. E, tenho certeza, será uma faxina geral se tirarmos o Renan Calheiros. Eu defendo eleições gerais no Brasil.

O meu partido, recentemente, decidiu que vai expulsar aqueles que porventura votarem contra a decisão do partido. É um partido que eu respeito e pelo qual tenho o maior carinho. Estou no partido há 28 anos, todos os meus mandatos foram pelo PDT. E quero parabenizar o Presidente do partido, por quem tenho muito respeito, porque, mesmo o PDT estando na base, nunca esteve envolvido nessa sequência de escândalos de corrupção: mensalão, petrolão.

Por essa razão, Sr. Presidente, estou pedindo desculpas ao partido que eu escolhi, ao partido pelo qual tenho respeito, carinho, admiração, porque neste momento vou ficar ao lado do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, nós temos a seguinte situação: como, logicamente, os Deputados que usariam a tribuna da minha direita já encerram a lista, nós vamos chamá-los, para ganhar tempo. Um Deputado pode ocupar a tribuna da esquerda e outro Deputado, a tribuna da direita. Vamos fazer isso?

O Deputado Vitor Lippi já está na tribuna da esquerda e o Deputado Osmar Terra já está na tribuna da direita.



Logo em seguida falarão os Deputados Carlos Marun e Darcísio Perondi, o qual falará da tribuna da direita.

Com a palavra o Deputado Vitor Lippi, do PSDB de São Paulo.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, em especial o povo de São Paulo e da região de Sorocaba, a quem tenho o grande orgulho em representar nesta Casa, estamos vivendo um dos momentos mais difíceis do nosso País.

Temos um Governo atolado na corrupção, na mentira, na incompetência, na irresponsabilidade com as contas públicas. Um Governo que ficará marcado pela pior gestão de todos os tempos.

Já são mais de 10 milhões de desempregados e teremos ainda mais 2 milhões de novos desempregados neste ano, Sr. Presidente. A cada manhã mais 5 mil pessoas perdem seus empregos. E a crise econômica já fechou 100 mil lojas. Temos 60 milhões de inadimplentes, famílias que não conseguem mais pagar as suas contas, porque a inflação e o desemprego empobrecem o povo brasileiro.

O Sistema Único de Saúde passa pela sua mais grave crise por falta de recursos do Governo Federal. No Governo do PT, centenas de hospitais já fecharam as suas portas e a maioria dos que ainda estão de portas abertas está em péssimas condições. Isso é um crime contra a saúde e contra a vida da população!

Esse Governo inconsequente quebrou o País, os Governos Estaduais, as Prefeituras, que não conseguem mais manter os seus serviços; também quebrou milhares e milhares de empresas e indústrias, agravando ainda mais a situação do País.



O déficit previsto nas contas públicas deste ano é de 100 bilhões de reais. A PETROBRAS deve 500 bilhões. A compra de Pasadena foi criminosa. E houve inúmeros outros crimes, como as fraudes do INCRA, o incentivo às invasões ilegais a propriedades rurais, o aparelhamento político dos sindicatos, muitos dirigidos por quadrilhas neste País.

Além disso, temos ainda as fraudes nos Correios, o superfaturamento e a corrupção nas obras dos estádios da Copa, na COMPERJ, nas Refinarias Abreu e Lima, Premium I, Premium II, os desvios na usina de Belo Monte e muitas outras.

Por isso, precisamos mudar esse Governo. Toda essa desonestade, essa corrupção institucionalizada quebrou o Brasil. Esses crimes são de responsabilidade da Presidente Dilma, que não é ingênuo — e que sabia muito bem —, que manteve o esquema de corrupção do ex-Presidente Lula. Além de conivente, foi beneficiária desse esquema de corrupção, pois grande parte da propina foi para suas campanhas.

Por isso, eu voto pelo *impeachment* da Presidente Dilma!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos ouvir o Deputado Darcísio Perondi. Logo em seguida, nós vamos chamar o Deputado João Paulo Kleinübing, do PSD de Santa Catarina, o Deputado Moses Rodrigues, do Ceará, e o Deputado Laercio Oliveira, de Sergipe.

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Brasileiros e brasileiras do meu Rio Grande do Sul e de todo o País que nos acompanham neste momento dramático da história da Pátria, o *impeachment* significará muitíssimo mais que uma simples mudança de nomes na cúpula do



Poder Executivo, muitíssimo mais que o afastamento do poder do Governo mais incompetente, corrupto e mentiroso que tivemos em mais de um século da República.

O *impeachment* vai possibilitar que, sob a direção do Presidente Michel Temer, o Governo de salvação nacional, apto a reunir maiores talentos da vida pública e do setor privado, os melhores quadros dirigentes da Nação, tente cumprir os mais cruciais objetivos nacionais, a saber: vencer a crise política, econômica e ética que assola e paralisa o País, inibe os investimentos, destrói os empregos, empurra a classe média de volta para a pobreza e devolve aos pobres a situação de miséria; retomar o desenvolvimento do País com o retorno aos fundamentos saudáveis do Plano Real e a promoção dos ajustes vitais para o reequilíbrio das contas públicas, sem os quais o Estado continuará esmagando a sociedade; garantir a rede de proteção social para as famílias mais necessitadas.

Sr. Presidente, Michel Temer, com sua longa e vitoriosa experiência na vida pública brasileira, com sua tolerância respeitosa para com aqueles que não pensam como ele, com sua maturidade, seu alto controle emocional, está pronto e preparado para presidir o País nesta hora dramática, está pronto para conduzir o barco Brasil para longe das tempestades da era Lula-Dilma-PT, rumo ao porto de um futuro de paz, prosperidade e reconciliação. Ele vai devolver o País a seu único dono legítimo, o povo brasileiro. Vai governar com a cabeça e com o coração. Nunca com o fígado, como faz a trêfega e desequilibrada Sra. Dilma Rousseff.

Michel Temer vai dirigir o Brasil com equilíbrio, com respeito à dignidade constitucional dos três Poderes. Vai liderá-lo em nome do interesse maior da coletividade, não de um partido, não de uma facção ou de uma seita ideológica,



muito menos de uma quadrilha de sacadores que devastaram o Tesouro Nacional sob a égide do Governo petista.

Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Moses Rodrigues, do Ceará. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus irmãos brasileiros, meus irmãos cearenses, meus irmãos sobralenses, estou aqui representando o meu Estado, o Ceará. O clamor das ruas do Ceará vem dos milhares de cearenses que estão nas filas de espera dos hospitais públicos, dos trabalhadores que perderam seus empregos nos últimos anos, das famílias que foram destruídas pela falta de segurança.

Senhoras e senhores, represento aqui milhões de pessoas que foram às ruas porque não perderam a esperança em ver dias melhores. O País vive uma de suas piores crises econômica, política e ética. Afundaram o País em uma onda de corrupção.

Nobres Deputados, libertemos o povo brasileiro da gestão petista!

No meu Estado, as pessoas acreditaram na construção de uma refinaria que iria gerar milhares de empregos. Acreditaram que a saúde iria melhorar e que as filas de espera por cirurgias iriam diminuir. Nada disso aconteceu. Dois grandes hospitais foram construídos: um em Sobral, outro em Quixeramobim, no Sertão central. O primeiro funciona com somente 20% de sua capacidade; o segundo completou 1 ano sem sequer funcionar.



As promessas infundadas não foram apenas no campo do desenvolvimento ou da saúde. Fortaleza foi considerada a cidade mais violenta do País. Sabem quem é o responsável pelos elevados índices de criminalidade? O Governo aqui instalado que apoia os coronéis achacadores do Ceará. É o Governo de falsas aparências, corroído pela corrupção e mantido pela farsa: maquiou as contas públicas, escondeu o rombo de bilhões de reais desviados e não conseguiu pagar a conta dos programas sociais. Por isso precisaram fazer empréstimos em bancos públicos que resultaram em juros bilionários. Além disso, a Presidente também emitiu créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional. Foram dois crimes graves que ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhoras e senhores, quero lembrá-los de que a população sente na pele as consequências da corrupção. Sente através do desemprego e da violência, da alta da cesta básica, das contas de energia elétrica e do preço do combustível, através da obstrução dos serviços públicos. Isso, sim, é golpe. O que não é golpe, senhores, é este processo constitucional de *impeachment*.

Avança Brasil! *Impeachment já!* (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio, pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Amigos e amigas, brasileiros e brasileiras que nos ouvem de suas casas, de seus bairros, de seus Estados, hoje não é um dia feliz para o Brasil. Hoje é o dia em que votaremos o impedimento da Presidente da República. Mesmo integrando partido de oposição ao Governo, reconheço que depor um Presidente não é um momento feliz para o País — e requer serenidade e responsabilidade.



Do ponto de vista jurídico, acho que não há mais o que discutir, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, garantiu que o processo é legítimo, constitucional. Portanto, eu quero convidá-los para uma discussão do ponto de vista ético e moral. Desse ponto de vista, meus amigos, nós temos um encontro a fazer com a história.

Que Brasil nós vamos construir a partir da realidade que estamos vivendo hoje? Infelizmente, o Partido dos Trabalhadores — e não só ele, mas grande parte da classe política — se perdeu nos últimos tempos: o Partido dos Trabalhadores nasceu e foi fundado sob grandes bandeiras, bandeiras que ele mesmo traiu.

Eu tenho grandes amigos no Partido dos Trabalhadores, pessoas decentes que têm andado de cabeça baixa por terem visto suas bandeiras jogadas fora, queimadas. Hoje, o Partido dos Trabalhadores representa tudo aquilo que ele passou a vida inteira lutando para destruir — nossa realidade foi tomada pela corrupção desenfreada.

Meus amigos, cabe a nós a responsabilidade de reconstruir esta Nação. E, para fazer isso, devemos ter a grandeza e a humildade de reconhecer os erros. As pessoas que estão em casa esperam dos líderes que dialoguem, que conversem, que nos liderem. Se aqui não estimularmos a parceria, se, ao contrário, estimulamos o ódio, como haveremos de unir o Brasil?

Venho aqui com a bandeira do País para dizer que, mesmo tendo bandeiras partidárias diferentes, bandeiras éticas diferentes, esta é a bandeira que une todos nós.

Viva o Brasil! Vivam os homens de bem!

Impeachment já em favor do País!



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Irmão Lazaro. Depois, já na tribuna da esquerda, falará a Deputada Geovania de Sá.

O SR. IRMÃO LAZARO (Bloco/PSC-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, eu venho aqui, nesta madrugada, para fazer a defesa da nossa Pátria, reconhecida mundialmente por suas inúmeras riquezas naturais e culturais, e também para deixar claro a minha indignação com a presente situação política do País.

É certo que represento uma extensa faixa da população do meu Estado, a minha querida Bahia, como também milhões de brasileiros que acreditam em uma mudança política plena que atenda aos nossos anseios de igualdade social, associada à boa condução governamental, longe de escândalos e assaltos bilionários aos cofres público do País.

Tenho recebido incansáveis apelos em todas as redes sociais de que faço parte e que compreendem cerca de 9 milhões de brasileiros dignos, iluminados pela boa fé, cansados dos tantos desastres políticos promovidos pelo atual Governo.

Não queremos que o Brasil siga em constante decadência, como se fosse um caminhão sem freio, desgovernado, derrapando ladeira a baixo, levando em sua caçamba pedaladas fiscais, crimes de responsabilidades, rombos na PETROBRAS, no BNDES e em tantas outras empresas.

O cenário econômico do Brasil está totalmente destruído. Indústrias prósperas que agora infelizmente pedem falência acarretam um nocivo índice de desemprego. Também as pequenas empresas foram engolidas pela crise. Observemos os centros comerciais do País, onde se veem inúmeras placas de "aluga-se". Isso retrata a economia que, infelizmente, este Governo está nos impondo.



Diante do fracasso das contas públicas e da tentativa de esconder o rombo existente, configurou-se o instituto da fraude, que, por sua vez, serviu para compor a materialidade do crime de responsabilidade fiscal, hoje patente, que nos autoriza a promover o presente processo de *impeachment*.

Pelo fato de estar sendo chamado de golpista o tempo inteiro, quero mandar um recado para a bancada da mentira. Nós temos aqui, por exemplo, a bancada evangélica, a bancada católica, a bancada da agropecuária, e eu quero mandar um recado para a bancada da mentira: deixe de mentir, Pinóquio, porque o diabo é o pai da mentira. Pare com essa política de acusação, porque isso não vai levar o Brasil a nenhum lugar que preste.

Que Deus abençoe a todos e que a justiça de Deus se cumpra neste plenário!

Que a vontade de Deus se cumpra na vida de cada um de nós!

Deus nos abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Sras. e Srs. Deputados, há sete Deputados inscritos. Vou ler o nome deles: Deputada Geovania de Sá, Deputado Rôney Nemer, Deputado Fábio Ramalho, Deputado Hildo Rocha, Deputado Marcelo Belinati, Deputado Zé Silva e Deputado Gilberto Nascimento.

Portanto, eu não vou mais fazer a leitura dos nomes que constam nesta lista. Logicamente, observarei se estão no plenário e darei a palavra a esses Deputados.

Chegou aqui também o Deputado Rafael Motta.

Vamos passar a palavra à Deputada de Santa Catarina Geovania de Sá, e, logo depois, ao Deputado Rôney Nemer, já aqui na tribuna à minha direita.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar os meus amigos de



Criciúma, que ainda a esta hora estão acompanhando a TV Câmara, todos os catarinenses e cada cidadão brasileiro que nos acompanha.

Antes de começar minha fala, eu gostaria de parabenizar toda a equipe da TV Câmara pela cobertura que fez durante as duas sessões nesta Casa, no que diz respeito ao *impeachment* da Presidente Dilma. Nós estamos a algumas horas de fazer uma votação histórica neste plenário.

Quando eu me elegi Deputada, eu não imaginava que passaria por este momento, um momento difícil, mas que ficará gravado na memória de cada cidadão brasileiro, de cada cidadã brasileira.

O PT, seus Deputados, o Governo tem nos acusado de golpistas. Mas que coragem! Golpe quem deu no povo brasileiro foram eles! E os indicadores nos mostram isso, quando mais de 10 milhões de brasileiros perderam o seu emprego, perderam o poder de compra.

Deputado Caio Nuncio, por hora, quase 284 brasileiros perdem seus empregos. A saúde está um caos. Os programas e a educação no nosso País estão diminuindo cada vez mais, quando não acabam.

E mais: a Presidente da República fez uma campanha eleitoral mentirosa, mentiu aos brasileiros e afirmou que seu opositor praticaria essas atitudes. No entanto, foi ela quem as praticou. Mais do que isso, afirma que não é constitucional.

É constitucional sim, Sra. Presidente, é legal, é legítimo. Isso, sim, é democracia. E eu quero dizer à Sra. Presidente — eu sou mulher e posso pedir isso a ela — que faltam algumas horas para realizarmos a votação.

V.Exa. tem algumas horas para praticar o maior ato da sua presidência enquanto Presidente deste País: renunciar. Este será, sim, um ato de grandeza. E



eu tenho certeza de que o cidadão brasileiro ficará muito feliz com o seu gesto, Sra. Presidente.

Cada vez mais nós estamos vendo nosso País cair no abismo. São quase 100 bilhões de reais de déficit primário. É uma vergonha o que está acontecendo! Agora, eu quero dizer que, quando o povo se levanta, os maus caem. Eu não tenho dúvida de que daqui a algumas horas teremos o *impeachment* da Presidente da República!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Depois da Deputada Geovania de Sá, de Santa Catarina, concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer, do Distrito Federal.

Vamos observar que já há um Deputado na tribuna, e, à esquerda, eu vou convidar o Deputado Rafael Motta, do Rio Grande do Norte.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu estou aqui nesta tribuna tomado de emoção e de tristeza. De emoção porque, na época do *impeachment* do então Presidente Collor, eu era estudante de Arquitetura da UnB e complementava o dinheiro para pagar os meus estudos vendendo água, refrigerante e cerveja. Assim o fiz, aqui, no *impeachment* do Collor, do lado de fora dos gramados, e vou poder estar aqui amanhã tomado essa decisão enquanto Deputado representante do Distrito Federal.

E de tristeza porque, na campanha de 2014 de então candidato pelo PMDB do Distrito Federal, numa aliança com o Partido dos Trabalhadores, eu percorri as 34 Regiões Administrativas, pedindo voto para a Dilma e para Michel Temer.



Tive muita dificuldade com isso. Tive desgaste político, problemas na família, porque muitas pessoas não aceitavam. Eu dizia: “Se você não quer votar no PT, se você não quer votar na Dilma, vote em Michel Temer, vote no PMDB.”

Então eu fiz esse trabalho durante toda a eleição, no primeiro turno. No segundo turno, Deputada Moema Gramacho, mais forte ainda, porque aqui, no DF, o Partido dos Trabalhadores fechou o comitê no segundo turno, e o Comitê do PMDB ficou aberto. E nós continuamos em campanha pela chapa Dilma e Michel Temer. Dissemos para as pessoas que todo aquele incremento, o aumento de recursos e de pessoas beneficiadas pelos programas sociais seria cada vez maior.

As pessoas poderiam ter acesso ao PROUNI, aos programas assistenciais que o Governo tinha. Mas logo depois que ganhamos a eleição, no final de 2014, durante o ano de 2015, vimos esses sonhos ruindo. Começamos a descobrir que o dinheiro dito do Governo era o dinheiro de bancos, bancos públicos, e isso foi se complicando muito. Nós vimos a economia falir, nós vimos a economia se dissolver, ruir, o desemprego bater à porta da casa das pessoas.

Por isso, agora, eu amanhã votarei pelo *impeachment*, pelo impedimento da Presidente Dilma, acreditando que um novo Governo possa retomar o crescimento, oferecer empregos, valorizar as famílias. Este País merece respeito, com certeza será vitorioso, e nós conseguiremos sair desta crise.

Amanhã votarei pelo impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O Deputado Rafael Motta já está na tribuna da esquerda. Nós vamos convidar o Deputado Fábio Ramalho para, por favor, ocupar a tribuna da direita.



Deputado Rafael Motta, do nosso querido Rio Grande do Norte, V.Exa. está com a palavra.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero reafirmar que não há alegria alguma da minha parte em estar aqui hoje vivendo este momento. Quando me elegi o Deputado Federal mais novo do Rio Grande do Norte, eu ansiava por encontrar aqui um terreno fértil para plantar sementes que renderiam frutos ao meu Estado. Mas, na verdade, encontrei uma instabilidade econômica e política capaz de decapitar sonhos Brasil afora, inclusive o meu, de poder fazer mais pelo Rio Grande do Norte. Felizmente, podemos recorrer à sabedoria de homens como o meu conterrâneo Luís da Câmara Cascudo, que sabiamente disse: “*O Brasil não tem problemas, só soluções adiadas*”.

Falo aqui de pessoas como José Jonas Cavalcante, um anônimo para muitos, mas a figura central da sua família. Ele é professor em Natal, a minha cidade. A crise fez a escola cortar custos, e hoje José está desempregado. Esse é apenas um entre os quase 10 milhões de brasileiros que desde 2012 amargam a mesma realidade. Eu prometi defender a educação e as oportunidades. Por isso, eu não posso fingir que está tudo bem.

Tanto em Natal quanto no interior, problemas na saúde e estruturais são recorrentes. Porém, quantas e quantas emendas foram contingenciadas, fazendo desaparecer ações prestes a serem realizadas?

Enquanto eu falo aqui, Sr. Presidente, há pessoas de bem em busca de serviços médicos no Seridó, e essa busca é frustrada. Eu não posso dizer aos meus conterrâneos que esperem.



A Presidência da República afirmou que o Brasil estava firme para resistir a abalos externos. Então, tomando essa frase como verdade, podemos concluir que o que vivemos hoje é resultado de uma sucessão de erros pagos pela população. Para maquiar os números, recorreu-se às pedaladas, um crime de responsabilidade passível de enfrentamento deste processo constitucional, que eu e o PSB apoiamos nesta Casa.

Quando eu vejo o placar do *impeachment* a toda hora mudar, reflito se cada um de nós sabe que o seu voto representa proporcionalmente 4 milhões de brasileiros. Quanto valem esses brasileiros? Quanto vale o Estado que cada um representa aqui dentro? Quanto vale a esperança do trabalhador que nos confiou o voto? Quanto vale a expectativa da dona de casa que sobre a sua família depositou sua esperança? Quanto vale o sonho frustrado de um jovem eleitor? Eu sou o jovem eleitor e quero amanhã reavivar o meu sonho: o de fazer mais por Natal, pelo Rio Grande do Norte e pelo Brasil. A frustração de uma nação é o maior peso que um Parlamentar pode carregar em sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu gostaria de convidar para tomar posição na tribuna da esquerda o Deputado Hildo Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Ramalho, que já ocupa a tribuna da direita.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) - Povo de Minas Gerais, especialmente da minha região, o Vale do Mucuri e Jequitinhonha, no sul e centro-oeste de Minas Gerais, eu não queria estar aqui neste momento.

Presidenta Dilma, assuma os erros, peça desculpa, devolva o Brasil aos brasileiros!



O Brasil tem gente que quer fazê-lo dar certo! Vamos virar essa página!

Quero dizer que, neste momento, falar em nome de Minas Gerais seria comparar-me à vanguarda da história brasileira. Minas Gerais é incomparável. Aqui procuro corresponder ao exemplo de tantos mineiros ilustres, os quais homenageio na memória de Milton Campos, Tiradentes, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves.

Sou partes da Independência e da República, e, como filho de Minas Gerais, luto por ambas. Quero um povo livre e independente de esmolas. Quero uma República que impeça o desvio do dinheiro amealhado com o suor do corpo.

Quando reclamamos por escolas, hospitais, segurança, transportes, emprego e apoio a atividades empresariais, queremos apenas que devolvam o nosso dinheiro.

O brasileiro trabalha 5 meses por ano para pagar impostos. Quase metade dos salários ganhos em 1 ano vão para os impostos. O desacato às leis orçamentárias é um crime contra o povo. Por ser o mais grave, o que mais atinge a todos a um só tempo, é um crime de responsabilidade, capaz de tirar do poder o Presidente da República.

Nas três letras do “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma, concentro a esperança de reencontrar nosso caminho de paz, trabalho, progresso e prosperidade. São poucas palavras, um voto. Na simplicidade de meu procedimento, está a vontade de não decepcionar o povo de Minas Gerais.

Eu tenho certeza de que Michel Temer é um homem correto, honrado, e que sabe escutar. Há 29 anos veio a este Parlamento e a todos soube respeitar, com dignidade, todos soube acolher e todos sempre escutou. O Presidente Michel Temer



é um homem de respeito. Ninguém tem direito de falar mal de um homem bom como ele!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência vai dar sequência à lista dos inscritos, tendo em vista que alguns Deputados estão chegando ao plenário, para que não haja qualquer alegação amanhã de que não foram chamados. Nós vamos chamar os inscritos. Se o Deputado não estiver presente, logicamente perderá a vez, ou seja, não será possível chamá-lo novamente.

Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Peninha Mendonça. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Shéridan. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Franklin Lima. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Flaviano Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Felipe Bornier. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Tampinha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Uldurico Junior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Mário Heringer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Eros Biondini. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Motta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Expedito Netto. (Pausa.)



Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Francischini. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Josi Nunes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Remídio Monai. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Abel Mesquita Jr. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Maia Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Ramos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evair de Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi, da Bahia.

O SR. PAULO AZI (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras que nos assistem, hoje me vieram à mente as imagens e as lembranças do dia 15 de março de 2015. Recordo-me de que, naquela noite, conversando com a minha esposa, Íris, e com os meus filhos, Jairo e Larissa, dizia a eles que o Brasil não seria mais o mesmo.

Naquele domingo de março, milhões de brasileiros e brasileiras ocuparam as ruas dos quatro cantos do nosso País para dizer: *“Chega, Presidente! Alto lá, Sra. Presidente da República! Não aceitaremos mais ser enganados! Não toleraremos mais a corrupção! Não conviveremos mais com a mentira!”*

Meses se passaram desde então. A crise se instalou em nosso País. Sim, a Presidente cometeu crime fiscal, com graves consequências para a população brasileira: o Brasil perdeu credibilidade internacional, a economia foi totalmente desorganizada, veio o aumento dos juros, do dólar, o fantasma da inflação voltou a



rondar os brasileiros, o desemprego chegou aos lares, às casas, a cada canto do nosso País. Sim, a Presidente cometeu crime de improbidade administrativa! Sim, a Presidente cometeu crime de obstrução da Justiça do nosso País!

Ao invés da esperança, este Governo trouxe desespero, angústia, indignação. Basta! Chega! É chegada a hora de trazermos de volta a fé no futuro do nosso País, no País dos nossos sonhos, ético, justo e livre!

Adeus, Dilma! Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos continuar chamando os Deputados da lista: Deputado Bonifácio de Andrada, de Minas Gerais; Deputado Carlos Manato, do Espírito Santo; Deputado Átila Lira, do Piauí.

Vamos ouvir o Deputado Hildo Rocha, que já está na tribuna, enquanto esperamos o Deputado Átila Lira, que está adentrando o plenário.

Deputado Hildo Rocha, tem V.Exa. a palavra.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria que voltasse o meu tempo no relógio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Por favor, voltem no relógio o tempo do Deputado.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha, por 3 minutos.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, represento aqui, na Câmara Federal, os sentimentos, a vontade, o desejo do povo maranhense.

O art. 1º da nossa Constituição Federal, no seu parágrafo único, diz:

"Art. 1º



Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Que poder é esse de que trata a nossa Constituição? É o poder político. É o poder das decisões da sociedade brasileira.

Aqui, nós somos os legítimos representantes do povo brasileiro. Aqui, nenhum de nós, nenhum dos 513 Deputados é dono do seu mandato. Cada um representa uma parte da população do nosso País.

Eu aqui represento o povo do meu Estado, o povo maranhense. Assim entendendo, para tomar a decisão com relação ao *impeachment* da Presidente Dilma, eu fiz uma consulta à minha base política. Consultei os meus eleitores, direta e indiretamente, através de uma consulta popular na Internet que contou com a participação de mais de 50 mil pessoas, e a maioria da população que participou dessa pesquisa disse que eu deveria votar a favor da admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma.

E assim farei amanhã — aliás, hoje, porque já são 3h25min do domingo, dia 17. A partir das 14 horas, estarei aqui para dizer "sim" ao *impeachment* da Presidente Dilma, ouvindo o povo que me colocou aqui, porque nenhum de nós é dono do seu mandato, temos que consultar aqueles que nos elegeram. Isso o Deputado Hildo Rocha fez, consultou o povo que o elegeu. Aqui represento o povo e assim votarei, em nome do povo do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Chamamos a Deputada Raquel Muniz, de Minas Gerais. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Elizeu Dionizio, do Mato Grosso do Sul. (Pausa.)



Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba, de Pernambuco. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes, do Piauí. (Pausa.)

Deputado Marcelo Belinati, do Paraná, tem V.Exa. a palavra, depois de quase 40 horas de sessão, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. MARCELO BELINATI (Bloco/PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, inicialmente eu quero cumprimentar todos. São quase 4 horas da manhã.

Quero deixar claro que hoje estarei votando a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Mas quero fazer uma ponderação a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes e a todo o Brasil.

Sr. Presidente, quando V.Exa. vai comer uma fruta, se a pontinha da fruta está bichada, o que V.Exa. faz? Corta e joga fora a ponta da fruta e come o restante. Agora, quando a fruta está quase toda bichada, não há alternativa: V.Exa. tem que jogar a fruta fora. É assim que eu vejo a política brasileira no presente momento: está quase toda bichada. É esta a realidade que estamos vendo no nosso País.

Por isso, eu entendo que a Presidente Dilma, o Vice-Presidente Michel Temer, o Deputado Eduardo Cunha e o Senador Renan Calheiros deveriam ter um gesto de grandeza e deixar o lugar onde estão, para que se convocassem eleições gerais e pessoas novas assumissem o poder no nosso País. Não digo pessoas novas no sentido da idade, mas, sim, com novas posturas, práticas, maneira de agir e de pensar.

A população brasileira não aguenta mais. A classe política tem que entender que o Brasil mudou. As pessoas acompanham de perto como atua cada agente político no País. E a população só quer uma coisa, Sr. Presidente: que o seu agente



político aja com seriedade, com honestidade, com retidão de caráter e, acima de tudo, com respeito.

Eu não fui eleito para defender governo. Não fui eleito para defender oposição. Eu fui eleito para defender o que está na minha consciência, as minhas convicções. Acima de tudo, eu fui eleito para defender os legítimos interesses da população de Londrina, do Paraná e do Brasil.

Graças a Deus, eu tenho a minha profissão de médico e não preciso e nem estou na vida pública para ter um emprego. Mas, meus irmãos e minhas irmãs que estão nos assistindo, tenham a certeza de que, para mim, é uma grande honra e um grande orgulho estar aqui representando a população brasileira. Tenham a certeza de que bem representar a população brasileira é o que eu estou e vou continuar fazendo.

Que Deus nos abençoe e nos guie no dia de hoje!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Depois do Deputado Marcelo Belinati, do Paraná, concedo a palavra ao Deputado Victor Mendes, do Maranhão.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro, do Pará. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cesar Souza, de Santa Catarina. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Valle, do Rio de Janeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Andre Moura, de Sergipe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Zé Silva, de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.



Dentro de alguns minutos, estaremos encerrando a presente sessão. Serei o último orador inscrito a falar. Voltaremos às 14 horas, se Deus quiser.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero dizer aos mineiros e mineiras e ao povo brasileiro que me sinto muito honrado pela oportunidade de participar deste momento histórico da vida democrática brasileira. Mas, ao mesmo tempo, quero manifestar dois sentimentos que tomam conta de mim.

O primeiro sentimento que tenho é a tristeza. Eu queria estar aprovando proposições, aprovando leis, talvez uma nova Carta Magna que fosse mais democrática e garantisse um país mais justo e igualitário. Mas não é isso o que acontece. Estamos aqui neste momento, já na madrugada de domingo deste dia histórico do Brasil, para tratar do impedimento da maior autoridade desta Nação.

Fico triste com a inflação, com os juros altos, com o desemprego que assola todos os brasileiros e, principalmente, com o maior escândalo de corrupção deste País, a Operação Lava-Jato, que já prendeu muitas autoridades e empresários.

Mas também tenho um sentimento de alegria e de liberdade, que trago desde as ruas, quando estava na campanha das Diretas Já. Conforme dizia Tancredo Neves: *“O outro nome de Minas é Liberdade”*.

Gostaria de dizer também que a política é boa e depende de quem a faz, principalmente a política com parâmetros e princípios morais e éticos, que muda a vida das pessoas.

A história vai julgar todos nós, principalmente os bons resultados do Partido dos Trabalhadores. Mas esses bons resultados não autorizam a corrupção, a



omissão e o crime que a Presidente cometeu em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, com desrespeito ao nosso Parlamento.

As pessoas denunciadas têm que ser investigadas e punidas. No futuro, nós teremos duas opções: viver o que os outros queriam para nós ou criar um futuro melhor para o nosso Brasil. E esse futuro está baseado na minha história — vim do meio rural, sou filho de agricultores e extensionista rural —, uma história baseada em princípios, a história dos grotões de Minas do Brasil, por onde pude caminhar com os agricultores e os extensionistas.

Assim, com todo o respeito, mas também não abrindo mão da responsabilidade para com os mais de 110 mil mineiros e mineiras que me delegaram para estar aqui, eu não vou faltar ao meu País, eu não vou faltar a nenhum dos meus eleitores, aos agricultores, agricultoras e, especialmente, aos jovens.

Hoje, mais tarde, votarei “sim” ao processo de *impeachment*.

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Moses Rodrigues, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Moses Rodrigues) - Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento, de São Paulo.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são 3h35min. Esta Câmara dos Deputados viveu, nesses últimos dias, momentos de grande tensão. Quando um lado falava e,



depois, falava o outro lado, para uns era vitória naquele momento, para outros, era derrota.

Nós não estamos numa sessão feliz, Deputado Caio Narcio. Nós estamos numa sessão em que não gostaríamos de estar. Gostaríamos de estar, sim, falando em desenvolvimento do Brasil, em criação de empregos, em desenvolvimento econômico. Gostaríamos de estar aqui elogiando um país com taxas de juros muito baixas, taxa de desemprego quase zero e política econômica um pouco mais equilibrada. Mas o que estamos vendo hoje é um país que vive uma série de dificuldades.

O Brasil vive com dificuldades: enfrenta crise econômica e desemprego, vive uma divisão de grupos sociais e uma crise institucional. Os Poderes estão com muita dificuldade de relacionamento, seja no âmbito do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.

Nós vivemos um momento em que o Brasil está se dividindo. O Brasil se dividiu entre ricos e pobres, entre pretos e brancos. E, nessa divisão muito grande, as pessoas demonstram hoje um alto índice de agressividade. O que levou o País a isso?

É claro que nós precisamos de uma grande união nacional, de uma união que possamos construir, de uma união em que o País volte a crescer. O Brasil vive as suas dificuldades, mas precisa crescer e se desenvolver.

Eu tenho sentido isso nas ruas, eu tenho sentido isso no meu segmento, eu tenho sentido isso no meu Estado. Em cada lugar por onde ando, as pessoas dizem: *“Nós precisamos dar um basta nisso!”*



E é exatamente na expectativa de termos uma sociedade um pouco mais equilibrada, de termos um momento melhor, que amanhã eu vou votar "sim" ao *impeachment*. Deixo aqui registrado o meu voto.

Desde o início, desde o primeiro momento, nós víamos as dificuldades em se administrar o País como ele está, com esse desarranjo econômico, com esse desemprego.

Portanto, eu vou votar "sim" amanhã.

O Sr. Moses Rodrigues, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Estamos aqui construindo uma história, vivendo uma história. Realizamos uma sessão com mais de 42 horas de duração, uma sessão em que muito se discutiu, uma sessão histórica para cada um de nós que estamos aqui, nesta madrugada.

Deixo o meu agradecimento aos funcionários da Casa, a esses abnegados funcionários. Parabenizo o Dr. Sílvio, que representa todos os funcionários da Câmara dos Deputados. Agradeço ao pessoal da Polícia Legislativa, ao pessoal da Taquigrafia, ao pessoal da Copia, enfim, a todos os funcionários e àqueles que estão vivendo a sessão mais longa que esta Casa já teve.

A todos vocês, o meu muito obrigado. Vocês estão contribuindo com a democracia deste País.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Declaro encerrada a discussão.



A SRA. MOEMA GRAMACHO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 73 do Regimento Interno, antes de V.Exa. encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nobre Deputada Moema Gramacho, fique tranquila, fique tranquila.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Posso dizer de que trata o art. 73?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O.k. Vamos, então, à sua questão de ordem, Deputada Moema Gramacho.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, diz o art. 73 do Regimento Interno:

“Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras (...)"

Esta sessão está sendo encerrada agora, exatamente às 3h35min. Eu também quero agradecer a todos os servidores, a todos os funcionários que muito contribuíram para o andamento da sessão.

O SR. CAIO NARCIO - Quero contraditar, Sr. Presidente. (Riso.)

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Quero também dizer a V.Exa. que, amanhã bem cedo, estaremos aqui, porque, às 14 horas, daremos início ao fim da “ponte desequilibrada” com o peso dos dólares de Eduardo Cunha, que seria a “ponte para o futuro” e que vai ser a “ponte do abismo do golpe”.

Gostaria de perguntar a V.Exa. a que horas será aberto este plenário.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu já vou dizer, Deputada. A

SRA. MOEMA GRAMACHO - Para finalizar, quero dizer que não vai ter golpe, porque V.Exas. não vão ter os 342 votos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O.k.

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. ÁTILA LIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Não houve questão de ordem por parte da Deputada.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Eu perguntei a que horas vai ser aberto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu já vou informar, Deputada.

Isso não é uma questão de ordem. Portanto, não há o que contraditar.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela sessão. V.Exa. teve uma postura muito correta nesta sessão, que é realmente vitoriosa para todo o Brasil.

Todos os funcionários e todo o Brasil, que está nos assistindo, merecem o nosso respeito. Acho que esta Casa demonstrou o seu papel democrático e voltou a figurar nos corações brasileiros como a Casa que representa o povo.

Portanto, eu quero, em nome da população, parabenizar V.Exa., que realizou a coordenação dos trabalhos de maneira correta, como todos os demais.

Agora, às 3h40min, quero dizer dos guerreiros que estão aqui durante 42 horas seguidas, representando os maiores valores da democracia no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos no



momento em que esta Casa está tomando a decisão histórica de fazer uma mudança política, uma mudança constitucional na direção do nosso País.

O Brasil está democraticamente maduro para encaminhar uma solução majoritária, pelos interesses da Nação.

É nesse sentido que estamos aqui para votar, junto com o povo brasileiro, em favor do *impeachment*, acompanhando o Partido Socialista do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Registro também o meu agradecimento aos funcionários dos gabinetes parlamentares, que, com firmeza, têm assessorado muito bem os Deputados aqui na Casa, principalmente nesta sessão tão longa, de 40 horas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária

CD

MUTUAÇÃO

CD

Montagem: 4176



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL - TUAÇÃO

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - COMPARECEM MAIS OS

SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.0

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARRECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL AUTUAÇÃO - CD

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD_{Fls.} 11509

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, domingo, dia 17 de abril, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 090.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL - CD - TUAÇÃO

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



(Encerra-se a sessão às 3 horas e 42 minutos.)

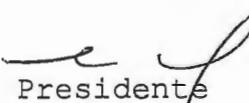


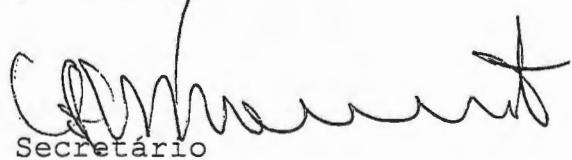
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 90^a (nonagésima) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, noturna, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 55^a Legislatura, em 16 de abril de 2016. Às 23h56, presentes 495 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Eduardo Cunha, Presidente, declarou aberta a sessão e deu por dispensada a leitura da ata da sessão anterior. Às 23h56, presentes 490 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuaçāo da discussāo, em turno único, do Parecer da Comissāo Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da Repblica por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceiçāo Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusāo e pela consequente autorizaçāo para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Discutiram o Parecer da Comissāo Especial a Sra. Benedita da Silva e os Srs. Eduardo Cury, Nilto Tatto, Floriano Pesaro, Waldenor Pereira, Luiz Lauro Filho, Jô Moraes, Baleia Rossi, Rejane Dias e Francisco Floriano. Assumiu a presidência o Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Paulão, Marcos Rogério, Beto Faro, Vitor Valim, Paulo Pimenta, Pedro Cunha Lima, Weverton Rocha, Professor Victório Galli, Marco Maia, Duarte Nogueira, Professora Marcivania, Izalci, Zé Geraldo e Mauro Pereira. Assumiu a presidência o Sr. Elizeu Dionizio, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Usaram, ainda, da palavra para discutir o referido parecer os Srs. Enio Verri, Valdir Colatto, Marcon e Pedro Vilela. Reassumiu a presidência o Sr. Gilberto Nascimento. Discutiram o Parecer da Comissāo Especial os Srs. Zeca



Dirceu, Alceu Moreira, Orlando Silva, Betinho Gomes, João Daniel, Evandro Roman, Sibá Machado, Capitão Augusto, Reginaldo Lopes, Delegado Edson Moreira, Vicentinho, Alexandre Baldy, Ságuas Moraes, Alexandre Serfictis, Assis Carvalho, Otavio Leite e José Airton Cirilo. Assumiu a presidência o Sr. Caio Narcio, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Heitor Schuch, Rubens Otoni, Giuseppe Vecci e Pompeo de Mattos. Reassumiu a presidência o Sr. Gilberto Nascimento. Usaram, ainda, da palavra para discutir o referido parecer os Srs. Sergio Vidigal, Vitor Lippi, Darcísio Perondi, Moses Rodrigues, Caio Narcio, Irmão Lazaro, Geovania de Sá, Rôney Nemer, Rafael Motta, Fábio Ramalho, Paulo Azi, Hildo Rocha, Marcelo Belinati e Zé Silva. Assumiu a Presidência o Sr. Moses Rodrigues, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Discutiu o Parecer da Comissão Especial o Sr. Gilberto Nascimento e reassumiu a direção dos trabalhos. Foi encerrada a discussão. Às 3h42, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou Sessão Deliberativa Extraordinária para domingo, 17 de abril, às 14 horas, com a seguinte Ordem do Dia: votação, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.


Presidente


Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

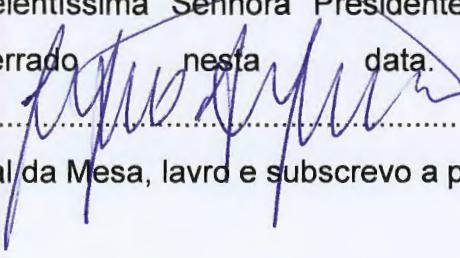


DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 31

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número 31 (trinta e um), com folhas numeradas de 11.215 a 11.512-A, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu,
....., Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavrò e subscrevo a presente autuação.


Neste volume consta a página 11.512-A.